

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TASSIANA BEATRIZ DE OLIVEIRA SANTOS

PRIVATIZAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE
JANEIRO: expressão do particularismo do capital na formação docente (2016-2024)

Rio de Janeiro

2025

TASSIANA BEATRIZ DE OLIVEIRA SANTOS

PRIVATIZAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE
JANEIRO: expressão do particularismo do capital na formação docente (2016-2024)

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como
requisito para a obtenção do título de mestre
em Educação.

Área de concentração: Estado,
Trabalho-Educação e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher

Rio de Janeiro

2025

CIP - Catalogação na Publicação

S237p Santos, Tassiana Beatriz de Oliveira
Privatização na Secretaria Municipal de Educação
do Rio de Janeiro: expressão do particularismo do
capital na formação docente (2016-2024) / Tassiana
Beatriz de Oliveira Santos. -- Rio de Janeiro, 2025.
104 f.

Orientador: Roberto Leher.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2025.

1. Trabalho docente. 2. Parcerias Público
Privadas. 3. OSCIP. 4. Formação Continuada de
Professores na SME-RJ. 5. resultados de
aprendizagem. I. Leher, Roberto, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Aos 15 (quinze) dias do mês de agosto de 2025, às 09h, com base na Resolução CEPG nº 128/2022, reuniu-se em sessão remota e que foi gravada a Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada **"PRIVATIZAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: expressão do particularismo do capital na formação docente (2016-2024)"**, de autoria do/a mestrando/a Tassiana Beatriz de Oliveira Santos, **turma 2023**, candidato ao título de **Mestre em Educação**, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Banca Examinadora, constituída pelo Prof. Dr. Roberto Leher, orientador/a, pelo Prof. Dr. Bruno Gawryszewski, (UFRJ - participação por videoconferência) e pela Profa. Dra. Carolina de Roig Catini (UNICAMP - participação por videoconferência), considerou a dissertação:

(x) Aprovado
() Reprovado

() Aprovado com recomendações de reformulação

A banca aprova a dissertação, ressalta a qualidade teórica, o trabalho empírico e o processo de pesquisa virtuoso desenvolvido pela estudante. Recomenda a continuidade dos estudos no doutorado e a publicação do trabalho na forma de artigos, livro e outras formas de divulgação.

Eu, Roberto Leher, Presidente da Banca, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada, representando todos os membros da Banca Examinadora e o/a candidato/a.



Documento assinado digitalmente

ROBERTO LEHER

Data: 15/08/2025 11:33:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TASSIANA BEATRIZ DE OLIVEIRA SANTOS

PRIVATIZAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE
JANEIRO: expressão do particularismo do capital na formação docente (2016-2024)

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como
requisito para a obtenção do título de mestre
em Educação.

Área de concentração: Estado,
Trabalho-Educação e Movimentos Sociais

Aprovada em 15/08/2025

Roberto Leher, doutor, UFRJ

Bruno Gawryszewski, doutor, UFRJ

Carolina de Roig Catini, doutora, UNICAMP

Às trabalhadoras e aos trabalhadores da educação

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa parece solitário, mas no percurso se mostra coletivo à beça.

Agradeço ao meu orientador, Roberto, que em sua generosidade e parceria tem acompanhado minha trajetória acadêmica há anos. Um homem de coração gigante que me acolheu e ensinou nas situações mais favoráveis e nas mais adversas.

Agradeço à banca pela leitura e escuta atentas, aulas, risadas e contribuições valiosas no processo de pesquisa e escrita. Bruno e Carolina foram gentis em compartilhar seu conhecimento e afetuosa do início ao fim.

Agradeço à equipe da prefeitura que contribuiu para que a pesquisa fosse realizada. Sem as várias mãos dos servidores públicos municipais e, principalmente da equipe do Centro Arquivístico da SME-RJ e do assessor parlamentar e companheiro de luta Tadeu, os rumos da pesquisa teriam sido muito distintos. A disponibilidade de vocês em contribuir com o levantamento empírico foi essencial.

Agradeço ao grupo do Colemarx, formado por professoras e professores interessados em ler o mundo, com quem aprendo diariamente. Faço menção especial às integrantes do GT Financeirização, que me acolheram carinhosamente e me incentivaram com alegria e entusiasmo.

Agradeço às pessoas que acompanharam de perto meu nascimento como pesquisadora, parcerias novas e antigas que se fizeram presentes em trocas e contribuições ímpares para que eu chegasse até aqui: Fabi, Sophia, Elisa, Felipe, Beth, Rafa, Arianne, Bia, Fred, Yohana, Pedro Rafael, Emília, Hiago, Dani, Geane e João Paulo.

Agradeço à minha família, que me apoia e se orgulha a todo o tempo e compreende o meu apreço pelos estudos políticos e educacionais.

Pela companhia de todos vocês, a dissertação foi escrita em primeira pessoa do plural. Obrigada por não me deixarem andar só.

*Fé na vida, fé no homem, fé no que virá
Nós podemos tudo
Nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será*

Semente do Amanhã - Gonzaguinha

RESUMO

SANTOS, T. B. O. **Privatização na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro: expressão do particularismo do capital na formação docente (2016-2024)**. 2025. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

O trabalho investiga as parcerias estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ) para a formação continuada de professores entre 2016 e 2024. Examina os contratos e outros termos estabelecidos no período citado cujo objeto é a formação docente, por meio da análise crítica de documentos (Evangelista; Shiroma, 2019) enfatizando suas formas ideológicas (Marx, 2008; Gramsci, 1999). A pesquisa evidencia a problemática da inserção de organizações privadas na educação pública no bloco histórico neoliberal e a especificidade do Rio de Janeiro com destaque para os secretários de educação do município nos últimos dez anos. Examina o conteúdo das parcerias, estabelece conexões entre as empresas e organizações sociais contratadas e explora os benefícios econômicos das organizações que atuam na educação pública. Sob a justificativa da qualidade e redução das desigualdades, as aprendizagens ganham cada vez mais centralidade na formação docente e o trabalho focado em metas e resultados reorienta o trabalho nas escolas de forma a comprometer o trabalho docente. A gestão escolar é um grande alvo dessas significativas mudanças. A dissertação conclui que a investigação do caso particular da SME-RJ contribui para analisar o movimento do capital na educação básica pública e que a formação dos professores é parte importante da crítica à privatização da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho docente; Parcerias Público-Privadas; OSCIP; Formação Continuada de Professores na SME-RJ; Resultados de Aprendizagem.

ABSTRACT

SANTOS, T. B. O. **Privatização na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro: expressão do particularismo do capital na formação docente (2016-2024).** 2025. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

This study investigates the partnerships established by the Municipal Department of Education of Rio de Janeiro (SME-RJ) for the continuing education of teachers between 2016 and 2024. It examines contracts and other agreements signed during this period whose purpose is teacher training, through a critical analysis of documents (Evangelista; Shiroma, 2019), emphasizing their ideological forms (Marx, 2008; Gramsci, 1999). The research highlights the issue of the insertion of private organizations into public education within the neoliberal historical bloc and the particularities of the city of Rio de Janeiro, with special attention to the municipal secretaries of education over the last ten years. It analyzes the content of these partnerships, establishes connections between contracted companies and social organizations, and explores the economic benefits of organizations operating within public education. Under the justification of improving quality and reducing inequalities, learning outcomes have increasingly gained centrality in teacher training, while the emphasis on goals and results has reoriented school work in ways that undermine teaching labor. School management has become a major target of these significant transformations. The dissertation concludes that investigating the particular case of SME-RJ contributes to the analysis of the movement of capital within public basic education and that teacher training constitutes an essential element in the critique of the privatization of education.

KEYWORDS: Teaching labor; Public-Private Partnerships; OSCIP; Continuing Teacher Education at SME-RJ; Learning Outcomes.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Informações por favorecido (própria autora)	51
Quadro 2: Termos destacados na análise (própria autora)	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Classificação do universo de contratos (2016-2024) (própria autora)	46
Gráfico 2: Comparação entre o universo dos contratos e a amostra selecionada (própria autora)	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Conexões estabelecidas entre parceiros da SME e a Fundação Lemann (2016-2024) (própria autora)	57
Figura 2: Kit socioemocional (Rio de Janeiro, 2023b, p. 9) (feito pela autora)	63
Figura 3: Fundação Itaú: Demonstração do Resultado (Ernst & Young, 2025, p. 6)	69
Figura 4: Nota 15 - Receita de Doações (Ernst & Young, 2025, p. 14)	69
Figura 5: Nota 16 - Receitas Financeiras (Ernst & Young, 2025, p. 14)	70
Figura 6: Ganhos Quantitativos (Rio de Janeiro, 2021, p. 14) (feito pela autora)	80
Figura 7: Metodologia Falconi (Rio de Janeiro, 2021, p. 17) (feito pela autora)	82
Figura 8: Plano de Ação do Plano de Trabalho (Rio de Janeiro, 2024b, p. 15)	91

LISTA DE SIGLAS

APH	Aparelho Privado de Hegemonia
APHe	Aparelho Privado de Hegemonia empresarial
ASG	Ambiental, Social e Governança
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CECIP	Centro de Criação de Imagem Popular
CEIPE	Centro de Excelência e Inovação de Políticas Educacionais
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CESPEB	Curso de Especialização em Saberes e Práticas da Educação Básica
CFP	Complexo de Formação de Professores
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CNE	Conselho Nacional de Educação
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEM	Democratas
EBE	Educação baseada em evidências
EC	Emenda Constitucional
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
Fineduca	Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FL	Fundação Lemann
FNLIJ	Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRM	Fundação Roberto Marinho
FUSP	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo
GCM	Guarda Civil Municipal
GEO	Ginásio Educacional Olímpico

GET	Ginásio Educacional Tecnológico
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MBC	Movimento Brasil Competitivo
MEC	Ministério da Educação
MEPe	Movimento Estudantil de Pedagogia
MpB	Movimento pela Base
NEM	Novo Ensino Médio
NGP	Nova Gestão Pública
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PBF	Programa Bolsa Família
PDRE	Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parceria Público-Privada
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SCA	Sistema de Controle Acadêmico
SME	Secretaria Municipal de Educação
SME-RJ	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro
STEAM	Science, Technology, Engineering, Arts, Mathematics
TCRJ	Tribunal de Contas do Rio de Janeiro
TpE	Todos pela Educação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Undime	União dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
Unesp	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
OBJETIVOS.....	17
RELEVÂNCIA.....	17
HIPÓTESE.....	18
MÉTODO, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	18
JUSTIFICATIVA.....	23
1 CONTEXTO NEOLIBERAL NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO.....	24
1.1 ATUAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS POR MEIO DE APH NO BRASIL.....	24
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO.....	30
1.2.1 Perfil econômico da cidade do Rio: projeção da formação da força de trabalho	31
1.2.2 A Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro de 2016 a 2024.....	34
2 OS FAVORECIDOS E SUAS IMPLICAÇÕES.....	43
2.1 APRESENTAÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO COLETADO.....	43
2.1.1 Percurso metodológico.....	43
2.1.2 Considerações gerais sobre a empiria.....	45
2.2 CONEXÕES ESTABELECIDAS A PARTIR DA RELAÇÃO DE FAVORECIDOS	50
2.3 CONEXÕES ENTRE OS FAVORECIDOS E A ORDEM DO CAPITAL.....	60
3 FORJANDO AS CONTRARREFORMAS: ORGANIZAÇÕES DO CAPITAL E	
TRABALHO DOCENTE.....	73
3.1 A EXPROPRIAÇÃO DA POLÍTICA.....	76
3.2 EXPRESSÕES DOS PARTICULARISMOS DO CAPITAL NA FORMAÇÃO	
DOCENTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	96

INTRODUÇÃO

O tema da formação de professores é investigado por esta pesquisadora desde as inquietações da graduação. Tanto o movimento estudantil, ao participar de reuniões sobre o currículo do curso de Pedagogia, como os encontros locais, regionais e nacionais, contribuíram para formular os questionamentos que levaram à escolha por pesquisar a formação docente. Ao final da graduação, a monografia versou sobre as posições do movimento estudantil de Pedagogia (MEPe) acerca das diretrizes curriculares nacionais. Naquele momento, após a aprovação das DCN 2019 à revelia das construções coletivas e do ainda inicial processo de implementação das DCN 2015, além das crises organizativas em meio à pandemia pela Covid-19, os resultados aos quais chegamos foram de que os estudantes do MEPe, naquele contexto, possuíam um projeto de influência marxista de educação e de formação de professores que respeita o ser humano em sua omnilateralidade, que objetiva a formação integral dos estudantes da educação básica e que se posiciona diante das legislações tramitadas e/ou implementadas acerca da formação inicial, ora exercendo maior pressão, ora menor.

No curso de especialização em saberes da educação básica (CESPEB), com ênfase em políticas públicas e projetos socioculturais, a formação de professores continuou a ser tema de estudos. O trabalho de conclusão de curso abordou a política de formação inicial e continuada de professores da UFRJ, o Complexo de Formação de Professores (CFP). Mais especificamente, os termos de contrato e atas de reuniões entre representantes do CFP e da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ) para a formação continuada de professores da rede municipal. Concluímos que essa política recente da UFRJ estava ganhando contornos e que os acordos de cooperação estabelecidos com a prefeitura municipal apresentaram mudanças com relação ao contexto e à justificativa da parceria em 2022 em detrimento daquele assinado em 2020. Apesar de avanços no que diz respeito ao estreitamento de laços com as escolas da rede e um redimensionamento das forças do CFP para dar conta dessa parceria, surgiram algumas expressões mais próximas ao discurso neoliberalizante da educação. Sem espaço para investigar o que levou a essa questão específica, levantamos hipóteses relacionadas à mudança de governo municipal - Marcelo Crivella quando da assinatura do termo em 2020 e Eduardo Paes na constituição do termo em 2022.

Foi nesse momento, em conjunto com comentários de colegas servidoras da SME-RJ nas aulas das disciplinas do curso de especialização sobre a presença de cursos da Fundação

Lemann na rede, que as indagações trazidas para o projeto de mestrado ganharam forma: a atuação do empresariado educacional está mais intensa na rede pública de educação sob a administração de Paes e seu secretário Renan Ferreirinha?

Para discutir a questão, a presente investigação indaga:

Que parcerias têm sido feitas pela prefeitura?

O que justifica a escolha de parcerias com o setor privado, considerando a existência de um importante conjunto de instituições formadoras públicas entre as maiores e mais relevantes do país?

Sob quais termos a SME-RJ está assinando os contratos, considerando aspectos como licitação, publicidade, impessoalidade e demais termos preconizados na Constituição Federal de 1988 sobre os contratos na administração pública?

Quais os principais Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais (APHe) envolvidos na formação?

Que formação de professores está sendo promovida pela SME-RJ ao estabelecer essas parcerias?

Como as entidades acadêmicas e sindicais têm se manifestado sobre os contratos e práticas?

Considerando as estratégias de formação política da Fundação Lemann, notadamente no âmbito do RenovaBR, um dos braços da Fundação para assegurar representações parlamentares afins aos seus propósitos, a investigação focaliza o papel organizador do secretário municipal de educação, visto que sua trajetória é indissociável da atuação política da referida Fundação.

As mudanças nas diretrizes para a formação de professores revelaram significativas alterações na concepção de docência, de modo que os professores e professoras perdem cada vez mais seu papel de intelectuais organizadores/as da cultura (Gramsci, 1982). Do lado das secretarias de educação no país, projetos de terceirização e concessão à iniciativa privada crescem notadamente em estados como Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. No âmbito federal, parte dos principais dirigentes do MEC na gestão Lula da Silva (2023-atual) possui relações orgânicas com a Fundação Lemann: notadamente o ministro Camilo Santana, a ex-Secretária Executiva Izolda Cela e a Secretária da Educação Básica Kátia Schweickardt. A substituição da Secretária Executiva Izolda Cela por Leonardo Osvaldo Barchini Rosa, atual Secretário Executivo (julho/2024-atual), manteve inalterada a posição da Fundação Lemann. O currículo de Rosa inclui direção da Organização dos Estados Ibero-Americanos,

diretoria executiva da D3, vínculo com o Centro Lemann para Empreendedorismo e Inovação da Educação Brasileira e contribuição na formulação de agenda do Todos pela Educação.

O tema da formação de professores é expressivo e atual. Ao longo desta inicial trajetória de pesquisadora, foi possível acompanhar mudanças significativas no campo das políticas de formação de professores. Mais uma vez, faz-se necessário o esforço de acompanhar o movimento do real e contribuir para os estudos da atuação do capital na educação com mais uma faceta.

Assim, o problema de pesquisa que se desenhou no projeto foi o das parcerias para as políticas públicas de formação de professores da rede municipal de educação do Rio de Janeiro. Essa inserção se dá tanto por contratações diretas de empresas, instituições e organizações, como por acordos de cooperação. Além disso, tal alinhamento não cabe só às parcerias com aparelhos alinhados à burguesia. A presente pesquisa investiga convênios estabelecidos com outras instituições e organizações sociais discriminadas adiante. Com essas indagações, a problemática foi delineada.

OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho aqui apresentado é o de investigar as parcerias estabelecidas pela SME-RJ para formação continuada de professores entre 2016 e 2024 como uma importante estratégia de privatização das mediações que conformam a educação.

Objetivos específicos: compilar os contratos e outros termos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro direcionados para a formação de professores e gestores da rede municipal de educação nesse período; estabelecer relações entre os contratos, as organizações e as políticas públicas de formação, colocando em relevo a expropriação do trabalho docente pressuposta ou implícita no particularismo do capital no Rio de Janeiro.

RELEVÂNCIA

O problema de pesquisa focalizou as parcerias estabelecidas pela SME-RJ para a formação continuada de professores da rede pública considerando as mudanças nas formas gerais da formação docente e a forte influência dos APHs, entre os quais os que possuem maior conexão com as empresas e organizações educacionais na formação no município do Rio de Janeiro.

HIPÓTESE

A hipótese foi de que as parcerias firmadas revelariam a influência dos APH empresariais nas políticas educacionais e de que esse quadro se intensificou sob a gestão de Renan Ferreirinha na SME-RJ (2021-2024), visto suas relações estreitas com a Fundação Lemann - a rigor, foi sob os auspícios dessa que o secretário logrou sua formação e se elegeu deputado, conforme discutido no primeiro capítulo. Ressalta-se que a Fundação Lemann foi uma das organizadoras das políticas educacionais abrangendo currículo - vide Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por meio do Movimento pela Base Nacional Comum (Galzerano, 2024) - e da formação de professores (Diretrizes Curriculares Nacionais - Resoluções 2/2019 e 1/2020).

O marco temporal da pesquisa abarcou o período dos últimos nove anos, entre 2016 e 2024, por situar-se no último recorte da periodização de Leher (2023) (2016-atual), marcado pela crise do FIES e pela intensificação da atuação empresarial na educação básica. O período inclui parte do segundo mandato do prefeito Eduardo Paes (PMDB), a gestão de Marcelo Crivella (PRB) e o terceiro mandato de Paes (DEM/PSD). Para fins de melhor caracterização de contextos, o estudo pode se referir ao quarto mandato, situação que será especificada no texto.

MÉTODO, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE

O recorte é a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, mais especificamente os contratos nela assinados por meio do órgão executor 1600, que se refere à Secretaria - o que não inclui possíveis contratos estabelecidos pela prefeitura diretamente pelos órgãos das Coordenadorias Regionais Educacionais (CREs), pela MultiRio ou pelo órgão da Educação Física na Educação Básica. A amostra utilizada foi a de contratos referentes diretamente à formação de professores no período delimitado, seja no objeto ou no termo de referência em seu inteiro teor. A seleção dos contratos e seu panorama geral está especificado no segundo capítulo.

Ademais, faz-se necessário explicitar as escolhas de método e metodologia utilizados na presente pesquisa. O percurso teórico-metodológico está calcado no materialismo histórico-dialético, isto é, parte da compreensão de que a realidade é material e concreta, da qual precisamos empenhar sucessivas aproximações a fim de buscar (processualmente) a verdade, além de considerar o processo histórico como parte essencial da análise da realidade e apoiar-se na dialética para analisar a sociedade e o objeto em si. Deste modo, considera-se

que o objeto e seu contexto não estão isolados de outros processos históricos e materiais da sociedade, por isso, deve-se estudar o particular a partir da compreensão da totalidade. Isso posto, é fundamental definir as categorias analíticas com as quais a pesquisa pretende se desenvolver para evidenciar tanto a escolha da base empírica, quanto o foco de análise.

A priori, a categoria gramsciana de Estado Integral contribui para a análise da construção das políticas públicas pela SME-RJ. Para Gramsci, o Estado não é apenas veículo inerte das políticas da classe dominante, apesar da classe dominante exercer sua hegemonia pelo controle do Estado. Numa relação dialética, o Estado é uma unidade, entretanto não é suficiente se valer do Estado apenas como unidade, que o é. A concepção de Estado em Gramsci aponta dois grandes “planos”: a sociedade civil, como o conjunto de organismos “privados”, que exerce a função de hegemonia do grupo dominante sobre toda a sociedade, na perspectiva de educar o consenso da massa; e a sociedade política, que exerce o comando e domínio direto sobre a sociedade, com aparatos jurídicos, legais e militares (Gramsci, 2001). Ao segundo grupo também se pode chamar “Estado estrito”. Já à relação orgânica e dialética entre sociedade civil e política, o filósofo sardo nomeou de “Estado integral” (Liguori; Voza, 2017, p. 1445).

Nesse contexto, os aparelhos privados de hegemonia exercem importante papel. No prefácio de “O Leitor de Gramsci”, Carlos Nelson Coutinho explica:

(...) enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais na burocracia militar e executiva, os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de "aparelhos 'privados' de hegemonia", ou seja, organismos sociais relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito. (Coutinho, 2011, p. 26)

O termo “aparelho”, do latim *apparatus*, que pode ser traduzido também como equipamento ou um arranjo desses, foi cunhado pelo filósofo sardo em diversas passagens dos seus escritos nos Cadernos do Cárcere, como em “aparelho político”, “aparelho sindical”, “aparelho econômico”. Nesse caso, aparelho de hegemonia ou aparelho hegemônico corresponde a associações e organizações da sociedade civil que disputam o consenso - imprescindíveis, de maneira indissociável da coerção, para a dominação pelo Estado.

Coutinho apresenta que esses organismos sociais, presentes na sociedade civil, agem de forma mais ou menos autônoma em relação aos aparelhos burocráticos, àqueles da sociedade política. No entanto, estabelecem uma relação orgânica, com funções diferenciadas, mas em prol da hegemonia da classe dominante. Nesse sentido, e nas palavras de Gramsci: “Mas o que significa Estado? Só o aparelho estatal ou toda a sociedade civil organizada? Ou a unidade dialética entre o poder governamental e a sociedade civil?”

(Gramsci, 1999, p. 263). Assim, além do aparelho de governo, o Estado compreende também o aparelho privado de hegemonia, ou sociedade civil.

Gramsci escreveu os Cadernos do Cárcere entre 1929 e 1932, tendo falecido em 1937. Por isso, ele não teve acesso a toda a obra de Marx e Engels. Ainda assim, com outras leituras e profundos estudos de Marx, além de considerar o materialismo histórico-dialético e dialogar com a obra de Lenin, Gramsci incorporou em sua produção teórica a análise de que o Estado não se explica por si mesmo, mas é a sua relação com a sociedade civil que torna a natureza do Estado possível de ser compreendida (Marx; Engels, 2007). É a sociedade civil que explica o Estado, e não o contrário, porque é a sociedade civil que o determina. Para além disso, Gramsci avançou em sua concepção de sociedade civil, porque a conjuntura histórica que vivenciou o permitiu conceber essa como “o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e ideologias” (Coutinho, 1996, 54 *apud* Motta, 2012, 101).

Pela relação dialética entre Estado e sociedade civil, compreendemos que a investigação da sociedade civil contribui para o entendimento do Estado e, por esse motivo, essa breve exposição está alocada no método da pesquisa. Apenas a investigação do que comumente é concebido como Estado na matriz liberal (Mendonça, 2012), que foi nomeado didaticamente como “Estado estrito”, não explica a complexidade das políticas institucionais examinadas. A partir da categoria de Estado Integral em Gramsci e dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) é relevante a opção de, ao pesquisar políticas públicas, investigar frações da sociedade civil - como é o caso das empresas, associações e institutos vinculados à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro por meio dos contratos na SME-RJ nesta pesquisa - porque dessa forma reconhece-se o Estado.

Outra consideração relevante acerca do método marxista encontra-se no prefácio à Crítica da Economia Política, publicado pela primeira vez em 1859. Nele, para analisar as revoluções sociais, Marx considera as transformações materiais e as formas ideológicas dessas transformações:

Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. (Marx, 2008, p. 48)

O objeto investigado nesse estudo focaliza a problemática da ideologia expressa nos contratos das parcerias da SME-RJ para a formação continuada dos professores. A pesquisa requer o exercício de destrinchar o material, uma fonte primária de dados, ou seja, uma parte

significativa do trabalho consistiu em compilar e organizar objetivamente os contratos, estabelecer relações e desenvolver critérios para tal, por isso a “ajuda das ciências físicas e naturais”. Outro exercício não menos importante é o da investigação das formas ideológicas inerentes ao conteúdo dos contratos de parceria. A abstração possível a partir da análise das propostas, argumentos e conexões entre as defesas da SME-RJ e dos parceiros escolhidos para formar a equipe docente da rede municipal de educação está igualmente presente na pesquisa.

Para a investigação das formas ideológicas, considerou-se as reflexões sobre o trabalho com documentos presentes no texto “Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo” de Evangelista e Shiroma (2019). Nele, as autoras fazem o adendo de que “[...] o discurso sobre o real, não é o real; um discurso é histórica e concretamente produzido e seu conteúdo e forma obedecem à determinada intencionalidade.” (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 93). Assim, o trabalho com os contratos e outros termos estabelecidos pela SME - como o trabalho com qualquer conjunto de documentos - investiga a expressão da consciência humana num momento histórico. Na citação de Marx acima, é abordada a consciência sobre o conflito da revolução social; na citação de Evangelista e Shiroma, neste parágrafo, as autoras recorrem a Edward Thompson e Antonio Gramsci para ressaltar as evidências da consciência humana em seu sentido mais amplo, considerando os documentos como produções históricas e, portanto, expressão dos interesses, conflitos e projetos políticos do período de sua produção. Por meio da análise crítica de documentos apresentada pelas autoras, buscou-se apreender o sentido das políticas educacionais engendradas pela sociedade civil na SME-RJ e o movimento do empresariado educacional brasileiro considerando esse recorte.

Outra consideração sobre a pesquisa é a decisão de apresentar os conceitos utilizados ao longo do trabalho apenas no decorrer do texto, sem um capítulo “teórico”, por assim dizer. Essa escolha se dá pela compreensão de que, dessa forma, tanto a ordem do desenvolvimento da pesquisa em seu processo de construção é respeitada como o método de apresentação aparecem imbricados na empiria, numa busca pela organicidade do texto. Esta é uma consideração de método pois atende ao processo de aproximações sucessivas do objeto e à análise de suas determinações - mesmo que sem esgotá-las - a fim de reproduzir o real como um concreto pensado (Marx, 2011).

Por fim, apresenta-se o panorama das pesquisas no tema. Em levantamento bibliográfico realizado na Scielo e na base de teses e dissertações da CAPES por formação continuada de professores no município do Rio de Janeiro, mais da metade dos trabalhos

encontrados sobre formação continuada que podem envolver a SME-RJ apresenta iniciativas pontuais de formação elaboradas e/ou avaliadas por grupos de pesquisa universitários e desenvolvidas com um ou mais grupos de professores da Rede. A pesquisa indagou se há abertura da Prefeitura Municipal para as iniciativas públicas. A investigação interpelou a coexistência de iniciativas privadas e públicas, almejando compreender as políticas de formação docente da prefeitura municipal, com foco nos contratos estabelecidos, no papel dos parceiros selecionados pela Secretaria e as concepções de formação de professores e de educação que os envolvem.

O foco do presente trabalho não está no aprendizado dos professores submetidos a cursos ou oficinas de formação, apesar deste aspecto ser relevante nessa formação. As pesquisas de Picozzi (2018) e Aguiar (2020) investigaram o programa Foco na Meta e PNAIC, respectivamente, como políticas de formação docente no município do Rio. Os trabalhos de Rosa (2014) e Avelar (2019) pesquisaram o uso de tecnologias na formação de professores da Rede Municipal de Educação. As quatro pesquisas elencadas focaram em políticas amplas com relação à formação de professores no município, mas a pesquisa aqui construída propõe uma investigação ainda mais abrangente. A proposta da pesquisa é investigar as parcerias da SME-RJ para as políticas de formação continuada adotadas pelo município, questão que não possui número expressivo de trabalhos publicados.

Trabalhos publicados de grupos de pesquisa que utilizam pressupostos teóricos correspondentes aos nossos foram acessados por outros meios, como encontrados nos currículos Lattes ou indicados em reuniões e participações em bancas. As pesquisas de Galzerano (2016; 2024), Geraldo (2016) e Cariello (2021) tratam da ação de aparelhos privados específicos na relação com a educação pública, com alguma secretaria de educação ou com a formação continuada de professores, como o caso da Somos Educação, do Instituto Ayrton Senna, da Fundação Lemann ou do Todos pela Educação. A dissertação de Mendes (2024) trata especificamente da educação na prefeitura do Rio de Janeiro no período 2020-2024, com foco na plataformização nas políticas do município. Essas teses e dissertações são referenciadas ao longo do trabalho, direta ou indiretamente, porque corroboram com o desenvolvimento da nossa pesquisa a partir de dados, metodologias e reflexões valiosas. Esperamos somar a essas e outras contribuições do campo e avançar na análise das políticas públicas de formação de professores desse momento histórico.

JUSTIFICATIVA

Com a presente pesquisa, espera-se contribuir para o mapeamento do movimento do Capital no que se refere ao empresariado educacional e organizações da sociedade civil correlatas, apoiado no processo da administração municipal de uma das cidades centrais do capitalismo nacional, laboratório de organizações burguesas de educação. Além disso, pretende-se contribuir com as pesquisas sobre mercadorização, mercantilização e financeirização da formação de professores no Brasil, que costuma aparecer pincelada nas pesquisas sobre a educação básica em geral, mas que tem especificidades menos discutidas na relação com o estágio mercantil do neoliberalismo. Não seria ilusório pensar que desdobramentos da pesquisa também podem munir mandatos progressistas na Câmara de Vereadores e sindicatos de trabalhadores da educação na luta pela educação pública municipal, nas pautas de condições de trabalho e autonomia dos professores e na disputa por uma concepção de educação que interesse à classe trabalhadora.

O primeiro capítulo contextualiza o bloco histórico neoliberal no Brasil e a história do Rio de Janeiro nesse quadro, incluindo a linha sucessória dos secretários de educação do município. O segundo capítulo tem por foco as análises acerca da base empírica selecionada, considerando o percurso metodológico, as conexões entre os parceiros da SME-RJ e seu *modus operandi*. Por fim, o terceiro capítulo sintetiza as considerações sobre os planos de trabalho dos contratos e reflete, apoiado em contratos exemplares, sobre a expropriação da política e da formação de professores a partir do caso particular da rede municipal de educação do Rio de Janeiro.

1 CONTEXTO NEOLIBERAL NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO

1.1 ATUAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS POR MEIO DE APH NO BRASIL

A caracterização do presente momento histórico como *bloco histórico neoliberal* se deu por algumas características globais na educação brasileira, sobretudo no que se refere às formas de dominação burguesa no Brasil (Mello, 2021) e, como não poderia deixar de ser, as redes públicas de ensino, particularmente na rede municipal do Rio de Janeiro. Motta e Andrade (2020) apresentam sinteticamente características do vigente bloco histórico: “(...) sobressai a hegemonia da concepção econômica de educação, ajustada a tais especificidades: **à primazia do mercado, ao novo nexo da dependência e ao padrão de acumulação calcado no trabalho simples, flexível e precarizado.**” (Motta; Andrade, 2020, p. 4, **grifos nossos**). A educação, estreitamente ligada à adaptação da formação da força de trabalho às necessidades do mercado e, o que é indissociável, à produção de disposições ideológicas, como as chamadas competências socioemocionais, que conformam as massas ao senso comum dominante. Ao mesmo tempo, o empresariado educacional, isto é, os grupos econômicos que realizam negócios na educação, precisam intensificar a exploração do trabalho nos circuitos da produção de mais-valia, seja em escolas, universidades, materiais pedagógicos, sistemas e plataformas de ensino. Em virtude das expectativas dos investidores financeiros, os dirigentes das corporações educacionais precisam estar permanentemente comprometidos com o aumento da velocidade de circulação de suas mercadorias para atender às expectativas dos investidores financeiros. A Educação está consolidada como um dos mais importantes nichos de mercado das empresas, como pode ser visto nos levantamentos setoriais, a exemplo da KPMG¹.

No entanto, além da presença direta de corporações que atuam no ramo dos negócios educacionais, o capital atua, diuturnamente, por meio de um complexo, ramificado e poderoso conjunto de APHs, muitos dos quais organizados como conglomerados de APHs. A conjunção das corporações e dos APHs conforma uma situação de subordinação da educação aos interesses do capital. As referidas autoras concluem:

No momento da crise orgânica que se instaurou nos anos 1980, o empresariado assumiu para si as tarefas de, simultaneamente, conformar a classe trabalhadora para formas instáveis de vida e aberrantes de extração de mais-valor e ampliação do mercado educacional, que hoje já movimenta mais de 100 bilhões de reais. (Motta; Andrade, 2020, p. 9)

¹ A KPMG é uma empresa de auditoria e consultoria que fornece pesquisas e levantamentos sobre, por exemplo, fusões e aquisições de empresas de capital aberto na bolsa de valores. Seus dados compilados são consultados de maneira sistemática pelos pesquisadores do Colemarx para desenvolvimento de pesquisas no campo da financeirização da educação

Nesse momento de profunda crise estrutural do capital, a burguesia efetivou mudanças significativas no Estado por meio do Plano Diretor de Reforma do Estado liderado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e por seu ministro Bresser-Pereira (PDRE, 1995; EC 19, 1998) que, por serem relevantes, constituem-se em marcadores temporais no bloco histórico neoliberal, especialmente a partir da reforma administrativa em meados dos anos 1990, processo que teve continuidade nos anos 2000 e que vem alterando a relação do setor privado com a educação no país, inserindo-a no contexto de mercantilização da educação (Leher, 2023).

Até o início dos anos 1980, especialmente até a crise da dívida de 1982, sobressaía traços do desenvolvimento econômico orientado pelo Estado nacional, já como um percurso em decadência. A partir daí, a agenda da privatização das estatais que se realizou nos anos 1990 passou a estar na pauta do bloco no poder. Com a promulgação da Constituição de 1988, direitos sociais foram afirmados, entretanto, como resultado da referida crise da dívida, a industrialização - especialmente a substitutiva - perdeu seus últimos alicerces, visto o redimensionamento da entrada de capitais externos no país pela ampla internacionalização do capital e pelo alinhamento com os Estados Unidos. Esse processo aprofundou-se na ditadura empresarial-militar e, posteriormente, foi encaminhado pelos acordos com o FMI e com o Banco Mundial.

Na educação do país, preponderava a criação de movimentos sociais em defesa da escola pública que, na redemocratização, pautaram a centralidade da educação na constituinte (Leher, 2024a). Contraditoriamente, a chamada redemocratização abriu as vias da mercantilização, em especial a partir de meados dos anos 1990. O que se consolidou depois foi uma profunda mudança na relação entre o Estado e as corporações empresariais e a escalada da tomada da educação nacional pelos aparelhos ligados à fração burguesa da sociedade.

No bloco histórico neoliberal, vigente até o presente momento, Leher (2023) estabelece uma periodização do curso do capital na educação e situa o período de 1988-2007 como o de institucionalização e expansão do setor privado com fins lucrativos no Brasil. A Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, legitimaram a existência de instituições educacionais privadas, com textos legais que atenderam em parte as demandas de setores privatistas. Esse quadro, seguido por outras medidas legais, como a liberação do preço das mensalidades, redimensionou o lugar da iniciativa privada que logrou expansão e adquiriu feições propriamente empresariais.

Outras movimentações marcam esse momento, como a regulamentação da atuação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). São exemplos o Movimento Brasil Competitivo (MBC) (2001), com a presidência de Jorge Gerdau e apoio do Banco Mundial (Motta; Andrade, 2020); a Fundação Lemann (2002), criada pelo empresário Jorge Paulo Lemann; e outras Organizações da Sociedade Civil (OSC), como o Instituto Ayrton Senna (1994) e o Todos Pela Educação (2006) - este formulado por banqueiros, liderados pela *holding* Itaú-Unibanco, e empresários, pressionando o governo federal a assumir compromissos com os interesses privados sobre a educação brasileira, a exemplo do “Plano de Desenvolvimento da Educação: compromisso Todos pela Educação”, de 2007.

O período 2008-2015 foi delineado por fusões e aquisições entre grupos empresariais educacionais (Leher, 2023), sobretudo no ensino superior. A consolidação do ProUni alavancou o setor mercantil, pois as isentou de diversos tributos outrora limitados às organizações filantrópicas, comunitárias e confessionais. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) foi reformado em 2010 e provocou um rápido e robusto aumento do financiamento das matrículas da iniciativa privada neste segmento. Nesse contexto, “a mercantilização da educação no Brasil assumiu feição única no mundo, tornando o país a vanguarda do processo, com empresas vinculadas a complexos financeiros, ações negociadas nas bolsas de valores e extraordinário grau de centralização e concentração do capital – conformando situações monopólicas” (Leher, 2023, p. 42).

Paralelamente, neste período, também a influência das organizações da sociedade civil burguesa sobre o Estado assumiu novas e maiores proporções com o Mais Educação (2010) e o já citado Movimento pela Base (2013). Tal articulação logrou centralizar a agenda educacional com base em indicadores de “qualidade” difundindo competências a serem aferidas pela avaliação censitária, massiva. Este processo objetivou afastar os trabalhadores da educação da direção efetiva das ações educacionais. Na raiz da reorientação do trabalho pedagógico, o deslocamento dos conhecimentos em competências foi incentivado pelos APHs pois, desse modo, os docentes poderiam ter uma formação mais operacional e menos complexa. Com isso, a atuação de organizações privadas nas redes públicas de educação foi facilitada, ressignificando a direção coletiva das instituições escolares, em prol da gestão por resultados na lógica administrativa, um dos pilares das contrarreformas neoliberais.

O período 2016-atual é marcado por uma reestruturação do investimento do setor privado em educação, cujo pontapé é a crise do FIES (Leher, 2023). Esse é o recorte mais importante de diálogo com a pesquisa sobre a formação de professores pela SME-RJ, porque, a partir de 2016, a escala da inserção do setor privado na educação básica foi

significativamente acentuada. A diversificação de estratégias empresariais como solução para o desinvestimento estatal no ensino superior, dada a referida crise do FIES, foi o expressivo crescimento dos investimentos nos negócios na educação básica, além da agressiva ampliação do ensino à distância no ensino superior, aprofundada a partir da pandemia pela Covid-19. Na educação básica, a expansão da destinação de recursos se deu inicialmente por aquisições de escolas e grupos escolares, sistemas e plataformas de ensino. Depois, pelas relações com as redes de escolas públicas, especialmente com a comercialização de “sistemas de ensino” e de plataformas de trabalho, por meio de uma miríade de estratégias - desde ONGs ditas filantrópicas até a venda direta dos referidos sistemas.

Reconhecendo o limite da educação básica privada brasileira e buscando conciliação com a pressão da agenda empresarial na dinâmica financeirizada - característica do bloco histórico neoliberal ao qual a educação está subsumida -, a ofensiva sobre as escolas públicas se alargou². A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, as resoluções para as Diretrizes Curriculares Nacionais de formação inicial e continuada de professores (Resoluções 2/2019 e 1/2020) e o Novo Ensino Médio (NEM) aprovado em 2017 e implementado a partir de 2021 tiveram não só a mão do empresariado educacional e suas organizações sociais, mas o corpo todo³.

Roberto Leher conclui a periodização do seu artigo evidenciando a relação dos organismos empresariais com as políticas públicas da educação básica:

Como parte da estratégia para entrar no segmento da educação pública é inequívoca a mobilização dos principais [Aparelhos Privados de Hegemonia] APH empresariais que possuem conexões com as corporações educacionais. [...] Não resta dúvida de que todos os grupos estão buscando a abertura do mercado nos estados e municípios para comercializarem seus sistemas de ensino e plataformas de trabalho, especialmente nas trilhas do Novo Ensino Médio e da BNCC. Neste prisma, sobressaem as ações Lemann no Renova BR, Acredito, Programa Formar, Khan Academy, iniciativas que são congruentes com o Todos pela Educação, o Instituto de Gestão Educacional, a Aliança Líderes de Impacto no Setor Público e no Terceiro Setor e interage hegemonicamente com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). As interconexões entre as corporações educacionais e os aparelhos privados de hegemonia empresariais são particularmente fortes na BNCC e no Novo Ensino Médio, verdadeiras casamatas da agenda educacional do capital viabilizada de modo mais abrangente no contexto do golpe de 2016 e no período do governo Temer (Leher, 2023, p. 47).

² A educação básica no Brasil é essencialmente pública, com 80% das matrículas nesse nível de ensino. Segundo dados do Censo Escolar 2023, 49,3% das matrículas da Ed. Básica estão sob a administração municipal, 30% sob a estadual, 0,8% sob a federal e 19,9% sob a administração privada. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

³ A participação de outros setores da sociedade civil, como movimentos sociais, sindicatos e universidades públicas foi quase inexistente. Os documentos foram construídos com caráter pouco democrático, com prevalência de intelectuais ligados ao empresariado educacional e suas organizações sociais (Delgado *et al*, 2023).

É notório que, com a eleição de Lula para o terceiro mandato presidencial (2023-2026), a pressão dos setores sindicais, estudantes e organizações sociais populares pela revogação das diretrizes curriculares (Resolução CNE/CP 2/2019 e 1/2020) e do NEM aumentou. Assim, mesmo sem submeter à ampla discussão pública, a Resolução CNE/CP 4/2024 foi instituída para a formação inicial de professores, revogando a publicada em 2019. Essa decisão buscou conciliar as reivindicações populares e as empresariais, o que contribuiu para a insatisfação dos setores sociais uma vez que a luta segue sendo pela restauração das DCN anteriores (Resolução CNE/CP 2/2015) e revogação da BNC-Formação (Resolução CNE/CP 1/2020), ainda vigente, que trata da formação continuada de professores. As normativas mais recentes não trazem alterações significativas no que se refere à concepção de educação e de formação dos professores (ANFOPE, 2024; Kuenzer, 2024). O NEM recebeu alterações pela Lei nº 14.945/2024 e atendeu algumas demandas dos estudantes e professores, entretanto manteve a estrutura básica da normativa anterior.

A atuação do empresariado educacional e das organizações sociais ligadas a ele se tornou mais presente na educação básica pública no último período. Esse movimento influenciou também o aumento da atuação do setor empresarial na formação dos professores em exercício nas escolas. Tão factível quanto o crescimento do setor privado de educação desde os anos 1980 e o crescimento do alinhamento ideológico entre as concepções pedagógicas neoliberais e as legislações educacionais nacionais, é o crescimento das parcerias entre secretarias de educação e corporações empresariais.

Do “estado de bem-estar social” para a “Nova Gestão Pública”, o discurso da incapacidade do Estado em administrar seus serviços e finanças chegou também à educação. No bloco histórico neoliberal, o foco não é apenas a privatização de tipo clássico - seja pelas ainda existentes “amarras” constitucionais, estratégias monopolistas do empresariado educacional nacional ou alguma resistência popular para a voucherização da educação pública brasileira⁴. O patrimônio público segue pertencente ao poder público, mas o fundo público é escoado para as iniciativas privadas pela compra de materiais escolares, sistemas de ensino, plataformas, cursos, parcerias, concessão de administração direta e formações. Esse quadro não é menos preocupante, porque

Nesse sentido, a produção em larga escala de produtos para consumo nas escolas, o gerenciamento das redes públicas por parte de empresas privadas e os vários mecanismos de controle direto e indireto não apenas ampliam a circulação de capital na educação. Mais que isso, deixam sob controle do empresariado, e de sua

⁴ Refere-se à prática de utilizar vouchers como forma de financiar serviços, especialmente na área da educação e saúde. A prática faz parte da educação chilena desde os anos 1980 e, desde aquela época, evidencia seus problemas como segregação social e baixos salários para professores (Campanha..., 2021).

respectiva concepção de educação, tanto o currículo quanto a organização do trabalho docente [...] (Motta; Andrade, 2020, p. 7).

A formação dos professores das redes públicas está contida nesse cenário. Na esteira da Nova Gestão Pública⁵, a formação de diretores e diretoras escolares foca cada vez mais na lógica empresarial, de metas e pressão por resultados quantificáveis. Com a aprovação da BNCC, as apostilas e cursos de capacitação ofertados pela iniciativa privada às prefeituras se avolumaram. Com o foco nos resultados de avaliações em larga escala e as bonificações e punições às escolas e professores que não atingem metas estabelecidas pelas redes, o trabalho docente se torna robotizado, estranhado, exaurido de autonomia e pensamento crítico. E mais: acirra as divergências entre professores que se submetem à lógica e os resistentes. As Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes para a formação de professores (Resoluções 2/2020 e 4/2024) deixam aberto o espaço para a continuidade desse processo.

A defesa da municipalização ‘espúria’ é parte desse movimento. Tanto no debate sobre a porcentagem da arrecadação da União, dos estados e municípios destinada à educação, quanto sobre a soberania da capacidade e responsabilidade da federação com relação à Educação Básica, há argumentos para a instituição de um verdadeiro Sistema Nacional de Educação (Saviani, 2010). A descentralização que induz à municipalização, conferindo aos municípios o maior número de matrículas de toda a educação básica (ver nota 2), é um prato cheio para a entrada das corporações educacionais e dos aparelhos ideológicos ligados ao empresariado educacional nas escolas públicas. Hoje, sem um Sistema Nacional de Educação, o que dá a unificação nacional é a avaliação da aprendizagem e não a escola e seus processos de ensino. Além disso, a pulverização da educação em mais de 5.540 “sistemas” de ensino, supostamente autônomos entre si, compromete a mobilização dos trabalhadores da educação, suas carreiras e formação⁶.

Alinhado às recomendações do capital nacional e internacional, é fácil localizar alguns exemplos desse quadro ao visitar sites da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, como o programa “Adote uma escola”, em que são estabelecidas parcerias público privadas (PPP) para que empresas “apoiem unidades escolares em três áreas: doação de insumos, melhorias

⁵ Nova Gestão Pública é uma argumentação do léxico neoliberal que vem da reforma do Estado no bojo das políticas de austeridade. Esse conceito é explorado e aprofundado criticamente no último capítulo.

⁶ Por razões divergentes das colocadas pelo campo crítico da educação (a exemplo de Demerval Saviani), o Todos pela Educação também defende a criação de um Sistema Nacional de Educação e pressionou, sobretudo na pandemia pela Covid-19, pela tramitação do projeto de lei que o institui. É possível localizar seus argumentos em postagens no site oficial da entidade. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-e-sistema-nacional-de-educacao/>>. Acesso em: 5 fev. 2025.

de infraestrutura e conectividade”⁷ e o projeto Gestão para Resultado de Aprendizagem (Rio de Janeiro, 2022a) que, entre termos como “metas” e “indicadores”, seleciona professores da rede municipal para atuarem como “agente de gestão para resultado de aprendizagem” e acompanharem as equipes de escolas selecionadas da rede a fim de que estas melhorem seu “desempenho”. Assim, a problemática das parcerias da SME-RJ para a formação dos docentes da rede está situada no quadro mais avançado do capitalismo no Brasil.

A rede municipal de educação do Rio de Janeiro possui expressão nacional, o que seria suficiente para o estudo do caso dessa rede. Mas também há a relevância da escolha de analisar os contratos e respectivos planos de trabalho e termos de referência porque essa opção de estudo permite aferir o modo pelo qual o capital entra nas escolas públicas municipais de maneira direta e difunde um *ethos* empresarial na formação dos trabalhadores da educação e dos trabalhadores em geral.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

A apresentação do município do Rio de Janeiro objetiva elencar os aportes relevantes da história, da economia e da recente administração da cidade. Situar o setor econômico importa à formação ofertada aos trabalhadores, o que interessa pontuar na pesquisa para pensar a formação dos professores. A particularização das gestões da Prefeitura Municipal e da SME-RJ no período selecionado para o estudo também importa à pesquisa visto que são esses os responsáveis pela condução das políticas de formação docente.

A história da cidade do Rio de Janeiro possui intrínseca relação com a história do Brasil. Desde 1504, com a chegada de portugueses, nomes como “Rio de Janeiro” e “carioca” começaram a compor a identidade da cidade, que se formou nas décadas seguintes. Séculos mais tarde, em 1763, o Rio de Janeiro voltou a ser relevante centro da história nacional ao ser determinada a nova capital do país - período que durou até a modernidade, findado em 1960. A época em que o Brasil foi capital da metrópole com Dom João VI teve o Rio de Janeiro como palco. Os períodos do Império, Primeira República e Era Vargas, também.

Assim como sua história, a imagem cultural da cidade foi construída com a atenção do país e do mundo voltadas para si. Figuras como Carmen Miranda, *hits* como “Garota de Ipanema”, a orla de Copacabana, o time de futebol com o maior número de torcedores no país, a sede da poderosa emissora de televisão nacional, o popular carnaval de rua e desfiles

⁷ Noticiado no site Rio Prefeitura, em 2021. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/multiplan-e-a-nova-parceira-do-abrace-uma-escola-programa-da-secretaria-municipal-de-educacao/>. Acesso em: 14 out. 2024.

de escolas de samba, o ritmo do funk, além de pontos turísticos famosos internacionalmente como a eleita sétima maravilha do mundo moderno, o Cristo Redentor. Sem deixar de lado a produção nacional de cinema, que apresenta a cidade como plano de fundo ou protagonista em filmes consagrados como *Rio 40 Graus* (1955), *Central do Brasil* (1998), *Cidade de Deus* (2002) e *Tropa de Elite* (2007), o município do Rio de Janeiro se consolidou na história e na cultura nacional.

1.2.1 Perfil econômico da cidade do Rio: projeção da formação da força de trabalho

Economicamente, o estado do Rio de Janeiro tem grande participação na indústria de petróleo e gás e a produção do pré-sal confere à sua capital recebimento de *royalties*, entretanto esse ramo não representa porção significativa na economia de sua capital. O maior setor de arrecadação e emprego da cidade do Rio de Janeiro é o setor de serviços. Gawryszewski, Marques e Lavouras (2019) destacaram em artigo sobre a relação entre as bases econômicas do estado do Rio e a oferta de qualificação profissional: “a alta do setor de serviços está proporcional ao declínio de igual valor da atividade industrial fluminense” (p. 219). O setor de serviços absorve essa mão de obra e é expressivo também por atender o turismo da cidade, com movimento o ano todo, além de eventos de grande escala como *Rock in Rio* e *Réveillon* que estimulam a economia do município. Por sua arrecadação e população, a cidade do Rio apresenta o segundo maior PIB do país (IBGE, 2023a).

O fato do principal setor de arrecadação da cidade ser o de serviços é relevante para situar a burguesia local e a formação destinada aos filhos dos trabalhadores da cidade. A burguesia da região é difusa e atrasada devido às heranças cultural e social da capital da Colônia e do Império e não é a burguesia mais relevante do quadro nacional⁸. Ou seja, essa elite não traduz e não aponta o avanço da sociedade capitalista, poucos são os intelectuais da classe dominante ali presentes. O que explica, em partes, tamanho buraco social em que a cidade e o estado se encontram, entregues a disputas territoriais por diferentes grupos armados, tendo a milícia como condutora extraoficial do governo⁹. Aprofundar esse debate

⁸ Há, atualmente, 315 bilionários no Brasil. Apenas 36 deles residem na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo assim, esse quadro coloca a cidade no segundo lugar que mais se encontram bilionários no país, tamanha a concentração dos mesmos na capital paulista (Cardin, 2024).

⁹ Por exemplo, a medalha Pedro Ernesto concedida a Natalino José Guimarães, condenado por chefiar milícia (Rio de Janeiro, 2024a), e a ligação dos assassinos de Marielle Franco com a mesma organização (O Globo, 2024). A série de reportagens especiais do UOL expõe a atuação das milícias na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/milicia-do-rio-se-infiltra-na-policia-e-na-politica-para-expulsar-rivais-e-expandir-territorio/>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

ou ao menos dar conta da complexidade do tema fugiria dos objetivos do trabalho, mas essa colocação é relevante porque localiza as opções feitas nas políticas educacionais nas últimas décadas em uma cidade que, apesar de sediar instituições de pesquisa renomadas - como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - preconiza uma formação pouco qualificada aos trabalhadores do município. No mesmo artigo de Gawryszewski, Marques e Lavouras (2019):

[...] o subsetor de comércio varejista e serviços mais elementares se destacam, embora suas remunerações estejam inversamente proporcionais à sua liderança no volume de força de trabalho empregada no estado. Já as atividades econômicas com maior valor agregado, em especial a indústria extrativa mineral, apesar de ter sido o impulsionador da receita do estado em virtude dos royalties da exploração do petróleo, não foram capazes de gerar um tecido econômico para alavancar o desenvolvimento regional em torno da própria cadeia produtiva e menos ainda para além dela. Ou seja, constatamos pelos exemplos ilustrados que a força de trabalho tem uma média remuneratória muito baixa e, não por discrepância, **a base econômica do estado do Rio de Janeiro também não pressupõe a existência de uma força de trabalho que necessite uma qualificação tão robusta** (p. 237, grifos nossos)

A formação humana rebaixada a competências socioemocionais, maior ênfase nas disciplinas “aprender a ler e contar” e profissionalização precária está relacionada ao peso do setor de serviços na economia da cidade, que é um dos menos qualificados e também um dos que mais abarca os trabalhadores autônomos e informais (IBGE, 2023b). A formação de trabalhadores para atividades complexas não está no foco da cidade, mesmo abrigando grandes estruturas de pesquisa do país, visto que uma das únicas políticas com alguma preocupação em incluir as reivindicações dos trabalhadores de melhoria significativa na educação foi com Leonel Brizola (PDT) à frente do estado.

Para situar rapidamente a história mais recente da educação no município, depois da fusão do estado da Guanabara com o Rio de Janeiro, em 1975, que tornou a cidade do Rio de Janeiro a capital do novo estado do Rio de Janeiro, houve uma reorganização econômica e política e consequente reconstrução do sistema educacional. Destacam-se os movimentos pela redemocratização em todo o país, mobilizações populares, e a greve docente de 1979. As eleições diretas, em 1982, colocaram Brizola no governo do estado com Darcy Ribeiro como vice-governador.

À frente da educação do estado, Darcy Ribeiro promoveu programas e encontros que reuniram professores e culminou na criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP). Como pontuaram Cavaliere e Coelho (2013 *apud* Santos, 2014, p. 86): “Ao final de dois mandatos não contínuos de Leonel Brizola, estavam construídos 506 desses Centros

Integrados, espalhados por todos os municípios que integravam, à época, o estado do Rio de Janeiro”. Destacou-se o foco na educação integral em tempo integral dos estudantes e na formação dos professores, evidenciando a concepção de escola como espaço privilegiado de promoção da educação, cultura e saúde. Contraditoriamente, um projeto que vislumbrou colocar a escola e os professores na centralidade da política educacional também provocou críticas e insatisfação por parte dos docentes, com nova greve em 1986, que teve como principal resultado o aumento do salário dos professores tanto no âmbito municipal quanto estadual (Miranda, 2011).

Para o trabalho desenvolvido sobre as parcerias da SME-RJ a partir de 2016 é relevante destacar que, à época dos movimentos pela redemocratização e da construção dos CIEPs, a mobilização e atuação política dos professores foi significativa, além de axial do projeto educacional daquela década. “Sobressai o fato de que a escola pública, no caso, os CIEPs, é dirigida, organizada e concretizada por trabalhadoras e trabalhadores da educação e não pelas fundações empresariais, pelas corporações educacionais ou por outras formas de terceirização.” (Leher, 2024, p. 31).

A descontinuidade da política educacional dos CIEPs nos anos 1990¹⁰ deu lugar às políticas de Qualidade Total (Santos, 2014). A estrutura administrativa da educação municipal sofreu significativas mudanças até 2008, com reorganização regional das escolas em Coordenadorias Regionais de Ensino (CREs), criação da MultiRio¹¹ e implementação da ferramenta Sistema de Controle Acadêmico (SCA) para análise de fluxo e desempenho estudantil.

Assim como no quadro nacional - em que a sociedade civil burguesa se organizava e passava a compor o governo federal por meio do Todos pela Educação e outros movimentos citados no subcapítulo anterior, além da implementação de avaliações em larga escala no Brasil -, a educação no Rio de Janeiro não foi diferente com as políticas de Qualidade Total:

Em nome da qualidade total, depois, da eficiência e outras denominações, os APH empresariais foram, pouco a pouco, apagando a centralidade das escolas e dos professores na direção intelectual e moral da educação. Os deslocamentos são muitos e bem conhecidos: conhecimento foi redefinido como competência; projeto

¹⁰ O município do Rio de Janeiro foi o espaço em que os CIEPs mais perduraram no estado, visto que os prefeitos eleitos ao longo do período Brizola e logo depois - Marcelo Alencar (1983-1985; 1989-1992) e Saturnino Braga (1986-1988) eram seus aliados, ao menos inicialmente. Entretanto, seus governos municipais se distanciaram da concepção e execução do que eram os CIEPs concebidos pelo governo estadual outrora aliado, transformando-os em escolas comuns (Cavaliere, 2013 apud Santos, 2014). Mas foi depois, com Cesar Maia (1993-1996; 2001-2008) e Luiz Paulo Conde (1997-2000) na prefeitura municipal, que efetivamente se deu a reorganização da política educacional.

¹¹ Vinculada à SME-RJ, a MultiRio foi criada para o desenvolvimento de programas audiovisuais para a formação dos professores, diretores e equipes técnicas. Hoje, além de produzir materiais de formação para os professores, o faz também para os estudantes da rede municipal de educação.

político-pedagógico como gestão da escola; formação histórico-crítica para a vida social e política por capital humano; avaliação como um processo auto-organizado pelos sujeitos que realizam o controle social da escola por testes baseados em indicadores numéricos nos quais os professores são objetos e não sujeitos; financiamento da escola em sua totalidade pela instituição de uma métrica que considera os *per capita* e assim por diante. (Leher, 2024, p. 32)

Como já destacado na caracterização nacional, o reordenamento da centralidade da educação que conferiu destaque à “aprendizagem” em abstrato não só deslocou a escola do seu papel social e educativo, como aprofundou a perda da referência dos trabalhadores da educação. No município do Rio de Janeiro, esse caminho foi aberto pelas políticas realizadas na prefeitura de Cesar Maia¹², cujo sistema implementado gerou distorções e impopularidade acerca de “aprovação automática”. Encerrado seu último mandato em 2008, Maia passou o bastão para Eduardo Paes, seu outrora apadrinhado político¹³, cuja atuação nas políticas de educação do município será pormenorizada a seguir.

1.2.2 A Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro de 2016 a 2024

Além de possuir pouco mais de seis milhões de habitantes, se configurando como a segunda cidade mais populosa do Brasil, o Rio de Janeiro vem sendo uma das mais influentes cidades do país há séculos. A “cidade maravilhosa” é vitrine no Brasil e no mundo e, por esse motivo, é plausível afirmar que as políticas locais são tão grandemente influenciadas quanto influenciam a política nacional. Atualmente, a rede municipal de educação é responsável por 1540 escolas, com 36.523 professores e 705.659 estudantes atendidos na educação infantil e no ensino fundamental. Um exemplo da referência do município do Rio é a concepção do secretário municipal de educação sobre uma recente política do município:

“Essa é mais uma oportunidade pra gente mostrar que o investimento público pode ser referência para o país. Os [Ginásios Experimentais Tecnológicos] GETs chegam na nossa rede como o modelo de *escola mais inovadora do Brasil*. Estamos aqui pra mostrar que a tecnologia pode e deve estar nas salas de aula, permitindo que todas as crianças tenham acesso a estes recursos, que potencializam a aprendizagem e desenvolvem novas habilidades. Nossa participação busca inspirar a sociedade com este trabalho”, comentou o secretário municipal de Educação, Renan Ferreirinha.

“Nossos GETs estão em todos os pontos do Rio, inclusive nas comunidades. Não poderíamos ter melhor espaço para exibir esse projeto que é orgulho da prefeitura

¹² Integrante do que se consolidou como “centrão” e corroborando para o argumento defendido nesta dissertação da fragilidade de projeto político próprio para a cidade, Cesar Maia foi eleito pela primeira vez pelo PMDB, passando pelo PFL, PTB e DEM em suas candidaturas.

¹³ Eduardo Paes foi apadrinhado político de Cesar Maia até 2002. Iniciou sua carreira política na Juventude Cesar Maia no início dos anos 1990, sendo nomeado subprefeito por Maia nessa época. Depois foi eleito vereador em 1996 e deputado federal em 1998 pelo PFL, secretário do Meio Ambiente em 2001 na prefeitura de Maia e deputado federal novamente em 2002, já rompido com seu padrinho político. Em 2007 foi secretário de Turismo, Esporte e Lazer no governo estadual de Sergio Cabral Filho que o apoiou nas eleições municipais de 2008, ocasião em que Eduardo Paes foi eleito prefeito do Rio de Janeiro pelo PMDB.

do Rio e **pode inspirar outras redes de ensino.**”, afirmou Ferreirinha. (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2023, **grifos nossos**)

Entretanto, para além da sua numerosa população, influência histórica e cultural, há outro elemento crucial para a caracterização do município do Rio de Janeiro que localiza o período do estudo realizado (2016-2024): as frações burguesas que governam o estado e sua capital não possuem projeto próprio de educação. Essa ausência na educação ocorre porque a burguesia local não possui expressão nacional, já que economicamente não estão atrelados à produção agropecuária e tampouco à industrial, como ressaltado anteriormente. Os governantes que se revezam no poder nas últimas décadas¹⁴ contam com uma máquina eficiente, mas não são dirigentes (no sentido gramsciano) de uma concepção de educação particular, por isso é necessário importar a direção da educação. A direita tradicional introduz em suas ações as diretrizes internacionais do FMI, Banco Mundial, UNESCO e etc. para a formação da classe trabalhadora¹⁵. Assim, com exceção da gestão de Marcelo Crivella - representante da extrema-direita no município do Rio que defendeu projeto próprio com a máquina da Igreja Universal, e que terá seu mandato especificado ainda nessa seção -, o Rio de Janeiro é dirigido por uma classe alinhada às proposições dos APHs empresariais.

Para evidenciar as diferenças das políticas engendradas pela direita e pela extrema-direita nos últimos anos, vê-se que a experiência que se investiga no município do Rio de Janeiro é contemporânea a experiências como a gestão privada das escolas públicas - Ratinho Jr. (PSD-PR) com o Programa Parceiro da Escola¹⁶ e Romeu Zema (NOVO-MG) com o Projeto Somar¹⁷ - e a construção e manutenção de escolas públicas pela iniciativa privada - Projeto Novas Escolas de Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP)¹⁸. O que há em comum entre as três experiências concomitantes ao que ocorre no município do Rio de Janeiro - e que possuem investigações mais profundas em andamento, dada a atualidade das políticas - é a velocidade e a abrangência com que as privatizações da administração e da

¹⁴ No governo estadual: Marcello Alencar (PSDB), família Garotinho (PSB/PMDB), Sérgio Cabral Filho (PMDB), Pezão (PMDB), Wilson Witzel (PSC) e Claudio Castro (PSC/PL). No município: Cesar Maia (PTB/DEM) e Eduardo Paes (PMDB/DEM/PSD). No estado, diversos escândalos relacionados à corrupção e envolvimento com milícia.

¹⁵ os motivos estão atrelados à dependência (Fernandes, 1981).

¹⁶ Lei nº 22.006/2024. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-06/pl345.2024lei22.006.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

¹⁷ Publicado no site do estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/secretaria-de-educacao-da-inicio-ao-projeto-somar-em-tres-escolas-da-rede-estadual-neste-ano-letivo-de-2022/>. Acesso em: 26 out. 2024.

¹⁸ Publicado no site do estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/ppp-educacao-novas-escolas/#:~:text=O%20projeto%20Novas%20Escolas%2C%20qualificado,apenas%20servi%C3%A7os%20n%C3%A3o%2Dpedag%C3%B3gicos>. Acesso em: 26 out. 2024.

construção das escolas públicas estão sendo implementadas, assim como o radical esvaziamento do lugar dos educadores na organização teórico-prática das escolas, como preconizado pela austeridade que propugna o desposseimento da soberania popular sobre os assuntos públicos, causando resistência de setores sociais. Os governos estaduais citados representam projetos de extrema-direita no poder, com os três se aliando a Jair Bolsonaro (PL) em suas campanhas eleitorais¹⁹, inclusive tendo o último sido ministro do ex-presidente.

A gestão da prefeitura municipal do Rio de Janeiro, de Eduardo Paes (PSD), segue um caminho diferente do apontado acima. Além de ser apoiado por Lula (PT), oposto no espectro político, desenha uma privatização da educação básica que foca na parceria majoritária de APHs na área pedagógica e busca consolidação sólida e estrutural, alinhada com o governo federal e mais assentada na legislação vigente que as outras experiências - apesar de não sê-lo totalmente, como fica evidente na apresentação dos resultados da pesquisa. Em recente publicação do Todos pela Educação, a organização critica a celeridade de experiências supracitadas dos governos de extrema-direita e se posiciona a favor da manutenção da gestão pedagógica sob o controle da gestão escolar (Todos pela Educação, 2024). Mais uma vez evidencia-se que a experiência do município do Rio de Janeiro pode fornecer elementos para o movimento do Capital na educação pública brasileira.

O prefeito do município em 2025, Eduardo Paes (PSD) - que governou a cidade por três mandatos - 2009-2016; 2021-2024, recentemente reeleito para mais quatro anos -, tem consciência dos holofotes que a cidade recebe e faz parte dessa classe política sem projeto próprio de educação, com alinhamento às formulações importadas. Entre megaeventos como Olimpíadas Rio2016, shows da Madonna e da Lady Gaga em Copacabana, sede do G20 e anúncio de retomada da Bolsa de Valores do Rio, o prefeito cai nas graças dos cariocas por valorizar, sobretudo no discurso, a cultura boêmia da cidade, o carnaval, o futebol e o samba. Mas, entre outras políticas desastrosas²⁰, se orgulha em lançar projetos inacabados, abandonados e com parcerias do setor privado no que se refere à educação. É o caso das Escolas do Amanhã, desde 2009, e dos Ginásios Educacionais Olímpicos (GEOs), desde 2011:

¹⁹ Publicado pela CNN Brasil, Marcello Sapio. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/oito-governadores-eleitos-se-aliam-a-bolsonaro-e-quatro-apoiam-lula/>. Acesso em: 26 out. 2024.

²⁰ De armamento da Guarda Civil Municipal (GCM), a proibição de camelôs em centros comerciais da cidade, passando por Organizações Sociais de Saúde (OSS), terceirização da manutenção de praças e parques municipais, fortalecimento da especulação imobiliária no centro da cidade e congelamento do Vale-Refeição de R\$12,00 para os professores. Publicado por Jean Barroso no Esquerda Diário. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/10-motivos-para-nao-votar-em-Eduardo-Paes-para-a-prefeitura-do-Rio>. Acesso em: 18 out. 2024.

Na Rede Municipal do Rio de Janeiro, essas organizações não são nomes desconhecidos, tendo se feito presente no apoio a projetos como o Programa Reforço Escolar, apoiado pelo Instituto Unibanco (SME, 2016); o Projeto Ginásio Carioca, apoiado pela Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, Instituto Conecta e Unesco²¹; e o projeto Vamos Aprender²², que disponibilizou vídeos educacionais através do Rioeduca na TV (SME, 2021b) durante o ensino remoto emergencial, e tinha entre seus colaboradores a Fundação Lemann, a Fundação Roberto Marinho, o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb) e a Unesco (Mendes, 2024, p. 75).

Para secretariar Eduardo Paes na educação de seu primeiro mandato na prefeitura do Rio de Janeiro, os setores da burguesia nacional e internacional enviaram Claudia Costin - dada a relevância da cidade e a importação do projeto burguês de educação, como construído neste tópico. Já ligada anteriormente a governos como Fernando Henrique Cardoso, no âmbito federal²¹, e Geraldo Alckmin, no governo estadual de São Paulo, além de ser uma das fundadoras do aparelho ideológico Todos pela Educação e do Movimento pela Base, foi secretária de educação dos governos Eduardo Paes, no período de 2009 a 2014.

Em texto publicado em 2012, Olinda Evangelista e Roberto Leher analisaram o chamado “episódio Costin no MEC” sobre a indicação da secretária municipal de educação para gerenciar a pasta da Educação Básica no MEC no final de 2012. A proporção da mobilização de professores, estudantes e organizações sindicais fez com que a nomeação não se efetivasse, mas expôs de maneira exemplar a relação entre as frações burguesas locais - na figura de Costin e do Todos pela Educação - com os governos petistas e com a prefeitura de Eduardo Paes (Evangelista; Leher, 2012).

Apesar de sua atuação não ser abarcada pelo escopo da pesquisa, as ações de Claudia Costin na SME-RJ são relevantes para a história da Rede para contextualizar o retorno de Eduardo Paes à prefeitura em 2021. Na SME-RJ, Costin era secretária de educação na implementação dos projetos Escolas do Amanhã e Ginásios Educacionais Olímpicos. Implementou o Mais Educação, do MEC-Todos pela Educação, com precarização do trabalho com os monitores e parcerias com organizações sociais para promover reforço escolar nas unidades educacionais. A figura deixou a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro para ingressar no Banco Mundial (BM) em julho de 2014, como gerente do BM para a América Latina²². Depois, passou pela SME-RJ Regina Helena Diniz (2014-2016), ainda no governo Paes, que havia atuado como consultora no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na área de avaliação educacional, pelo INEP/MEC.

²¹ Claudia Costin foi secretária-executiva do Ministério da Administração e da Reforma do Estado no governo Cardoso na ocasião da aprovação e implementação do Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995 a 1998.

²² Publicado no site do World Bank Club. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/about/people/c/claudia-costin>>. Acesso em: 10 out. 2024.

A prefeitura de Marcelo Crivella (Republicanos) na educação foi marcada por contradições, porque no discurso político houve alinhamento à extrema-direita, enquanto na prática não houve rupturas significativas com a política colocada em curso no governo anterior. Durante seu mandato, parte da agenda do Movimento Escola Sem Partido ganhou legitimidade no discurso político²³ em meio a boicote ao carnaval e outros eventos culturais contrários à sua posição religiosa²⁴ e apoio do então presidente Jair Bolsonaro. Por outro lado, tanto pelo descaso e desorganização do prefeito com a secretaria - que permitiu correr o trabalho mais ou menos como vinha sendo feito - quanto pelos nomes indicados para a pasta da educação - com a nomeação de um quadro de esquerda para a secretaria -, a promoção da Igreja Universal em diferentes instâncias municipais²⁵ e o afastamento da SME-RJ das parcerias com o Todos pela Educação e APHs correlatos aconteceram, mas não foi posta em prática nenhuma política efetiva de mudança dos currículos, materiais didáticos, criação de unidades escolares ou formação docente a fim de implementar o que o discurso religioso apresentava. Se soma a esse complexo quadro a pandemia pela Covid-19, que sobreveio no último ano da administração de Crivella.

No mandato de Crivella, Cesar de Queiroz Benjamin (2017-2018), quadro antigo da esquerda nacional e apoiador histórico de Crivella em candidatura anterior, chegou a secretariar a educação da cidade por um ano e meio. Cesar foi exonerado²⁶ e substituído por Talma Romero Suane (2018-2020), sua então chefe de gabinete, professora e diretora em escolas da rede pública do município e figura ligada à Fundação Lemann por meio de curso de especialização em “Gestão para Aprendizagem”. Talma se ausentou da secretaria durante a

²³ “‘Não à legalização do aborto. Não à legalização das drogas. Não à ideologia de gênero da criança’, bradou Marcelo Crivella (PRB) em seu primeiro discurso após a vitória, com 59% dos votos, para a Prefeitura do Rio de Janeiro”, escreveu CartaCapital, em 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/crivella-entre-a-igreja-e-a-gestao-publica/>>. Acesso em: 26 mai. 2025.

²⁴ “A influência da religião do prefeito nos assuntos locais também é objeto de discussão. Um dos principais líderes da Igreja Universal do Reino de Deus, Crivella se esforça para desvincular de sua gestão a sua fé – que é contrária aos desejos da carne —, mas nem sempre consegue.”, por Maria Martín, pelo El País, em 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/15/cultura/1497557739_810021.html>. Acesso em: 26 mai. 2025.

²⁵ “As diretoras [...] que integram a rede pública municipal, informaram, em depoimento à promotora Gláucia Santana, que pastores da Universal pediram para usar o espaço escolar para a realização do evento ‘Grande Ação Social’ que incluía serviços gratuitos à população do entorno das escolas e ‘atendimento espiritual’, segundo menciona o MP na ação civil pública.” Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/07/12/mp-acusa-crivella-de-usar-escolas-publicas-par-a-eventos-da-universal.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2025.

²⁶ Sua retirada da SME foi polêmica, com apontamentos de ambiente tóxico e traição, tendo “Em mensagem publicada nas redes sociais, poucas horas (SIC), Benjamin afirmou que a saída do cargo já era esperada e que saiu do cargo por não ceder ‘à politicagem e aos inimigos da educação’” Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/crivella-exonera-secretario-de-educacao-do-rio-cesar-benjamin.g.html>>. Acesso em: 2 nov. 2024.

pandemia pela Covid-19 por menos de dois meses, retornando ao posto até o fim do governo de Marcelo Crivella²⁷.

Pela particularidade da administração de Crivella, Eduardo Paes não precisou se confrontar com mudanças profundas na política educacional quando retornou à prefeitura. A marca do terceiro mandato de Paes (2021-2024) na educação, novamente com o apoio do Partido dos Trabalhadores, foi a retomada do alinhamento às políticas neoliberais com passagem livre para o Todos pela Educação e, dessa vez, a incorporação orgânica da Fundação Lemann na SME-RJ. Seu secretário de educação do período merece maior espaço para apresentação, porque além de gerenciar a pasta por tempo considerável do recorte temporal da pesquisa, possui estreita relação com APHs da classe dominante²⁸. Renan Ferreirinha Carneiro é “Lemann Fellow” (Fundação Lemann, 2018), com bolsa de estudos da Fundação Estudar. Além disso, integra o RenovaBR²⁹ e é co-fundador do Mapa-Educação e do Movimento Acredito, ambos apoiados por entidades como Fundação Lemann, Todos pela Educação, Fundação Roberto Marinho e UNESCO. Em sua trajetória política, foi eleito na “bancada Lemann”, em 2018, para deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ferreirinha assumiu como deputado estadual do Rio de Janeiro e sua campanha recebeu, majoritariamente, financiamento de empresários como Nizan Guanaes, Armínio Fraga Neto e Daniel Faccini Castanho (Montesani, 2019)³⁰. Em 2020 foi escolhido para a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ) de Eduardo Paes, função que exerceu durante todo o terceiro mandato do prefeito, com afastamento pontual do cargo para as eleições de 2022 - e sido eleito, já pelo Partido Social Democrático (PSD), a deputado

²⁷ Informações sobre os secretários municipais de educação no site da Prefeitura do Rio. Disponível em: <<https://www.rio.rj.gov.br/web/epf/galeria-de-secretario-a-s>>. Acesso em: 4 nov. 2024.

²⁸ A apresentação da relação estreita entre Renan Ferreirinha e APHs Lemann foi exibida pela autora no “V Encontro Nacional/IV Colóquio da IGS-Br e IV Conferência Gramsci, Marx e o Marxismo” em agosto de 2024 no formato de resumo expandido, publicado nos Anais do evento no site da IGS-Br. Disponível em: <<https://igsbrasil.org/publicacoes>>. Acesso em: 28 jul. 2025. O texto é reproduzido aqui ligeiramente modificado.

²⁹ Idealizado e fundado em 2017 por Eduardo Mufarej, ex-sócio da Tarpon - investidora em empresas educacionais no Brasil (Galzerano, 2016) e por Gabriel Azevedo (Lemann Fellow) (Mazza, 2020). O Renova BR tem como foco a formação de líderes políticos e já elegeu mais de 170 candidatos. Disponível em: <<https://www.renovabr.org/>>. Acesso em: 1 fev. 2024.

³⁰ Nizan Guanaes é publicitário, ex-sócio-fundador do bilionário grupo ABC, fundador da N ideias e embaixador da UNESCO. Armínio Fraga Neto foi presidente do Banco Central do Brasil na presidência de FHC, fundador da Gávea Investimentos e relevante intelectual da classe dominante. Daniel Faccini Castanho é fundador e presidente do Conselho de Administração da Ânima Educação, holding educacional com capital aberto na B3. Informações colhidas nas páginas disponíveis em: <<https://forbes.com.br/carreira/2022/09/o-novo-negocio-de-nizan-guanaes-e-criar-estrategias-para-grandes-empr>>, <<https://cebri.org.br/especialista/26/arminio-fraga>> e <<https://exame.com/colunistas/empreender-liberta/daniel-faccini-castanho-educacao-nao-tem-que-ser-prioridade-de-um-pais-tem-que-ser-premissa/>>. Acesso em: 1 fev. 2024.

federal. Nesta última campanha, recebeu financiamento majoritariamente de empresários ligados ao RenovaBR e à Fundação Estudar³¹.

Renan Ferreirinha ganhou espaço na mídia ao coordenar o retorno às aulas presenciais no município. Escreveu artigos de opinião a respeito do tema em veículos como “A Folha” e “Revista Poder”, ambas de circulação nacional e pertencentes ao mesmo grupo editorial. Em um dos textos, critica o então governo federal, de Jair Bolsonaro (PL), a gestão do Ministério da Educação (MEC) durante a pandemia e a retomada do ensino presencial³². Marina Mendes (2024) aponta a crescente plataformização da Rede com a gestão de Ferreirinha e sua subsecretária de ensino, também ligada à Fundação Lemann, Teresa Pontual:

O atual Secretário Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro é Renan Ferreirinha e, embora durante o ano de 2020, período abrangido pelo recorte desta pesquisa, Talma Romero Suane tenha ocupado esse cargo, é a partir do mandato de Ferreirinha que a Secretaria passa a intensificar suas políticas de plataformização e digitalização da Rede. (Mendes, 2024, p. 71)

No início de 2023, ao escrever sobre as expectativas para o ano letivo, Renan Ferreirinha celebrou o novo ministro da educação à frente do Ministério:

Esperanças foram renovadas com a entrada da nova gestão do Ministério da Educação e as sinalizações de restabelecimento de prioridades adequadas. A cidade do Rio também passou por esse momento em 2021, início da atual gestão, quando, de forma planejada e coordenada com a Ciência, liderou a reabertura das escolas e o retorno às aulas presenciais, depois de um longo período de descaso político e social (Ferreirinha, 2023).

Camilo Santana (PT) é o ministro da educação citado positivamente por Ferreirinha. O ex-governador do Ceará também tem intrínseca relação com APHs educacionais, sobretudo com a Fundação Lemann, assim como Ferreirinha, como pontuado na introdução desta dissertação. Seu governo estadual foi marcado por aumento de índices em avaliações de larga escala e recompensas financeiras atreladas ao desempenho dos municípios do estado, o que o ministro evidencia com orgulho. Enquanto governador, defendeu no seminário Brazil Conference at Harvard & MIT 2021:

“O papel do poder público neste momento é se adequar a esse ambiente de transformação das carreiras. E isso exige mudança de paradigmas. Precisamos valorizar o servidor público dentro do ponto de vista da meritocracia e medir os resultados das políticas públicas e das entregas”, diz o governador do Ceará. (Fundação Lemann, 2021)

³¹ Os maiores doadores foram Armínio Fraga Neto, novamente; ao lado de Candido Botelho Bracher, do Itaú; Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos, da Gera Capital (de Jorge Paulo Lemann e dona da Eleva Educação); e Florian Bartunek, presidente da Fundação Estudar.

³² Publicado por Ferreirinha na Revista Poder Online. Disponível em: <<https://revistapoder.uol.com.br/edicoes/edicao-149/nossas-criancas-e-jovens-nao-podem-esperar-renan-ferreirinha/>>. Acesso em: 1 fev. 2024.

A ideia de “meritocracia” diretamente defendida por Camilo Santana enquanto governador e depois também no cargo de ministro da educação do terceiro governo Lula corresponde à cartilha neoliberal de entidades e empresas com atuação na educação, seguida também por Renan Ferreirinha e outros diversos intelectuais atuantes na esfera pública que foram formados para defender os interesses dos grupos dominantes.

Na configuração atual, Renan Ferreirinha é apenas mais um intelectual formado para atuar na sociedade civil a fim de disputar a hegemonia da ideologia do grupo dominante, é um “preposto”. No Caderno do Cárcere nº12, quando Antonio Gramsci se debruça sobre a questão dos intelectuais - no sentido de possuir função diretiva, organizativa -, exemplifica o intelectual orgânico como os empresários (ou ao menos uma elite deles) capazes de organizar a sociedade ou selecionar empregados a quem confiar tal função - esses empregados são especializados e chamados “prepostos”(Gramsci, 2001, p. 15). Na mesma obra, ao diferenciar sociedade civil e sociedade política, Gramsci relaciona tal conceito aos intelectuais: “Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (Gramsci, 2001, p. 21). E completou, ressaltando que são agentes de consenso e coerção.

O secretário está inserido no quadro de lideranças da Fundação Lemann como outros, propaga ideais neoliberais meritocráticos e se consolida como peça de grande relevância na educação. Na corrida eleitoral, chamou sua campanha para deputado estadual de “startup”³³, mas a lógica empresarial não parou na campanha. Participa de eventos da Fundação Lemann, é sócio-efetivo do Todos pela Educação, dá entrevistas sobre sua trajetória de vida e superação, convida dirigentes de entidades do empresariado educacional para debates em suas redes sociais. Enquanto o faz, exerce atividade organizativa nesses espaços, na Secretaria Municipal de Educação e nas escolas municipais do Rio de Janeiro - com alinhamento, aprovação e apoio da prefeitura de Eduardo Paes e do MEC de Camilo Santana.

Como apontado anteriormente neste capítulo, no percurso histórico da relação público-privado na educação nacional desde os anos 1980 e com intensificação da participação das corporações educacionais na educação básica a partir de 2016, com a relevância do município do Rio de Janeiro e com a história recente dos mandatos de Eduardo Paes, o último mandato do prefeito não tomaria um rumo distante. Renan Ferreirinha retoma a tradição da direção da Secretaria por setores vinculados às organizações sociais da burguesia e o faz com a onda do momento: a tecnologia nas escolas, a preparação para o

³³ Em Istoé Dinheiro, por Gabriel Baldocchi, “Os candidatos de Jorge Paulo Lemann”. Disponível em: <<https://istoedinheiro.com.br/os-candidatos-de-lemann/>>. Acesso em: 1 fev. 2024.

século XXI, a cultura STEAM e um novo projeto de educação para servir de propaganda para a reeleição. Foram colocados em curso, na prefeitura municipal do Rio de Janeiro, os Ginásios Educacionais Tecnológicos. Criados em 2021 e inseridos permanentemente na estrutura da rede municipal de educação em 2024, inauguraram-se 200 escolas transformadas em GET até o final do referido ano³⁴. O novo projeto também conta com parcerias com o setor privado para doação de materiais e obras de adaptação. Além disso, estabelece contratos para a formação dos professores da rede, com o objetivo de formar professores com “habilidades para o século XXI” (Rio de Janeiro, 2022b, p. 33).

Encerrando o primeiro capítulo, rememora-se o recorte temporal da presente pesquisa, de 2016-2024, não abarcando toda a administração municipal de Eduardo Paes e considerando a administração do bispo evangélico e bolsonarista Marcelo Crivella no percurso. Tal escolha foi justificada anteriormente pelo fato dos últimos dez anos o empresariado educacional ter “girado” para a educação básica e, mais ainda, para a educação básica pública. Espera-se ter respondido a questão levantada na introdução “O que justifica a escolha de parcerias com o setor privado, considerando a existência de um importante conjunto de instituições formadoras públicas, entre as maiores e mais relevantes do país?” com a exposição do contexto nacional e local. A atuação do empresariado educacional no Brasil e a influência sobre a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro explicitam as escolhas pelas parcerias com setores privados em detrimento daquelas feitas com instituições públicas. Os quadros dos termos estabelecidos e seus respectivos favorecidos expostos no próximo capítulo revelam de maneira mais consistente o alinhamento das parcerias para a formação docente com as empresas e entidades privadas, sobretudo com as organizações privadas ditas “sem fins lucrativos”.

³⁴ Em G1, por Mariana Queiroz. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2024/noticia/2024/08/28/paes-promete-300-ginasios-tecnologicos-e-75percent-dos-colegios-em-tempo-integral-crianca-da-escola-publica-precisa-de-atencao.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2024.

2 OS FAVORECIDOS E SUAS IMPLICAÇÕES

O segundo capítulo se fundamenta na apresentação e análise dos dados empíricos, discute as conexões derivadas da investigação sobre a relação de favorecidos nos contratos firmados pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e ainda aponta mesmo que preliminarmente os benefícios financeiros obtidos pelas organizações.

2.1 APRESENTAÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO COLETADO

2.1.1 Percurso metodológico

Antes de expor a análise do material coletado, é necessário explicitar o percurso metodológico, ou seja, evidenciar o caminho percorrido para buscar e selecionar os termos jurídicos com os quais a pesquisa se propôs a trabalhar. Assim, para alcançar o objetivo específico desta investigação “mapear os contratos e outros termos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro com o objetivo de formar os professores e gestores da rede municipal de educação” no período de 2016 a 2024, empenhou-se uma busca ativa de documentos pertinentes à investigação, como contratos, acordos de cooperação e convênios, bem como registros complementares como planos de trabalho e termos de referência nos veículos oficiais de comunicação. Esse procedimento formal de busca e localização de contratos e outros termos em meios eletrônicos como ferramenta - a exemplo de sites oficiais da prefeitura (Portal ContasRio e Portal Rio 1746) e solicitações via e-mails institucionais da SME - foi possível graças às legislações nacionais e municipais atuais e durou cerca de oito meses. O desenrolar da seleção e análise dos contratos da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro é especificado a fim de expor o teor dos mesmos e disponibilizar o percurso e a documentação para outros pesquisadores.

A primeira legislação que embasa a publicidade dos contratos e outros termos públicos é a Lei de Acesso à Informação, inscrita no nº 12.527/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Seu objetivo é garantir o acesso a informações conforme previsto na Constituição Federal de 1988, como o direito de receber informações dos órgãos públicos e de acessar registros administrativos e informações sobre atos do governo. Para cumprir essa lei, o estado do Rio de Janeiro e o município do Rio de Janeiro regulamentaram por meio dos respectivos decretos nº 46.475/2018 e nº 44.745/2018 a disponibilização de informações, a transparência e a solicitação de informações.

Atualmente, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro possui diferentes sites de acesso à informação. O site “Contas Rio”³⁵ foi utilizado para o levantamento dos contratos e outros termos no período de 2016 a 2023. Em 2024, foi lançado um novo site “Contas Rio”³⁶ com o objetivo de substituir três outros sistemas individuais existentes, que tratavam: do planejamento orçamentário (ORCAMENTO), da execução orçamentária e contabilidade (FINCON) e da execução financeira (FINANC). Por essa razão, neste último site estão compiladas as informações a partir de 2024.

A escolha dos contratos e outros termos a serem analisados se deu, inicialmente, pelo “objeto” do contrato no banco de dados disponibilizado pelo antigo site “Contas Rio” - objeto é a informação do que se pretende obter ou realizar, a finalidade ou objetivo de um contrato - para, em seguida, produzir nova seleção de contratos a analisar a partir da leitura de seu inteiro teor - este é o termo completo que contém os responsáveis, as responsabilidades das partes, o plano de trabalho e demais cláusulas. Foram selecionados os contratos, dentro da execução direta da Secretaria Municipal de Educação (unidade orçamentária 1600) cujos objetos incluíam um ou mais termos dentre os listados: professores, educadores, gestores, formação, capacitação, treinamento, aperfeiçoamento, projeto, consultoria, apoio e/ou melhoria.

Dessa forma, foram selecionados 240 contratos entre os anos de 2016 e 2024. Destes, em 171 foi possível acessar o inteiro teor sem recorrer ao requerimento de informação diretamente à prefeitura. Não é por acaso que a maioria dos arquivos disponíveis se concentra nos anos de 2022 a 2024, isso se dá pela criação do Decreto Rio nº 49.409/2021 que instituiu, a partir de 15/10/2021, a obrigatoriedade de divulgação integral dos instrumentos jurídicos firmados pelos Órgãos e Entidades da Administração Municipal Direta e Indireta, bem como seus respectivos aditivos no portal Contas Rio.

Para os contratos e outros termos localizados e interessantes à pesquisa cujo inteiro teor esteve ausente nos sites, solicitou-se no portal disponibilizado pela prefeitura para o caso. O “Portal Rio 1746”³⁷ é um site da prefeitura que compila dúvidas, ouvidoria, informações cotidianas da cidade (como pontos de trânsito, obras e campanhas) e por meio do qual pode-se fazer solicitações de serviço ou de informação. Assim, por intermédio do mesmo, solicitou-se o inteiro teor e demais anexos faltantes. Seguindo as instruções das respostas neste instrumento, os processos indisponíveis em seu inteiro teor no Portal foram solicitados

³⁵ Disponível em: <<https://www.rio.rj.gov.br/web/contasrio/principal-fincon>>. Acesso em: 17 nov. 2024.

³⁶ Disponível em: <<https://contasrio.rio.rj.gov.br/ContasRio/#!/Home>>. Acesso em: 17 nov. 2024.

³⁷ Disponível em: <<https://www.1746.rio/hc/pt-br>>. Acesso em: 17 nov. 2024.

via e-mail para setores internos da SME-RJ, com agendamento presencial de vistas aos documentos. O procedimento para receber os contratos digitalizados incluiu a análise, por parte da equipe do Centro Arquivístico da SME, de ofício da UFRJ e projeto de pesquisa. Assim, foi possível coleta digital de diversos contratos e respectivos planos de trabalho de processos referentes ao período 2016-2021 indisponíveis no site Contas Rio.

O tratamento da empiria foi realizado por meio dos seguintes procedimentos:

- a) primeiro filtro de seleção, pelo objeto do contrato;
- b) segundo filtro, pela leitura do inteiro teor a fim de mantê-lo no escopo da pesquisa ou excluí-lo;
- c) síntese das informações gerais dos termos (especificada em 2.1.2);
- d) fichamento dos contratos;
- d) agrupamentos por semelhanças e conexões, com mapas mentais (disposto em 2.2);
- e) novo recorte e análise - com análise crítica de documentos (Evangelista; Shiroma, 2019);
- f) síntese (articulada em 2 e 3).

2.1.2 Considerações gerais sobre a empiria

Nessa síntese das informações gerais sobre a empiria é apresentado o quadro geral de contratos e outros termos do período selecionado³⁸ e, em seguida, o recorte de termos relacionados direta ou indiretamente à formação de professores, escolhidos para a pesquisa³⁹.

³⁸ Entre 2016 e 2024 foram estabelecidos 1963 contratos entre a Secretaria Municipal de Educação (unidade orçamentária 1600) e favorecidos externos a ela.

³⁹ Refere-se aos 240 termos selecionados no tratamento da empiria.

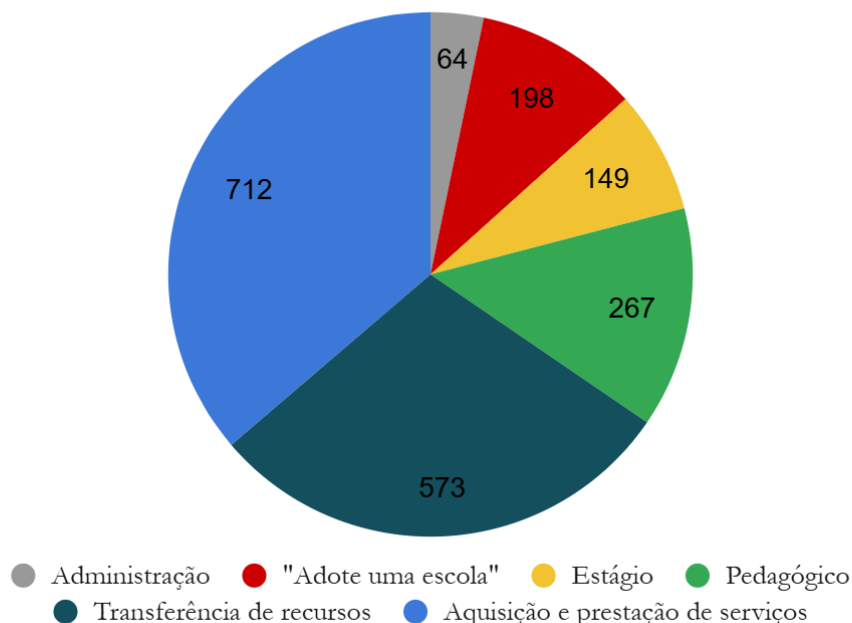


Gráfico 1: Classificação do universo de contratos (2016-2024) (própria autora)

O universo dos contratos de 2016 a 2024 foi classificado aqui em seis grupos excludentes entre si. Nota-se que a maioria dos contratos se relacionam com *Transferência de recursos* ou com *Aquisição e prestação de serviços* - transferência de recursos trata especificamente de recursos do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para escolas conveniadas, enquanto aquisição e prestação de serviços inclui materiais como uniforme escolar, notebooks, fogões, serviços gráficos, obras, cartão vale-transporte, contratação de agência de viagem, telefonia, entre outros. Nenhum termo desses grupos foi selecionado para a pesquisa, pois não abarcam formação docente. Entretanto, é de suma importância sublinhar o peso desses tipos de contratação no curso da privatização da educação, porque há ou pode haver serviços com interações de repercussão pedagógica. De um lado, as escolas conveniadas recebem os recursos públicos do PNAE, os gerem e têm considerável autonomia para decidir de quais instituições comprar os mantimentos e que qualidade de alimentos ofertar às crianças. Numa lógica de compromisso social, mesmo que não seja o orçamento mais barato, é válido comprar do pequeno produtor da comunidade local, de cooperativas agrícolas, de assentamentos, enquanto na lógica de contenção de recursos ou de algum ganho aqui e ali, as escolhas ficam comprometidas, limitadas ao simples menor custo. Do outro lado, a aquisição de fogões para os refeitórios das unidades escolares não parece ter repercussão pedagógica a priori, mas as escolhas feitas nas obras estruturais das unidades e os serviços gráficos de impressão de apostilas já podem chamar mais a atenção.

O escopo da pesquisa não abrange as nuances aqui elencadas, mas esse tema merece destaque e pesquisas futuras porque alguns dos contratos ditos “prestação de serviços” ou “serviços técnicos” podem dar passos em direção a questões da escola, como se vê em outros estados como o já citado Paraná. Os termos referentes à *aquisição e prestação de serviços* no período de 2016 a 2024 somam quase 5 bilhões de reais, o que representa mais de 95% do valor total despendido pela unidade orçamentária em questão. A investigação acerca desse tipo de termo pode contribuir para as investigações sobre privatização da educação e sobre o caminho das empresas para adentrar as escolas públicas e sua relação com os aspectos pedagógicos das escolas podem ser analisados.

O grupo de *Estágio* apontado no gráfico 1, significativamente menor, inclui sobretudo convênios sem valor que permitem às faculdades e universidades públicas e privadas enviarem estudantes das licenciaturas para cumprimento do estágio obrigatório na rede municipal. Os contratos alocados em *Administração* estão em sua maioria relacionados às classes hospitalares, mas também abarcam a concessão da gestão e administração das vilas olímpicas dos GEOs a organizações sem fins lucrativos, outro ponto de atenção para pesquisas futuras.

É necessário enfatizar que, na educação, todos os aspectos são pedagógicos em certa medida. Por esse motivo também se dá a luta dos profissionais da educação contra a privatização e terceirização de qualquer dimensão da escola pública. Da recepção dos estudantes no portão à origem dos alimentos que compõem a merenda, da estrutura física das salas de aula à qualidade da impressão gráfica das apostilas, todos são elementos educativos. Feita essa ressalva, os quatro grupos de contratos citados acima não possuem objetos que versem sobre projetos, formações, capacitações, aulas, entre outros, como aquisição de materiais didáticos e elaboração de avaliações. Estes aspectos agora salientados foram compilados no grupo de contratos didaticamente nomeado como *Pedagógico* na pesquisa. Dos 267 contratos ali alocados, 78 foram selecionados após leitura do objeto, porque apresentam alguma atividade formativa aos professores, seja esse o único objetivo ou uma ação necessária para o cumprimento do objetivo do termo de parceria estabelecido.

Os termos alocados em “*Adote uma escola*” se referem aos acordos de cooperação e convênios sem valor inseridos no programa de mesmo nome, lançado em 2021 pelo secretário Renan Ferreirinha ao lado do prefeito Eduardo Paes com base no Decreto nº 30871/2009, sancionado pelo mesmo prefeito em seu primeiro mandato sob o título de “Apoie uma escola ou creche” (Rio de Janeiro, 2009). O programa abarca parcerias com a iniciativa privada, sem ônus financeiro à Prefeitura, e inclui obras e doações de materiais às

escolas. Por se tratar de um programa específico de parceria público-privada na rede municipal e por possuir diversos contratos com intersecção entre *aquisição e prestação de serviços* ao mesmo tempo que propõem formações (o que estaria alocado no grupo *Pedagógico*), decidiu-se por criar essa sexta fração de contratos. Neste programa, dos 198 termos, em 162 encontrou-se formação pedagógica para professores e/ou gestores das escolas, seja ao lado de doações de materiais ou consistindo integralmente em atividades de formação de institutos privados para os professores das unidades. As parcerias pelo programa “Adote uma escola” são exemplares no ponto sublinhado sobre a interação entre serviços prestados e as funções ditas pedagógicas. Em notícia no site da prefeitura, o discurso difundido na criação do programa foi que “O Abraça uma Escola é um canal para aproximar unidades educacionais de pessoas físicas e empresas que queiram colaborar com a melhoria da rede. Os interessados poderão ajudar com obras de infraestrutura, ações de conectividade ou de insumos” (Rangel, 2021), até que depois chega-se à realidade, por meio do levantamento e leitura de inteiro teor dos termos realizado para essa pesquisa, de mais de 80% dos acordos assinados abrangerem formação de professores e/ou gestores para o uso de algum material ou para melhoria de índices de estudantes em avaliações em larga escala.

Abaixo, pode-se observar o segundo gráfico, com uma outra ordenação dos contratos do período, alocados por ano. Em azul, todos os termos disponíveis em consulta ao meio eletrônico Portal ContasRio. Em vermelho, os termos que se relacionam com a formação de professores, ou seja, a amostra selecionada. Três informações são relevantes para a leitura do gráfico 2: 1) até 2019, as transferências de recursos do PNAE estavam concentradas na unidade orçamentária da SME, que é a unidade utilizada nesta pesquisa. A partir de 2020, essas transferências foram feitas a partir da unidade orçamentária de cada Coordenadoria Regional de Educação (CRE), o que explica em parte a redução do número de contratos pela SME desde então; 2) o ano de 2020 foi marcado pelo impacto da pandemia pela Covid-19, reduzindo o número de acordos em diversas áreas⁴⁰; 3) o programa “Adote uma escola”, como já mencionado, foi lançado em 2021, já com Paes e Ferreirinha, o que aumentou significativamente o número de contratos selecionados para a amostra da pesquisa a partir dali.

⁴⁰ Essa situação não inibe as críticas à condução da pasta da educação durante o ano de 2020, no governo municipal de Marcelo Crivella, que poderia e deveria ter redirecionado recursos para a melhoria da estrutura das escolas e para maior suporte aos alunos em casa, o que poderia resultar em maior número de contratos naquele ano.

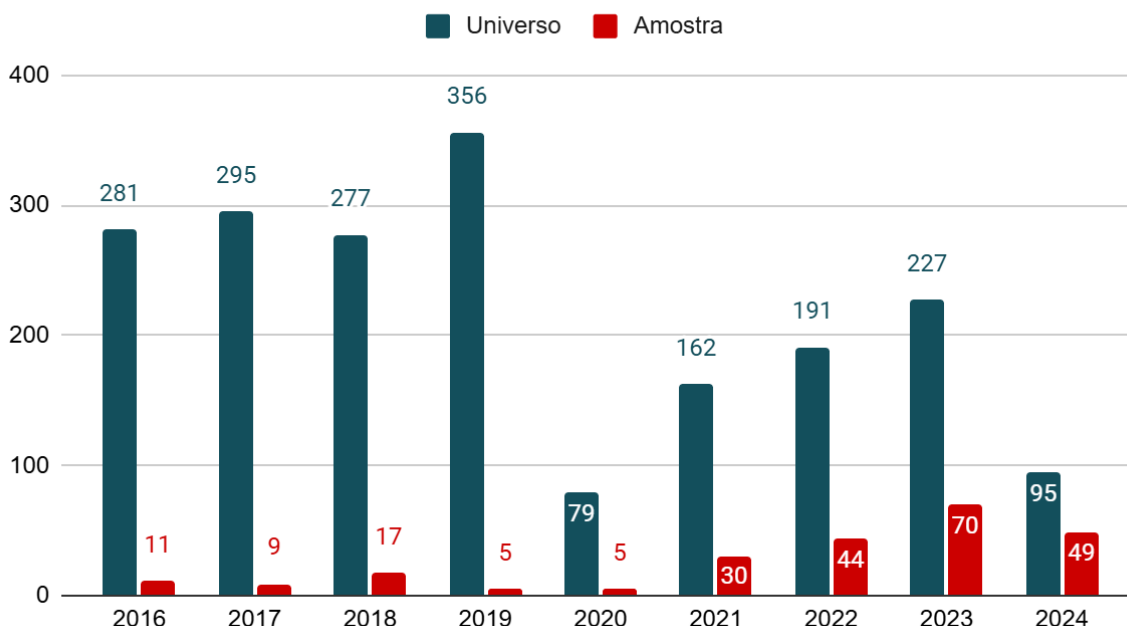


Gráfico 2: Comparação entre o universo dos contratos e a amostra selecionada (própria autora)

A maior parte dos contratos efetivados pela SME-RJ tratam da terceirização de serviços à iniciativa privada. Essas ações são consideradas “técnicas” e contaram com licitações a fim de executar obras de reparo, transporte de estudantes ou aquisição de mobiliário, entre outros exemplos. A terceirização destes serviços no setor público é de longa data e menos problematizada, mas não por isso menos preocupante em setores como saúde e educação.

Outrossim, o grande número de contratos acerca da transferência de recursos do PNAE chama a atenção para a quantidade de creches conveniadas à Secretaria, visto que a destinação das transferências são essas escolas. Por fugir ao escopo da pesquisa, a problemática não será aprofundada neste trabalho, entretanto precisa-se ressaltar que o tema está inserido nos debates sobre a educação pública, tendo aparecido em polêmicas de campanhas eleitorais em 2024⁴¹. O Todos pela Educação, em posicionamento já citado anteriormente, considerou este “um tema menos controverso no Brasil”, demonstrando seu acordo com o arranjo, e apontou o exemplo do município de São Paulo, em que 84% das vagas de Educação Infantil ofertadas pela prefeitura são oferecidas por escolas parceiras (Todos pela Educação, 2024, p. 2).

Pela amostra selecionada, menos de 3% do dispêndio financeiro da SME-RJ destinou-se a atividades envolvendo formação continuada de professores, mesmo que cerca

⁴¹ A “máfia das creches” envolveu Ricardo Nunes (MDB), prefeito de São Paulo, em suspeitas de desvio de recursos públicos da gestão de creches municipais conveniadas. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/sao-paulo/pf-desvio-creches-investiga-nunes>>. Acesso em: 17 nov. 2024.

de 12% dos contratos assinados tenham alguma relação com o tema. Essa diferença não se explica pela existência, necessariamente, de diversos contratos com baixo dispêndio financeiro, e sim por muitos acordos com nenhuma oneração à SME, como convênios sem valor, doações e parcerias para implementação de projetos aos alunos e professores das unidades escolares.

2.2 CONEXÕES ESTABELECIDAS A PARTIR DA RELAÇÃO DE FAVORECIDOS

Este tópico objetiva analisar as empresas, entidades e organizações sem fins lucrativos ou OSCIPs que participam dos contratos ou acordos de cooperação com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ). A análise incide sobre os documentos selecionados na presente pesquisa. Para isso, o Quadro 1 sistematiza a listagem das organizações e a Figura 1 apresenta as principais conexões entre elas e a Fundação Lemann, grande APH atuante no Brasil e no Rio de Janeiro.

Dos 240 termos selecionados com a finalidade de realizar formação continuada de professores da rede no período de 2016 a 2024, 14 foram estabelecidos com pessoas físicas. Dentre estes, dez estiveram relacionados à contratação de docentes universitários para revisão curricular da rede no período em que Cesar Benjamin foi o secretário municipal de Educação, em 2018, e um na gestão de sua sucessora, Talma Suane, no ano de 2019. Depois, as outras três contratações ocorreram no âmbito do programa Projovem Urbano, em 2023, com Ferreirinha à frente da pasta da educação. Um comparativo relevante entre as contratações de pessoa física na prefeitura de Crivella (2017-2020) e na prefeitura de Paes (2021-2024) é a atuação do profissional contratado. Se professores de universidades como UFRJ, UERJ, PUC-Rio, UFRN, UECE, UFF e Unirio foram a maioria dos contratados para a ação “Revisão Curricular: um processo de Formação Continuada” nos primeiros onze contratos, as três últimas contratações envolveram duas professoras da rede e, especificamente a última contratação, para formação de professores do Projovem Urbano em “Educação Empreendedora”, uma profissional formada em Engenharia por possuir experiência em “gestão de projetos, educação empreendedora e gestão de pessoas”, segundo o Termo de Referência do documento (Rio de Janeiro, 2023a, p. 12). Tendo em vista as considerações já feitas no primeiro capítulo sobre as particularidades do governo Crivella (2017-2020), é plausível que seu secretário, por atuar em uma universidade pública e ter vínculos com o campo da esquerda, tenha feito escolhas que incluíam as universidades públicas. Costa (2024), que analisou os principais contratos da SME-RJ no período 2012-2021, também

destaca essa diferença entre os governos municipais ao olhar pros termos estabelecidos, apontando que na prefeitura de Crivella “o enfoque [...] no âmbito da formação continuada docente, foram as parcerias com professores das universidades públicas, associadas à ajuda de custo aos professores que frequentavam os cursos e palestras ministrados por aqueles profissionais” (p. 333).

Os demais 226 termos foram estabelecidos com 52 organizações, compiladas no Quadro 1, abaixo. Todas as informações foram coletadas a partir da organização das principais informações dos contratos, exceto a coluna “Setor” - incluída para categorizar as instituições parceiras da SME-RJ no período citado.

Quadro 1: Informações por favorecido (própria autora)

CNPJ	Favorecido	Nº de termos	Dispêndio	Ano de contratação	Setor
2825195000134	ACTIONAID BRASIL	2	Sem valor	2022; 2023	Organização internacional / APH
24164282000120	AGÊNCIA DE JORNALISMO E CHECAGEM LUPA SA	1	Sem valor	2022	APH
indisponível ⁴²	EDIFY EDUCATION S/A	14	Sem valor	2023	Business
17079279000143	AMLHX SERVIÇOS DE ASSESSORIA LTDA	3	Sem valor	2023	Business
25136674000149	AP8L TREINAMENTOS EM ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS LTDA	1	R\$234.000,00	2023	Business
15730628000110	ASSOCIAÇÃO COLUMBIA GLOBAL CENTER BRASIL	2	R\$696.887,76	2022; 2023	Organização internacional / APH
3383822000197	ASSOCIAÇÃO JUNIOR ACHIEVEMENT DO RIO DE JANEIRO	1	Sem valor	2018	Organização internacional / APH
10562521000196	ASSOCIAÇÃO PARCEIROS DA EDUCAÇÃO	128	Sem valor	2021; 2022; 2023; 2024	OSCIP/ APH/ Coalizão empresarial
10299533000170	ASSOCIAÇÃO WORLD FUND BRASIL	4	Sem valor	2023	OSCIP/ APH/ Organização internacional
29260676000104	CECIP - CENTRO DE CRIAÇÃO DE IMAGEM POPULAR	2	Sem valor	2017; 2022	OSCIP
9396817000103	CINCO ELEMENTOS PRODUÇÕES LTDA	1	Sem valor	2022	Business

⁴² 10.455.783/0001-51 conforme pesquisa em Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. Disponível em: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp> Acesso em: 3 ago. 2025.

304823190 00161	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA	1	Sem valor	2016	Outros
186967800 00111	CONSULT SERVIÇOS E TREINAMENTO EIRELI EPP	1	R\$21.000,00	2017	Business
275919800 00109	CULTURA CURIOSA TREINAMENTOS E EVENTOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA	1	Sem valor	2023	Business
548527900 0407	FALCONI CONSULTORES SA	1	R\$13.853.000,00	2022	Business
262792070 00130	FAZ EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA	2	Sem valor	2022	Business
605071000 00130	FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS	1	Sem valor	2024	Outros
336416630 00144	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	1	5.374.350,00	2024	Instituição/ APH
595730300 00130	FUNDAÇÃO ITAÚ	1	Sem valor	2024	OSCIP/APH
339966040 00199	FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL	9	R\$8.628,40	2016; 2017; 2018	OSCIP/ APH/ Organização internacional
721821320 00192	FUNDAÇÃO PLANETÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	2	R\$2.922.300,43	2020; 2022	Instituição Pública
295274130 00100	FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO	1	R\$5.276.720,00	2022	APH
891416700 0170	GEN GRUPO EDITORIAL NACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A	1	R\$103.000,00	2016	Business
177658910 00250	GRUPO SALTA EDUCAÇÃO	2	R\$7.802.733,54	2023	Business
937927900 0130	HEGO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME	1	R\$20.000,00	2016	Business
135655600 00135	IBME INSTITUTO BRASILEIRO DE MÚSICA E EDUCAÇÃO	1	R\$1.177.200,00	2017	Outros
710544300 0196	INSTITUTO BESOURO DE FOMENTO SOCIAL E PESQUISA	1	R\$924.000,00	2022	OSCIP/ APH
211789630 00150	INSTITUTO CCR	1	Sem valor	2017	OSCIP/APH
564020800 0199	INSTITUTO COMPARTILHAR	1	Sem valor	2021	OSCIP/ APH
559653900 0179	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ESTUDO E INTEGRAÇÃO PELA ANIMAÇÃO IDEIA	2	R\$104.081,60	2017; 2018	OSCIP/ APH
450363040 00147	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL VINI JR	5	Sem valor	2022; 2023; 2024	OSCIP
463735900 0125	INSTITUTO DE SEGURANÇA HUMANA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBESS LTDA	1	R\$1.000.000,00	2020	Organização internacional / APH
261986930 00162	INSTITUTO DO DESPORTO E JUVENTUDE	1	Sem valor	2021	Outros

394672160 00105	INSTITUTO FORMAR	1	Sem valor	2021	OSCIP/ APH
244978490 00180	INSTITUTO IDENTIDADES DO BRASIL	1	Sem valor	2023	OSCIP/ APH
123844450 00100	INSTITUTO NATURA	1	Sem valor	2016	APH organizador de outros APH
758196700 0153	INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INDES	5	Sem valor	2018; 2019; 2020; 2022; 2023	OSCIP
487069450 00150	INSTITUTO PAULINHO	3	Sem valor	2023; 2024	OSCIP
126632390 00120	INSTITUTO PENÍNSULA	1	Sem valor	2020	OSCIP/ APH
195908300 0103	INSTITUTO PROMUNDO	1	Sem valor	2016	OSCIP
416232400 0187	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO	2	R\$1.196.920,20	2019; 2024	Business
109392600 00180	INSTITUTO TREVO TECNOLOGIA SOCIAL	1	Sem valor	2018	OSCIP
520411830 00197	INSTITUTO UNIBANCO	1	Sem valor	2016	OSCIP/ APH
604444370 00146	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A	1	Sem valor	2016	Business
269890670 00194	MATIFIC BRASIL APOIO EDUCACIONAL LTDA	1	R\$7.250.000,00	2019	Business
235029110 00112	MOTRIZ	1	Sem valor	2024	OSCIP/ APH
731979000 178	MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO MBC	1	Sem valor	2021	APH/ Coalizão empresarial, organizador de outros APH
699231800 0182	PLANETAPONTOCOM	2	Sem valor	2019; 2021	Business
269897150 03209	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO	1	Sem valor	2021	Instituição Pública
2111757000 0136	SABIÁ ASSESSORIA EDUCACIONAL E SOCIOAMBIENTAL LTDA ME	1	Sem valor	2022	Business
136409900 0173	UNIPAZ UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DA PAZ	1	Sem valor	2017	Outros
336636830 00116	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	3	Sem valor	2016; 2020; 2023	Instituição Pública

A primeira constatação evidente a partir da construção do Quadro 1 é a rara continuidade das parcerias com a SME-RJ. As únicas organizações comuns aos mandatos de Paes e Crivella no período abarcado pela pesquisa são a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e o Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), o que é pouco expressivo. Costa (2024) também ressaltou esse fato mesmo que tenha feito um recorte diferente de termos. Entretanto, para o autor, que coletou dados de período anterior à pesquisa aqui apresentada, chama a atenção a interrupção da relação com a Fundação Roberto Marinho (FRM):

Ficou aparente, ainda, que as relações políticas foram mediações relevantes na escolha dos favorecidos. Na passagem do governo municipal de Eduardo Paes para Marcelo Crivella, o dado que mais nos chamou a atenção foi a interrupção da parceria com a FRM. Conforme o Quadro 1, a FRM foi o APH que mais recebeu recursos da prefeitura no período de 2012 a 2015, quando esteve à frente de dois importantes programas especiais. Por outro lado, é de domínio público que o grupo representado à época por Crivella tinha nas Organizações Globo – mantenedora da FRM – uma adversária, sendo notório o caso do então prefeito proibir a presença de repórteres ligados à Globo em suas entrevistas coletivas (Costa, 2024, p. 333).

É provável que a parceria com a FRM fosse polêmica para a base religiosa e de extrema-direita que Crivella cultivou em sua campanha e mandato, sendo necessária a ruptura para manter seu discurso. Ao mesmo tempo que outras ações da SME-RJ no período puderam ser feitas sem a interferência da posição política do prefeito, tendo sobressaído a drástica diminuição do número de contratações em sua gestão em detrimento de mudanças significativas, como já apontado no primeiro capítulo.

Conforme organizado no Quadro 1, das 52 entidades parceiras com formação docente no período de 2016-2024, três são públicas, considerando uma fundação municipal, uma instituição de ensino superior e um órgão do Ministério Público. Seis organizações são braços de corporações estrangeiras e foram alocadas no setor “organização internacional”, das quais a Associação Columbia Global Center Brasil se destaca por possuir estreita relação com a Fundação Lemann porque é gerida pelo Centro Lemann, portanto há elementos para a formação de uma rede internacional Lemann. Outro grupo foi nomeado como “*business*”, englobando as 16 instituições com fins lucrativos, independente de terem estabelecido contratos com ou sem valor com a SME-RJ. Entre estes destacam-se os contratos com o Grupo Salta Educação e com a Edify Education, por pertencerem à Gera Capital, de Jorge Paulo Lemann.

Os nomeados como APH na coluna requerem análise acurada. Embora formalmente se apresentem como entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, em sua maioria OSCIPs, são braços de instituições financeiras, como da *holding* Itaú-Unibanco e de

empresas de grande influência nacional, como a Natura e a Rede Globo. Em todos os estudos sobre a presença de APH do capital sobre a educação pública, como os relativos ao TpE e ao MpB (Geraldo, 2016; Ségala, 2018; Araújo e Nascimento, 2020; Galzerano, 2024), estas organizações estão presentes⁴³. Na pandemia pela Covid-19, com a recusa da extrema-direita em aceitar o Todos pela Educação no governo federal, intento perseguido pelo APH, e em virtude das políticas negacionistas e afastadas das demandas reais dos estados e municípios do MEC, o TpE foi considerado “a ONG que foi MEC da sociedade civil”⁴⁴. O conglomerado de APHs que orbita o Todos pela Educação e a Fundação Lemann tem conexões com o setor financeiro, fazem parte de um “ecossistema”. Foi o setor financeiro brasileiro que instituiu o Todos pela Educação, por exemplo:

No Brasil, a recomposição do bloco de poder que entrou em crise no final da ditadura civil-militar vem sendo liderada pelo setor financeiro, a fração burguesa mais poderosa no capitalismo de hoje e, seguramente, o principal sustentáculo do Estado-Maior da alta burguesia. O TPE foi convocado justo pelo setor bancário, liderado pelo Itaú, em articulação com o setor de commodities, no caso, siderúrgico, dirigido pelo organizador de outra iniciativa empresarial para intervir na educação, o movimento Brasil Competitivo, Jorge Gerdau Johannpeter (MARTINS, 2009)⁴ (Evangelista; Leher, 2012, p. 6-7)

O Movimento Brasil Competitivo, ligado à extrema-direita, também fez parte da fundação do TpE e estabeleceu parceria com a SME-RJ no governo Paes 3, já com Ferreirinha como secretário. A FGV, por sua vez, é uma instituição de centralidade nesse processo devido a sua história e interação com as instituições públicas e, além disso, apresenta conexão com a Prefeitura Municipal pela relação estreita com Cláudia Costin, ex-secretária de educação do município e atual coordenadora do Centro de Excelência e Inovação de Políticas Educacionais (CEIPE) da FGV.

Com esses dados coletados e organizados, almejamos responder duas perguntas que motivaram a pesquisa. A primeira delas é: “a atuação do empresariado educacional está mais intensa na rede pública de educação sob a administração de Paes e seu secretário Renan Ferreirinha?”. Três organizações relevantes do empresariado educacional⁴⁵ tiveram termos jurídicos selados envolvendo formação docente em 2016 - último ano do segundo mandato de Eduardo Paes e primeiro ano de abrangência da presente investigação. Durante o mandato de

⁴³ Cabe ressaltar que a Natura também está presente nas contrarreformas da educação básica na Argentina, vide a iniciativa “Crer para Ver” da Natura Argentina. Disponível em: <<http://br.fashionnetwork.com/news/Natura-reforca-compromisso-com-educacao-na-argentina,1696430.html>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

⁴⁴ Todos pela Educação foi vencedora do “Prêmio Empreendedor Social 2022” e destacada como “MEC da sociedade civil” pela Folha. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2022/09/ong-foi-mec-da-sociedade-civil-para-retomada-na-pandemia.shtml>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

⁴⁵ São elas o Instituto Natura, o Instituto Promundo e o Instituto Unibanco.

Crivella (2017-2020), cinco organizações de articulação com os principais APHs nacionais⁴⁶ estiveram presentes nas parcerias para formação de professores da rede municipal. Já no terceiro mandato de Eduardo Paes (2021-2024), subiu para 15 o número de organizações desse tipo⁴⁷.

Devido ao recorte temporal da pesquisa, não foi possível comparar os três mandatos de Eduardo Paes entre si, já que abarcamos de 2016 - o último ano de seu segundo mandato - em diante. O que podemos constatar é que: 1) duas das organizações relevantes em 2016 não retomaram parceria com a SME-RJ quando do retorno de Paes à prefeitura, apenas a destacada Fundação Roberto Marinho retomou; 2) comparado aos quatro anos de Crivella, os últimos quatro anos de Paes significaram a presença de três vezes mais entidades empresariais ou ligadas ao empresariado educacional; 3) as organizações de maior destaque financeiro estabeleceram parceria com a SME-RJ durante os mandatos de Eduardo Paes, são elas: Instituto Unibanco, Instituto Natura, Fundação Roberto Marinho, Fundação Itaú e Fundação Getúlio Vargas; 4) a única organização de parceria por mais de três anos consecutivos no período é a Associação Parceiros da Educação, no âmbito do programa “Adote uma escola”, durante todo o mandato Paes 3.

A segunda pergunta que motivou a pesquisa e que respondemos a partir dos dados apresentados até aqui é: “quais os principais Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais (APHe) envolvidos na formação?”. Além de compilar o nome de cada instituição com e sem fim lucrativo, como feito acima, ressalta-se o exame das fundações vinculadas às empresas que pretensamente possuem autonomia frente a suas instituidoras, mas que, a rigor, são braços políticos delas. Ademais, as organizações ditas “sem fins lucrativos” e os APHs possuem, frequentemente, conexões com organismos internacionais e com aparelhos de destaque no cenário nacional.

A opção por evidenciar conexões entre os parceiros da SME-RJ e as principais organizações nacionais e internacionais, além de focalizar as conexões com a Fundação Lemann, é necessária para examinar a influência e a construção da hegemonia pelos APHs, particularmente, nas formulações de políticas de educação. Em virtude dos indícios que formularam a hipótese de trabalho, a pesquisa buscou investigar a relevância da Fundação

⁴⁶ São elas o Instituto CCR, o Centro de Criação de Imagem Popular, a Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro, o Instituto Península e o Instituto de Segurança Humana para a América Latina e Caribe.

⁴⁷ São elas o Instituto Formar, o Movimento Brasil Competitivo, a Associação Columbia Global Center Brasil, a Falconi Consultores, a Faz Educação e Tecnologia LTDA, a Fundação Roberto Marinho, a Edify Education S/A, a Associação Worldfund Brasil, o Grupo Salta Educação, o Instituto Identidades do Brasil, a Fundação Getúlio Vargas, a Fundação Itaú, o Motriz, a Associação Parceiros da Educação e a continuidade de ações com o Centro de Criação de Imagem Popular, iniciadas no período Crivella.

Lemann na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, considerando seu preposto (Gramsci, 2001), o secretário de educação Renan Ferreirinha e comprovou a relação entre eles.

Por isso, por meio de leitura do inteiro teor, respectivos planos de trabalho e termos de referência e de pesquisa em sites oficiais das organizações, foi observada a relação entre os contratos e a FL e constatou-se que 30 organizações que firmaram termos com a SME-RJ possuem uma ou mais conexões entre si em conexão com a Fundação Lemann⁴⁸. Isso representa mais da metade das entidades parceiras com contratos com a Secretaria no período.

As conexões localizadas podem ser observadas na figura abaixo, em que as entidades parceiras da SME-RJ encontram-se em azul e as organizações conexas, em branco.

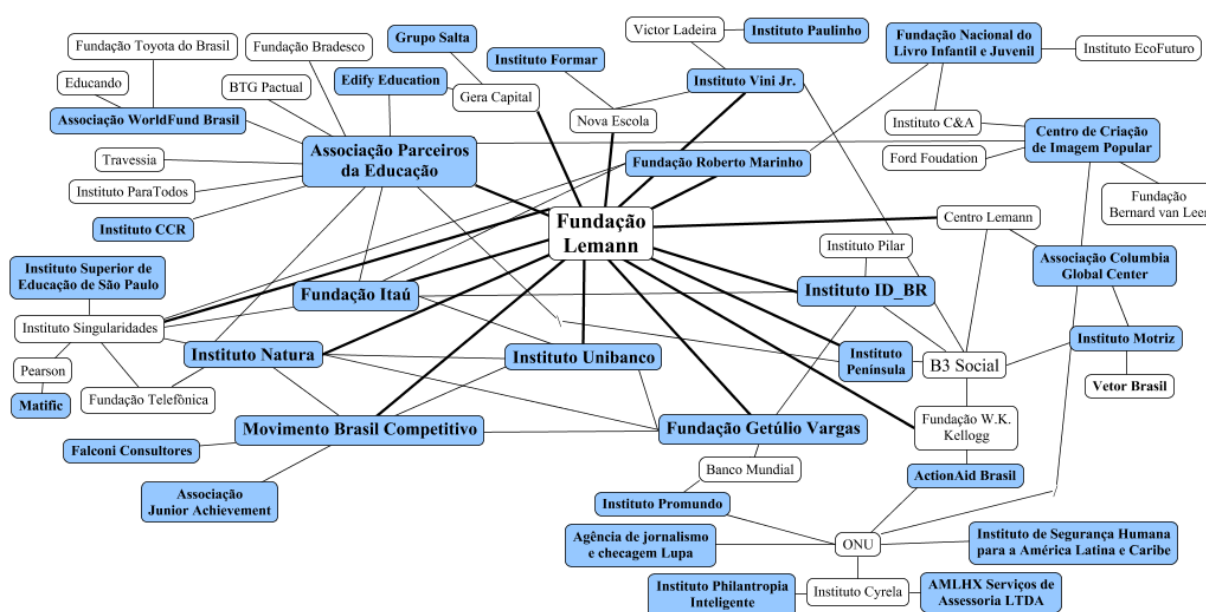


Figura 1: conexões estabelecidas entre parceiros da SME-RJ e a Fundação Lemann (2016-2024) (própria autora)

O mapa mental apresentado na Figura 1, construído para contribuir com a elucidação de quem são as instituições parceiras da SME-RJ no período estudado, corrobora a constatação de que a Fundação Lemann participa da construção das políticas de formação de professores do município do Rio de Janeiro. Seja por meio de ações conjuntas, como no caso da conexão com o Instituto ID_BR, seja por meio de parcerias institucionais, como no caso da FGV, ou seja por meio da criação de um APH, como no caso do Centro Lemann, que gerencia a Associação Columbia Global Center, a Fundação Lemann age em participação

⁴⁸ A apresentação das relações estabelecidas entre os parceiros da SME-RJ foi exibida pela autora no “VIII Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação e XI Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação” em abril de 2025 no formato comunicação oral, publicado no número 08, de 2025. Disponível em: <<https://congressosiberoamericanosanpae.com/index.html>>. Acesso em: 28 mai. 2025. Parte do texto é reproduzida aqui.

direta com as organizações favorecidas pela SME-RJ. Essas, por sua vez, possuem conexões diretas e indiretas com outras organizações contratadas pela Secretaria, constituindo uma rede de formuladores e executores de políticas. Que essas conexões já existem há pelo menos uma década, outros estudos demonstraram (Oliveira, 2019; Sakata e Rosa, 2020; Cariello, 2021); o que há de original neste trabalho é apontar tais conexões no âmbito da prefeitura municipal do Rio de Janeiro.

Há uma múltipla inserção da Fundação Lemann na rede municipal do Rio de Janeiro. Considera-se sua participação na formulação de políticas nacionais, como a BNCC, o NEM, as diretrizes para a formação de professores, as indicações de dirigentes no MEC e a direção das políticas dos secretários de educação municipais na Undime e estaduais no Consed. No caso específico do município do Rio de Janeiro, é necessário realçar o fato de que foi a FL que assegurou a formação do secretário à frente da pasta da educação no Rio de Janeiro, Renan Ferreirinha, um dirigente do Estado estrito.

A FL possui estreita ligação com as organizações que estabelecem parcerias, organizam encontros diretos com os professores e gestores, produzem materiais que chegam à mesa dos estudantes e ofertam oficinas e formações aos dirigentes e aos docentes de algumas ou de todas as unidades públicas educacionais do município na perspectiva do capital, ainda que envolva no manto da sociedade civil.

O caminho trilhado pela Fundação Lemann nessas duas direções não é novidade e não é exclusivo dessa organização. Virgínia Fontes (2017) expôs:

A relação entre sociedade civil e Estado (seja através de entidades associativas de extração popular ou empresarial) ocorre, pelo menos, em duas direções: na primeira, a aproximação entre partidos oficiais e “partidos”- entidades (APHs) favorece o ingresso de seus integrantes no Estado restrito, sob inúmeros formatos (eleitos, comissões de notáveis ou de “especialistas” técnicos, concursos cujos perfis são definidos previamente, etc.). Nesse sentido, os APHs passam a constituir (e mesmo, em alguns casos, a construir) Estado. [...]

No sentido inverso, o ingresso de integrantes de APHs no Estado restrito – oficial ou oficiosamente – promove a disseminação de políticas estatais efetivas, de escopo mais amplo extenso do que seria possível à entidade original. Todo o conjunto de recursos estatais (monetários, financeiros, organizativos, legais e publicitários) tornam-se meios potenciais para disseminar as práticas, em parte já testadas na sociedade civil e que correspondem a seus interesses, difundidas agora como “valores” péticos. O Estado converte-se no “educador” geral para os valores e necessidades de tais frações, que exercem pois processos hegemônicos, através de diversas de suas instituições, inclusive escolares. (Fontes, 2017, p. 4-5)

Diferentemente do que é propagado como anseio social pela classe burguesa, o Estado estrito é essencial para a atividade dessas organizações da sociedade civil na execução de seus interesses. O papel desempenhado pelos APHs na educação pública leva à terceirização da gestão e da formação dos professores que, por meio de convênios e parcerias, unem forças

aos governos municipais e estaduais de modo que acessam diretamente as escolas públicas, como a autora continuou:

Em todos os casos, a atuação da sociedade civil empresarial apresenta-se como apartidária e apolítica e exclusivamente voltada para a “melhoria da educação”, forma de não apenas promover consensos, como de capturar as inquietações populares.

Nos interessa evidenciar a quantidade e conexão entre entidades empresariais atuando diretamente na formulação e execução da educação pública, assim como sua interligação no estabelecimento de programas completos – e dos processos de gestão – para o processo educativo nas escolas públicas. Passam a deter o conhecimento do terreno, por terem acesso direto às escolas nos municípios (Fontes, 2017, p. 17, **grifos nossos**)

Quando observamos o número de termos estabelecidos entre a SME-RJ e as organizações conectadas à Fundação Lemann, o quadro é ainda mais significativo: as 30 organizações destacadas na Figura 1 foram favorecidas em mais de 80% dos contratos com formação docente no período. A expressividade da articulação da FL com as organizações sociais no país e na cidade do Rio de Janeiro e sua ação em setores públicos é evidenciada ao olhar para a participação neste município.

A Fundação Lemann se forja como Estado: dirige, organiza e forma. Ressalta-se que não há termo estabelecido diretamente com a Fundação Lemann, mas em todos os casos de parcerias para a formação de professores, há o acesso direto às escolas por parte dessas empresas, organizações e APHs conectados a ela. Desse modo, com acesso às redes de educação e aos dirigentes estatais – vide interação hegemônica dos APH empresariais em associações como Consed e Undime⁴⁹ –, é possível mapear as políticas públicas educacionais. Sobretudo, neste caso específico, ao “evidenciar a quantidade e conexão entre as entidades empresariais” na educação pública, pode-se ter um exemplo do movimento do Estado pelo modo como operam as parcerias na SME-RJ e, com base nessa empiria, constatamos o retrato da formação ofertada aos professores quando da opção por parcerias externas. A formação docente dos professores da rede está sendo produzida pelos principais APH formuladores de políticas educacionais, isto porque as empresas e organizações sociais responsáveis pela

⁴⁹ Para exemplificar a influência dos APH empresariais no Consed e na Undime, o dado de Galzerano (2024) é elucidativo: “Embora sigam reunindo secretários estaduais e municipais de educação, respectivamente, ambas constituem associações privadas, cuja atuação tem sido cada vez mais permeada pelos interesses dos APH empresariais, sendo inclusive financiada por eles. No biênio 2015-2017, a Undime obteve financiamento de Fundação Lemann (R\$900.000,00), Itaú Social (R\$600.000,00), Instituto Natura (R\$457.000,00), Unicef (R\$317.840,30), Conviva Educação (R\$292.346,36), Fundação SM (R\$200.000,00), Instituto Alana (R\$40.000,00), Fundação Telefônica Vivo (R\$30.000,00). No biênio 2017-2019, de Fundação Lemann (R\$930.000,00), Itaú Social (R\$600.000,00), Instituto Natura (R\$457.000,00), Unicef (R\$251.000,00), Fundação SM (R\$200.000,00), Fundação Telefônica Vivo (R\$200.000,00); além disso, Instituto Península e Instituto Ayrton Senna apoiaram a ampliação e reforma da sede da Undime em Brasília durante todo esse período (Undime, [2021]).” (p. 66)

maioria das formações externas que os professores da rede receberam no período de 2016 a 2024 estão ligadas direta ou indiretamente à Fundação Lemann.

Identificar a coalizão político-ideológica no município do Rio de Janeiro, sobretudo no governo Paes, notabiliza o movimento das frações locais da burguesia no bloco histórico presente e mapeia parte da sua atuação junto aos sistemas públicos de educação. Uma faceta fulcral na exposição desse quadro de conexões é o alinhamento ideológico atrelado às conexões entre as organizações. Possuir ligação com mais de 80% dos termos firmados em parcerias para a formação continuada dos professores da rede é ter também o poder de, por meio da coalizão, difundir as ideias e ressignificações do conteúdo dessas formações. As reflexões, implicações e demonstrações deste tema serão tratadas no terceiro capítulo.

2.3 CONEXÕES ENTRE OS FAVORECIDOS E A ORDEM DO CAPITAL

Como já explorado no primeiro capítulo, as características que constituem o bloco histórico neoliberal revelam as contradições específicas das agudas crises do capitalismo e as mudanças que esse quadro imprime no Estado. Frente ao movimento tendencial de queda da taxa média de lucros, os APH e as Corporações operam no sentido de criar as condições ideológicas e organizacionais para ampliar a exploração do trabalho, alterar a composição orgânica do capital (exacerbando o capital fixo), acelerar o tempo de rotação do capital e, o que é central: de buscar formas de se apropriar do fundo público, notadamente nas áreas sociais. A crise social demanda, ao mesmo tempo, disputa ideológica e construção ativa de consenso (Gramsci, 1999).

A seção trata dos benefícios econômicos das organizações que atuam na educação pública em três situações, a partir de exemplos das parcerias da SME-RJ: venda de material ou *expertise*, isenções tributárias e fundos patrimoniais.

Para caracterizar o processo de venda de material ou *expertise*, consideremos os dois contratos estabelecidos pela Secretaria com o Grupo Salta Educação em 2023 para aquisição de materiais pedagógicos socioemocionais, somando quase oito milhões de reais. Ex-Eleva Educação, o Grupo Salta nasceu como *holding* do fundo de investimento Gera Capital. Criada para atuar na educação básica em 2013 a partir da fusão de redes de ensino privadas, fez diversas aquisições de sistemas de ensino ditos “premium”⁵⁰. Esse setor de unidades

50

Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/02/26/lemann-faz-grande-aposta-em-educacao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2025.

escolares da linha “premium” foi vendido para um fundo de investimentos estrangeiro em 2022 (grupo Inspired Education), tendo os sistemas de ensino permanecido sob o domínio da Gera Capital, agora renomeado como Grupo Salta Educação depois de um *rebranding* da marca. A Eleva ampliou a venda de materiais para redes públicas em 2015, iniciando o movimento de tendência nacional de crescimento do investimento na educação básica com o marco da crise do FIES em 2016 (Leher, 2023). A mudança na identidade da marca apresentou valores e objetivos relacionados à educação nacional e o foco nas redes públicas se intensificou. Bruno Elias Pires, CEO do Grupo Salta, afirmou o interesse nas redes públicas de educação em recente entrevista ao Brazil Journal:

O Grupo Salta também entrou recentemente numa nova vertical que ainda é pequena, mas que Bruno diz ter potencial.

A companhia fez uma parceria público-privada com o Governo do Paraná para administrar 34 escolas do Estado. O currículo continua sendo o do Estado; o Salta cuida apenas da gestão das escolas, incluindo a contratação dos professores, coordenadores e diretores.

A parceria começou há quatro meses e responde hoje por cerca de 2% da receita da companhia, ou R\$ 60 milhões. A margem da operação é próxima de zero.

“Por enquanto é uma iniciativa de propósito e aprendizado, e nenhum dinheiro. Mas com escala achamos que conseguimos ter margem positiva,” disse ele.

Hoje o Salta atende 24 mil alunos da rede pública do Paraná. Nas contas de Bruno, com mais de 100 mil alunos já daria para operar com lucro.

“Estamos na fase de MVP, mas se der certo acho que pode ser um caminho interessante também de expansão, até porque existem mais de 40 milhões de alunos na rede pública. É um mercado 4 vezes maior que o privado,” disse ele. (Arbex, 2025, **grifos nossos**)

No primeiro capítulo, expusemos o movimento de aquisição de sistemas de ensino e expansão na educação básica privada e posterior guinada para as redes públicas pelos limites da expansão destas no Brasil. Essa busca por novos nichos de mercado é um caminho comum aos investidores em educação, como anunciado por Bruno Elias Pires no excerto acima sobre a estratégia do Grupo Salta. A oferta de materiais e *expertise* para as redes municipais de educação, que já existia, se intensificou na última década, entretanto a administração de unidades escolares das redes públicas é uma novidade ainda mais preocupante, como tem acontecido nos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Informação indispensável à apresentação do Grupo Salta Educação é a figura de Jorge Paulo Lemann, que fez parte do Conselho de Administração da empresa, além de ser um dos sócio-investidores do fundo de investimentos do qual ela faz parte, o Gera Capital. Outra inserção importante de Jorge Paulo Lemann é ser fundador e presidente da Fundação Lemann. Essas participações do bilionário filantropo compõem outro destaque sobre a oferta de materiais e/ou *expertise* a redes públicas de educação, visto que a FL fez parte do Movimento pela Base, que construiu a BNCC, homologada em 2017. A BNCC prevê, entre

as dimensões do “conhecimento”, as competências socioemocionais. A relação entre o material adquirido e a BNCC foi uma das justificativas de sua contratação, como aparece no termo de referência do contrato (2023/161):

O tema é tão relevante que está presente nas diretrizes gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cabendo às redes de ensino inserir essa proposta de aprendizagem em suas práticas pedagógicas cotidianas, conforme estabelecido na Lei Federal Nº13.415/2017. (Rio de Janeiro, 2023b, p. 4)

Portanto, observa-se que há, ao mesmo tempo, o movimento do investimento de fundos na educação básica e a articulação para formulação de políticas para a educação básica. Essas políticas criam uma demanda para as redes públicas e as empresas conectadas aos grupos formuladores ofertam os produtos que atendam a essa demanda.

A formação dos professores em exercício se dá pela apresentação do material - que pode ser online - e acesso à plataforma com os “treinamentos” (SIC) e conteúdos (Rio de Janeiro, 2023b, p. 10). Tema que será abordado no próximo capítulo, mas que é percebido nessa contratação, é o cerceamento da autonomia dos docentes. Há breve apresentação e disponibilização de plataforma para que se aprenda como aplicar o material elaborado pela empresa e se acesse vídeos e materiais a serem utilizados, o que, além de não considerar as especificidades da rede para a qual se vende o material padronizado da empresa, não considera a diversidade de realidades dentro da própria rede educacional carioca. É possível fazer um trabalho comprometido com as demandas sociais e emocionais dos estudantes de forma padronizada?

O conteúdo do kit não é pormenorizado no plano de trabalho disponibilizado e, portanto, não pode ser explorado aqui. Além da justificativa sobre a importância de trabalhar as competências socioemocionais e a relação do material com as políticas a nível federal e municipal, que é uma relação genérica e curta, a menção mais direta e completa ao material em si é a exemplificada na Figura 2:

Lote	Descrição do kit	Código SIGMA	Itens do kit			Quant.
			Tipo	Destinatário	Descrição	
II	Kit socioemocional para o 3º ano do Ensino Fundamental	76.10.08.464-75	Caderno	Aluno	Caderno do Aluno	58.248
			Livro	Aluno	Livro paradidático "Manual do capitão Clark"	58.248
			Lâmina	Aluno/responsável	Folder "Família, fique por dentro do SER!"	58.248
			Livro	Professor	Manual do Professor	1.942
			Boneco	Turma	Boneco Geraldo (pelúcia)	1.942
			Livro	Turma	Livro paradidático "O caderno do Geraldo"	1.942

Figura 2: Kit socioemocional (Rio de Janeiro, 2023b, p. 9) (refeito pela autora)

O conteúdo propriamente dito do material não consta no plano de trabalho do contrato. O que está contido no “Caderno do Aluno”? Quais as histórias dos livros paradidáticos “Manual do capitão Clark” e “O caderno do Geraldo”? Como esse “Manual do Professor” orienta sobre a utilização do material? É possível que o material tenha sido disponibilizado na reunião com a Secretaria, pode ser que conste nos arquivos do processo como um todo. Entretanto, o excerto do processo disponibilizado para consulta pública - o contrato e respectivo plano de trabalho - não apresenta o material comprado pela Prefeitura.

Como última parte da apresentação do Grupo Salta Educação, destaca-se que Bruno Elias Pires fez doação de R\$15.000,00 para a campanha a deputado estadual de Renan Ferreirinha no ano de 2018 e de R\$30.000,00 para a campanha a deputado federal em 2022. Os valores são relativamente baixos, mas o mais importante nesse caso não é a quantidade de dinheiro empenhada nas campanhas do secretário de educação do município do Rio, e sim o rastro deixado por essas conexões. Não é possível estabelecer uma relação direta entre as doações às campanhas de Ferreirinha e as contratações de materiais pedagógicos pela SME por meio da Fundação Lemann, mesmo havendo conexões suficientes entre o secretário e o Grupo Salta desconsiderado o elemento das doações. Fato é que nos anos de 2021 e 2023 - respectivamente o primeiro ano de Ferreirinha à frente da Secretaria e o ano seguinte às eleições para deputado federal - foram feitas contratações milionárias de materiais pedagógicos socioemocionais do Grupo Salta por parte da SME-RJ.

Ressaltamos os anos de 2021 e 2023 porque, enquanto Eleva Educação, a empresa estabeleceu contrato com a SME-RJ no valor de R\$8.664.381,47 em 2021 para venda de “kit socioemocional” para o Ensino Fundamental da rede (Processo nº 077.055.939/2021). O contrato não está entre os localizados no Portal ContasRio na pesquisa aqui desenvolvida e por esse motivo não entrou nos dados compilados nas seções anteriores desse capítulo. A hipótese para o motivo da ausência é a submissão à auditoria do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCRJ), visto que o contrato com o Alfa&Beto, de 2019 (Processo nº 07.004.208/2019), seguiu o mesmo caminho (não está no Portal ContasRio e foi submetido a auditoria do TCRJ, por isso também não se encontra nos dados de pesquisa). Em 2023, já como Grupo Salta Educação, a *holding* estabeleceu dois contratos para a venda de, novamente, “kit socioemocional” para o Ensino Fundamental. Ambos os contratos de 2023 somados chegam ao valor de R\$7.802.733,54 e tratam da aquisição do mesmo produto para séries distintas. Mas, mesmo para acessar um dos contratos com o Grupo Salta Educação em 2023, houve a necessidade de solicitação formal via LAI - solicitação de Pedido de Acesso à Informação (RIO-28809072-2) - do inteiro teor dos contratos que, pelo Decreto Rio nº 49.409/2021, era para estar disponibilizado assim como os demais do período. Não se explicou o motivo desses contratos também não se encontrarem disponíveis no Portal e, após a solicitação, o site foi atualizado com os arquivos dos contratos de 2023. Os três contratos foram estabelecidos por inexigibilidade de licitação, ou seja, sem concorrência.

Torna-se evidente como a política é capturada desde a sua formulação nacional e, depois, empresas com fins lucrativos ligadas a esses mesmos formuladores elaboram um produto para “ajudar” a colocar a política em prática. Isso passando por apoiar e/ou diretamente indicar intelectuais para atuar no Estado estrito. Essa segurança, garantia de maximização de lucro a médio prazo, atende parte da ânsia dos acionistas e investidores por retornos rápidos e maiores. Como as decisões estatais são variáveis fortes o suficiente para apontar tendências, o investimento na educação básica e a abertura de nichos na educação básica pública pelas políticas aprovadas de BNCC, Novo Ensino Médio e a vinculação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores a essa base curricular atraiu os mercados financeiros. A aquisição de “kit socioemocional” do Grupo Salta Educação pela SME-RJ é parte desse processo.

A segunda forma de obter retorno econômico pelas organizações que atuam na educação básica pública está relacionada aos mecanismos de isenção de tributos de pessoas jurídicas e de alguns grupos sociais. Em 2024, esses benefícios tributários somaram 538

bilhões de reais, segundo a Unafisco Nacional⁵¹. A título de comparação, o valor empenhado para políticas sociais como Programa Bolsa Família (PBF)⁵² e Benefícios de Prestação Continuada (BPC) foi quase metade do valor que a União deixou de arrecadar no mesmo ano pelos benefícios concedidos às empresas⁵³. Apesar disso, a pressão para a redução dos gastos com assistência social para milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade é constante, enquanto os benefícios fiscais garantidos a um número pequeno de empresas nem é citado, como na entrevista de Marcelo Neri ao Valor em abril de 2025:

‘O outro ponto é que você não pode achar que aquilo [PBF e BPC] é uma coisa conquistada. Você tem que fazer mudanças operacionais, passar o pente-fino no cadastro do programa, porque tem um teto de gasto que precisa ser obedecido. Então, é preciso buscar a melhoria da qualidade operacional, distributiva e geração de renda desses programas’, afirma o diretor da FGV Social. (Sant’Ana, 2025)

Em maio de 2025 o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome lançou a Portaria MDS Nº 1.084/2025 (Brasil, 2025), que impõe mudanças para a concessão do Bolsa Família estabelecendo que os novos beneficiários não poderão mais acumular PBF e BPC, o que reduzirá a previsão de valores destinados à assistência social nos próximos anos na busca por cumprir com o “teto de gastos” citado pelo diretor da FGV Social.

Para ilustrar a isenção de tributos por meio de contrapartida de projetos, institutos e coalizões empresariais para ações ditas “sem fins lucrativos”, consideremos o exemplo dos acordos de cooperação estabelecidos entre a SME-RJ e o Instituto CCR em 2017 (Rio de Janeiro, 2017). Segundo o Instituto Motiva, OSCIP que engloba o Instituto CCR⁵⁴:

O Instituto CCR é a entidade privada sem fins lucrativos que gerencia o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com o apoio a projetos, via Leis de Incentivo, campanhas institucionais e com os seus dois programas proprietários: o **Caminhos para a Cidadania** e o Estrada para a Saúde – voltado ao público caminhoneiro.

O foco do Instituto CCR é em inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte. **Desde a sua criação em 2014, já foram gerenciados R\$163 milhões**, e, somente em 2020, cerca de 2,5 milhões de pessoas foram impactadas em comunidades de 115 cidades, situadas em trechos de atuação

⁵¹ Disponível em: <<https://privilegiometrotributario.org.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

⁵² O comparativo entre os gastos com as diferentes políticas em 2024 está longe de dar conta da complexidade que são as políticas de transferência de renda e a inserção das classes mais baixas na lógica financeirizada. As questões que envolvem políticas como o Programa Bolsa Família fugiram dos objetivos desse trabalho e, por isso, não serão expostas aqui. Para mais, ver Soares Neto, Pinheiro e Ferraz (2021), Oliveira e Alencar Jr. (2023), Carvalho (2024).

⁵³ Em 2024, foram destinados 280 bilhões de reais para o PBF e o BPC juntos, segundo o Balanço Geral da União. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51740>. Acesso em: 27 jun. 2025.

⁵⁴ O Grupo CCR passou por um *rebranding* e se chama Motiva, desde 2025. Como o Termo de Cooperação em questão foi firmado com a SME-RJ em 2017, optamos por manter a marca como se chamava à época: Instituto CCR. Disponível em: <<https://exame.com/carreira/ccr-vira-motiva-apos-25-anos-companhia-de-transporte-aposta-em-nova-marca-e-novo-escritorio/>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

das concessionárias da companhia. (Escolas Baseadas na Natureza, s/d, **grifos nossos**)

Organizações que possuem o *status* de OSCIP, assim como as que possuem a certificação CEBAS (Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social), possuem benefícios fiscais como isenção de impostos e contribuições sociais, além de parcerias com o poder público. Das 52 organizações que estabeleceram parceria com a SME-RJ com ações de formação docente entre 2016 e 2024, 19 são OSCIP e duas possuem CEBAS. Isso representa quase metade dos favorecidos. Por essa relevância, o retorno econômico pela isenção de tributos é destacado na pesquisa.

O valor despendido pelo Grupo CCR para as ações do Instituto é fornecido pela própria organização, sua prestação de contas é sintética e a fiscalização sobre a realocação dos valores que deveriam ser repassados ao poder público é mais frágil quando na forma de contrapartida social. Dessa forma, essa pode ser uma brecha para o retorno financeiro das organizações da sociedade civil. Outro ganho com as ações sociais é o posicionamento da empresa, não à toa os braços sociais de diversas empresas carregam o nome da entidade com fins lucrativos, como é o caso do CCR - que, ao mudar seu nome para Motiva, mudou também o nome do seu braço social para Instituto Motiva. O investimento social privado contribui para o *marketing* da marca, principalmente com identidade visual e *branding*. Empresas consolidadas gastam em média de 6 a 12% do seu faturamento com *marketing*. Se beneficiar de um recurso que deveria ser público para a construção da marca é também uma maneira de contribuir com o retorno financeiro das empresas.

Sobre o Programa Caminhos para a Cidadania, destacado na apresentação do Instituto, há um Termo de Cooperação estabelecido entre o Instituto CCR e a SME-RJ no âmbito do programa. A caracterização do objeto do convênio explica:

O programa Caminhos para a Cidadania é uma ação sócio educacional que surgiu em 2002, com foco em educação no trânsito e ambiental. Composto por um conjunto de medidas educativas, o programa leva para a sala de aula, práticas e saberes que representam um diferencial na formação dos pequenos cidadãos.

O programa propõe situações didáticas que possibilitam importantes recursos aos educadores para promoverem atitudes e conceitos de proteção à vida e à natureza, orientados por valores como: solidariedade, inclusão, segurança, respeito e ética. (...)

Esse sistema é formado a partir de um conjunto de ações composto por Encontros Temáticos, materiais didáticos e atividades complementares. (Rio de Janeiro, 2017, p. 14)

Portanto, o programa objetiva formar os estudantes em educação no trânsito e ambiental, mas o faz por meio da formação de professores das unidades educacionais. Os “Encontros Temáticos” têm por objetivo “aparelhar” (SIC) (Rio de Janeiro etc, p. 16) os

professores para trabalhar com o projeto e o material do programa. O Instituto CCR prevê ainda a opção de formar professores para que estes formem os demais professores das unidades escolares contempladas. O tema será pormenorizado no próximo capítulo, mas cabe destacar que há um custo não mensurado da prefeitura quando assina esse tipo de termo “sem valor envolvido” com uma organização social, que é a disponibilização da mercadoria força de trabalho dos seus servidores para atuar em favor de um programa de uma organização privada, ainda que alinhado com o currículo da SME.

Em síntese, os recursos que originalmente deveriam ser entregues pelo Grupo CCR à administração pública para sua alocação dentro das demandas existentes - para viabilizar as políticas públicas existentes e desenvolvidas no âmbito do Estado onde a sociedade civil disputa com aparelhos privados também da classe trabalhadora, como sindicatos, partidos e movimentos sociais -, esse ente privado com fins lucrativos tem autonomia para decidir onde e como aplicar os recursos com finalidades sociais, como criando o próprio instituto ou doando para uma coalizão empresarial (ou os dois, como faz o Instituto CCR). Quando a empresa decide onde e como aplicar o recurso que deveria ser público, o conteúdo, a forma, etc é retirado do debate e da disputa pública. E, não por coincidência, em geral se executa programas próprios e financia programas educacionais vinculados a aparelhos privados que defendem os interesses da classe burguesa, como é o caso da relação do Instituto CCR com a Associação Parceiros da Educação, que por sua vez possui diversos contratos com a SME-RJ e é vinculada à Fundação Lemann.

A terceira forma de obtenção de retorno econômico pelas organizações privadas que atuam na educação básica pública que trataremos nessa seção é a dos fundos patrimoniais, aqui apresentado de modo preliminar em virtude da particularidade do objeto. O caso dos fundos patrimoniais é destacado por sua relevância no processo de financeirização de ações filantrópicas. É pertinente porque há relação direta com doadores, patrimônio e rentabilidade dos investimentos para financiamento do trabalho social da organização.

A regulamentação mais recente sobre parceria entre entes públicos e gestores de fundos patrimoniais foi estabelecida pela Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019 (Brasil, 2019). Mesmo o modelo de financiamento sendo utilizado a mais tempo por organizações sociais, principalmente pela lacuna da ausência de regulamentação, é um movimento recente no Brasil. O exemplo de fundos patrimoniais de universidades estadunidenses, que funcionam há décadas, contribui para pensar a utilização desse mecanismo na educação pública brasileira mesmo com especificidades distintas. Leher (2024b) destacou a importância do estudo:

Para entender as particularidades do processo de ingerência do grande capital na vida das universidades estadunidenses é importante examinar a questão do financiamento de médio e longo prazos das universidades estadunidenses por intermédio de fundos patrimoniais, *naming rights*, alienação de bens, doações, acordos com empresas, investimentos em empresas de *private equity* e de grupos econômicos interessados na produção de conhecimento que permita a realização do capital. (Leher, 2024b, p. 144)

O autor ressalta que seria um erro transpor a realidade estadunidense para a brasileira, mesmo ainda se tratando do financiamento das universidades em ambos os países, dadas as particularidades históricas. Entretanto, o caso é elucidativo e anuncia o movimento de cerceamento da autonomia e liberdade pelo mecanismo de doações e investimentos dos fundos patrimoniais. O que ficou evidente nas recentes ocupações estudantis pela causa palestina nas universidades estadunidenses é que os doadores dos fundos têm poder de ingerência suficiente para tomar decisões sobre as pesquisas, a universidade e a educação a ponto de, no caso das ocupações estudantis, provocar renúncia de reitoras de seus cargos.

No caso das organizações sem fins lucrativos, já é consolidado no campo da pesquisa crítica a compreensão de que esses braços sociais das empresas, famílias bilionárias e instituições financeiras defendem os interesses próprios de sua classe. Entretanto, de maneira ainda mais direta, a Lei nº 13.800/2019 prevê mecanismos legais para gestão dos fundos patrimoniais, como conselho de administração - que passa a ter maior ingerência sobre as decisões da organização - e salvaguarda os doadores para direito a voto e utilização dos recursos conforme os acordos firmados. Tais mudanças são significativas e aumentam o poder decisório da gestão do fundo em detrimento das outras instâncias decisórias da organização e os doadores passam a ter influência sobre como o dinheiro será utilizado. É um arranjo recente no Brasil que subordina de mais uma forma a educação ao processo de financeirização.

Entre os favorecidos em parcerias com a SME-RJ, o caso da Fundação Itaú é particularmente relevante, tendo em vista sua presença sistêmica na educação básica brasileira e o volume de seu fundo patrimonial. A Fundação foi criada em 1988 e instituiu seu fundo patrimonial em 2000. Em 2019, houve a incorporação do Itaú Cultural, Social, Educação e Trabalho na Fundação Itaú e a unificação dos relatórios financeiros. A última demonstração financeira da instituição, referente ao ano de 2024, aponta um patrimônio líquido de 5,5 bilhões de reais (Ernst & Young, 2025). As receitas e despesas da Fundação Itaú são apresentadas na Figura 3 a fim de evidenciar o volume das diferentes receitas da organização:

FUNDAÇÃO ITAÚ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
RECEITAS		444.158	496.667
Receitas de Doações Ações de Combate a Pandemia de COVID-19	24	-	244
Receitas de Doações	15	14.647	5.941
Receitas Financeiras	16	414.355	321.467
Rendas Operacionais	17	15.133	168.998
Trabalho Voluntário Obtido	18	22	16
DESPESAS		(307.329)	(281.125)
Despesas de Ações de Combate a Pandemia de COVID-19	24	-	(244)
Despesas de Projetos	19	(181.708)	(177.475)
Despesas Gerais e Administrativas	20	(124.248)	(112.504)
Despesas Financeiras	21	(792)	(519)
Despesas Tributárias	22	(0)	(17)
Despesas de Arrendamentos	2.2d e 14	(172)	50
(Constituição)/Reversão de Contingências	23	(387)	9.600
Trabalho Voluntário Concedido	18	(22)	(16)
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		136.829	215.541

Figura 3: Fundação Itaú: Demonstração do Resultado (Ernst & Young, 2025, p. 6)

A Receita de Doações, mesmo que tenha menor importância em termos de quantidade de dinheiro, é destacada por apresentar quem foram os doadores dos últimos dois anos. A Nota 15, referente a esta receita, é detalhada abaixo:

NOTA 15 – RECEITAS DE DOAÇÕES

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Recursos com Restrição	9.080	5.941
Potências	5.524	2.231
B3	1.858	1.701
Instituto Natura	1.060	1.190
DB/FUSP	240	240
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) Açaí	206	371
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) TVET	192	208
Recursos Livres	5.567	-
Acervo de Obra de Arte (*)	4.952	-
Itaúsa	615	-
Total	14.647	5.941

(*) Refere-se a Gestão de Acervo que Obra de Arte reconhecido como Doação a partir de 2024.

Figura 4: Nota 15 - Receita de Doações (Ernst & Young, 2025, p. 14)

Aqui, mais uma vez, interessa o rastro das conexões. A B3, bolsa de valores brasileira, tem promovido e amparado cada vez mais as empresas de capital aberto para a ASG (Ambiental, Social e Governança) e sustentabilidade financeira⁵⁵. O Instituto Natura, parceiro da Fundação Itaú de longa data em políticas educacionais, como a constituição do Todos pela Educação, também possui fundo patrimonial para sustentação da organização e fez doações à Fundação. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), organismo internacional de financiamento de políticas públicas, também financiador do Todos pela Educação no Brasil, teve duas participações simbólicas nas doações desse ano.

⁵⁵ “Sustentabilidade financeira” propagada como equilíbrio entre crescimento econômico e cuidado com o meio ambiente, mas tem se mostrado como a diversificação de nichos de mercado e transformação de direitos sociais em produtos, como salientado por Carolina Catini (Simpósio ..., 2025).

É destacado que a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP), que gere o fundo patrimonial da USP, teve participação nas doações à Fundação Itaú. A USP, assim como a Unesp, a UNICAMP, a UFRGS e o IFSP, possui fundo patrimonial construído com doações e gerido pela Universidade, com a presidência do reitor. Os fundos patrimoniais dessas universidades foram lançados já com base na supracitada Lei nº 13.800/2019 e contribuem em muito com o apontamento da relevância de estudos adicionais sobre o tema. A ênfase, no exemplo da Fundação Itaú, é a doação da FUSP à organização, o que desperta diversos questionamentos sobre o fundo patrimonial da USP e suas conexões com a Fundação Itaú.

Outro destaque sobre as receitas da Fundação Itaú no ano de 2024 está detalhado na Nota 16, que detalha as receitas financeiras da organização. Os recursos adquiridos pelos dividendos, juros e rendimentos evidencia a aplicação dos recursos do seu fundo patrimonial, mesmo que não divulgado: o fundo é composto majoritariamente de ações das empresas Itaú Unibanco e Itaúsa - que detém cerca de 37% das ações ordinárias⁵⁶ do Itaú. Assim, o patrimônio do Itaú é mantido mesmo ao doar recursos próprios à Fundação. O Fundo de Investimentos - TEBE também é administrado pelo Itaú Unibanco e sua composição é de 99% de letras e notas do tesouro nacional.

NOTA 16 – RECEITAS FINANCEIRAS

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Recursos Livres	414.355	321.467
Dividendos	153.667	-
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	138.175	-
Itaú Unibanco Holding S.A.	15.492	-
Juros sobre Capital Próprio	187.006	275.617
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	169.269	258.314
Itaú Unibanco Holding S.A.	17.737	17.303
Rendimentos	73.682	45.850
Fundos de Investimentos - TEBE	73.663	45.825
CDB	19	25
Total	414.355	321.467

Figura 5: Nota 16 - Receitas Financeiras (Ernst & Young, 2025, p. 14)

Diferentemente da preocupação que se tem com os fundos patrimoniais das universidades, já se espera que a Fundação Itaú seja controlada pela *holding* Itaú Unibanco. Não há surpresa no que se refere à administração da Fundação Itaú. Mas a inserção do trabalho educativo na financeirização é uma tendência recente no Brasil. Pioneiro na financeirização da educação básica e superior privadas, o Brasil também insere a educação

⁵⁶ As ações ordinárias são as que dão direito a voto, ao contrário das ações preferenciais, que privilegiam a distribuição de proventos. A Itaúsa é a segunda maior acionista do Itaú Unibanco, ficando atrás apenas da Itaú Unibanco Participações S.A.

pública nesse processo. Carolina Catini (2021) escreveu sobre o caso utilizando também a Fundação Itaú como exemplo:

Há que se notar o significado do crescimento da criação de fundos patrimoniais, pois isso insere o trabalho educativo na financeirização de maneira mais contundente na medida em que o investimento na educação é fruto da especulação. O fundo patrimonial da Fundação Itaú para Educação e Cultura, criado em 2019 com a junção do Itaú Social, Cultural e Saúde (inaugurado na pandemia), por exemplo, tem sua base em patrimônio doado pela empresa Itaú Unibanco, além de doações de outros empresários que possuem isenção fiscal em função dessa transferência de bens e heranças. Os recursos que compõem tal fundo são investidos em ações do Itaú Unibanco, composto por cerca de seis bilhões e meio de reais em 2019, segundo seu relatório financeiro²⁷. Os seus projetos sociais são financiados com pequena parte da rentabilidade de tais ações. Mesmo considerando que o grosso dos recursos mobilizados sejam estatais, o investimento social privado pelos fundos patrimoniais de instituições sem fins lucrativos permite mais autonomia na circulação de capitais entre empresas e escolas ou outras organizações. E talvez faça sentido considerar, com Wolfgang Streeck (2018), que é cada vez mais difícil distinguir o que é Estado e o que é mercado, o que são recursos públicos e privados, sobretudo, quando falamos de bancos [...]. (Catini, 2021, p. 108-109)

O patrimônio doado pelo Itaú Unibanco à Fundação “retorna” para a *holding* por meio da compra de papéis de ações pelo fundo. A autora destaca também a autonomia da organização ao utilizar os rendimentos como receita. Um possível exemplo para esse caso de circulação de capitais é a doação do Instituto Natura à Fundação Itaú em 2024, que pode ter sido feita a partir de rendimentos daquela organização para esta, mas o valor não está no demonstrativo financeiro do Instituto Natura para o mesmo ano (PricewaterhouseCoopers, 2025).

A parceria estabelecida entre a SME-RJ e a Fundação Itaú em 2024 levou o título “Implementação de Estratégia Pedagógica, Governança Educacional, Formação dos Agentes de Gestão para Resultados de Aprendizagem, Professores Articuladores dos GETs (Ginásios Educacionais Tecnológicos) e Percorso Formativo dos Professores de Arte” (Rio de Janeiro, 2024b, p. 9) e apresentou um plano de trabalho que incluiu diagnóstico da rede, criação de mecanismos de acompanhamento de resultados e formação para agentes e professores, sobretudo para atuação nos GETs. O que vemos é a participação da organização na implementação de instrumentos para garantir a efetivação das políticas educacionais que ela mesma contribuiu para a construção via Todos pela Educação, Movimento pela Base e aprovação de leis como BNCC e Plano Nacional de Educação.

O tema dos resultados de aprendizagem requer maior aprofundamento e será pormenorizado no capítulo a seguir porque, assim como nos termos anteriormente destacados nessa seção (estabelecidos com o Grupo Salta e com o Instituto CCR), o conteúdo dos planos de trabalho aponta para a subordinação do trabalho docente à lógica de resultados de

aprendizagem, retirada de autonomia dos professores e acesso direto dos APHs à educação pública, o que configuram uma outra faceta das conexões entre essas organizações.

3 FORJANDO AS CONTRARREFORMAS: ORGANIZAÇÕES DO CAPITAL E TRABALHO DOCENTE

Para expor a análise sobre os processos de formação operados pelos APH e organizações privadas no trabalho docente da SME-RJ, a dissertação coligiu um grande número de documentos para, a partir deles, discutir o conteúdo dos termos jurídicos estabelecidos entre a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e as organizações favorecidas.

O estudo analisa os documentos, a principal base empírica da pesquisa, pelo prisma do materialismo histórico-dialético. A leitura e a análise do inteiro teor dos contratos, acordos, planos de trabalho e termos de referência anexados estão referenciadas nas contribuições da *análise crítica de documentos* (Evangelista; Shiroma, 2019).

Selecionamos na pesquisa 240 contratos, por isso, examinando os aspectos gerais dos documentos por meio de descritores apresentados adiante, foi possível selecionar um conjunto representativo para a análise do tema do trabalho: os três exemplos utilizados na seção 2.3 e outros três exemplos utilizados no presente capítulo. Este capítulo apresenta uma especificação da empiria cujo foco é o trabalho docente. O estudo partiu das perguntas que motivaram a investigação e que foram (mesmo que provisoriamente) respondidas e desdobradas em trabalhos apresentados em congressos sobre temas que inspiraram partes do primeiro e do segundo capítulos⁵⁷. Após estabelecer um panorama mais detalhado da educação no Rio de Janeiro com o objetivo de explicar a especificidade dos mandatos dos prefeitos no período em tela, colocando em relevo a caracterização dos respectivos secretários de educação, o percurso da pesquisa almejou compreender as conexões entre as organizações, as formas de retorno econômico e o trabalho docente.

O primeiro título provisório dessa pesquisa, elaborado para a submissão do pré-projeto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, incluía o subtítulo “campo de disputas” ao destacar as políticas de formação docente. Depois, em contato com a empiria, compreendemos que não era possível observar a disputa pelas políticas pelo prisma das parcerias estabelecidas, demonstrando que a hipótese de que havia disputas de concepções educacionais foi refutada. Optamos então por acompanhar as concepções dos diferentes favorecidos nos contratos, por isso, para submissão ao exame de projeto, o subtítulo da pesquisa apresentava “atuação e concepções de educação” ao evidenciar as parcerias. Por fim, ao pensar na exposição do que foi encontrado nos materiais coletados concluímos que

⁵⁷ Respectivamente, os trabalhos sobre o secretário Renan Ferreirinha (Santos, 2024) e sobre as conexões estabelecidas entre as organizações parceiras da SME-RJ e a Fundação Lemann (Santos, 2025), já citados.

uma expressão mais elucidativa do objeto das parcerias da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para a formação docente hoje é a “expressão do particularismo do capital no sistema de acumulação neoliberal”.

Retomando Evangelista e Shiroma no texto mencionado:

Ao começar o estudo de uma determinada política, procuramos nos cercar de documentos, pesquisas e dados que a informam. A este primeiro passo se segue uma visão caótica do conjunto de textos e discursos sobre a política, repletos de bordões, ecletismos e contradições internas. Por sucessivas leituras de fontes de diversas naturezas, que se complementam ou se contrapõem, é possível identificar alguns conceitos-chave nos textos, termos reiterados, eixos de argumentação, concepções, formas com as quais os autores apresentam aos leitores os problemas e suas propostas para solucioná-los. (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 88)

A visão caótica do primeiro momento da pesquisa e a posterior identificação de conceitos-chave alterou a proposição inicial sobre a pesquisa. Tornou-se evidente, com a análise do material, que as contradições entre as parcerias aprovadas são secundárias e residuais, pois os conteúdos dos planos de trabalho estão conectados e seus executores estão amplamente articulados com os principais APHs formuladores das políticas educacionais no país. O que encontramos na base empírica é, de fato, a expressão do particularismo do capital na formação dos professores do município.

Algumas palavras-chave foram recorrentes no léxico dos planos de trabalho presentes nos contratos. Em ordem decrescente de recorrência, apareceram “habilidades e competências”, “plataforma”, “inovação”, “resultado”, “qualidade”, “aprendizagem”, “século XXI”, “avaliação” e “liderança”. Com menor recorrência, alguns contratos ainda apresentaram termos como “eficaz/eficiente”, “socioemocional(is)”, “gestão”, “evidências”, “empreendedorismo”, “desempenho” e “diagnóstico”. Para justificar a oferta de formação aos professores, as empresas e organizações prometem materiais ou formações para “entregar” à Prefeitura o que as organizações entendem por esse léxico de palavras. Se fosse feito um “bingo” de expressões dos APHs formuladores de políticas de educação, os termos acordados com nove organizações teriam chegado muito perto da cartela cheia, como mostra o Quadro abaixo:

Quadro 2: Termos destacados na análise (própria autora)

Contrato	2019/174	2021/19	2021/14	2022/55	2022/58	2022/62	2023/63	2024/68	2024/100
Favorecido	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO	MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO MBC	INSTITUTO FORMAR	FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO	FALCONI CONSULTORES SA	INSTITUTO BESOURO DE FOMENTO SOCIAL E PESQUISA	ASSOCIAÇÃO WORLD FUND BRASIL	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO	FUNDAÇÃO ITAU
Tipo de contrato	contrato	acordo de cooperação técnica	acordo de cooperação	contrato	contrato	contrato	acordo de cooperação	contrato	acordo de cooperação
Valor instrumento	R\$945.820,20	R\$0,00	R\$0,00	R\$5.276.720,00	R\$13.853.000,00	R\$924.000,00	R\$0,00	251.100,00	R\$0,00
CONEXÕES LEMANN	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM	SIM	SIM
ABRANGÊNCIA	diretores e vice-diretores de 850 escolas	SME	SME e gestores	estudantes dos 6º e 7º anos	gestores da SME	168 educadores de 4 escolas GET	professores e diretores de 4 escolas	150 gestores	gestores e professores de artes dos GETs
SÉCULO XXI					X	X	X	X	
AVALIAÇÃO			X	X	X		X	X	X
PLATAFORMA	X			X		X	X	X	
EMPREENDEDORISMO	X			X		X			
EVIDÊNCIAS	X			X	X			X	X
LIDERANÇA	X		X	X	X	X	X	X	
INOVAÇÃO	X	X	X	X		X	X	X	X
QUALIDADE		X	X	X	X	X		X	X
RESULTADOS	X	X	X	X	X	X	X	X	X
APRENDIZAGEM			X	X	X	X	X	X	X
HABILIDADES / COMPETÊNCIAS	X	X		X		X	X		X
EFICÁCIA / EFICIÊNCIA		X	X	X	X			X	X
SOCIOEMOCIONAL						X	X	X	
GESTÃO	X	X	X		X	X	X	X	X
DIAGNÓSTICO		X	X		X				
STEM / STEAM						X	X		X

Do conjunto dos contratos estabelecidos entre a SME-RJ e as organizações que ofertam formação docente, selecionamos os que identificamos como mais relevantes, isto é, os documentos em que aparecem o maior número de termos dentre os mencionados acima.

A primeira seção trata do tema da expropriação da política, ação do capital para retirada da política do debate e da decisão coletiva. A discussão se dá a partir do exemplo do acordo de cooperação técnica estabelecido com o Movimento Brasil Competitivo em 2021 e do contrato com a Falconi Consultores, em 2022. A segunda seção aborda a formação para resultados de aprendizagem, justificativa latente das políticas educacionais defendidas pelos APHes que minam o trabalho docente e a formação da classe trabalhadora, presente em muitas das parcerias estabelecidas pela SME-RJ no último período. Os contratos exemplares desta seção são, ainda, o estabelecido com a Falconi Consultores em 2022 e o acordo de cooperação com a Fundação Itaú, em 2024.

3.1 A EXPROPRIAÇÃO DA POLÍTICA

Quando Marx (2013) aborda a expropriação no primeiro livro d'O Capital, há a colocação da expropriação dos meios de produção e subsistência dos camponeses - que há um século já estavam saídos dos feudos já em demasiada decadência - pela burguesia emergente. Esse processo histórico de expropriação, que tem como objetivo a acumulação, condição de reprodução do capital, foi trabalhado por Marx também da perspectiva da lógica de expansão do capitalismo. A acumulação é primordial para a reprodução do capital e, por isso, recorre à expropriação dos trabalhadores. É essencial destacar que as expropriações não se limitaram ao que foi feito no momento de acumulação primitiva, mas sim consiste em um ponto de partida, pois fazem parte de um processo permanente da manutenção e atualização da expropriação dos meios de produção em diferentes épocas. Mas não só dos meios de produção, como destacado por Virgínia Fontes (2010) em “O Brasil e o capital-imperialismo”:

A expropriação primária, original, de grandes massas campesinas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo [...]. (Fontes, 2010, p. 44)

O que a autora chamou de “expropriações secundárias” é onde queremos chegar.

Estas expropriações, que estou denominando disponibilizações ou expropriações secundárias, não são, no sentido próprio, uma perda de propriedade de meios de produção (ou recursos sociais de produção), pois a grande maioria dos trabalhadores urbanos dela já não mais dispunha. [...]

De maneira surpreendente, uma verdadeira expropriação de direitos se realizou, mantidas as instituições democráticas, conservados os processos eleitorais e com a sustentação de uma intensa atuação midiática e parlamentar. (Fontes, 2010, p. 54-55)

A partir do que Virgínia Fontes explicou como sendo uma “expropriação de direitos”, introduzimos aqui o debate sobre a retirada de um direito ao mesmo tempo específico e abrangente: a expropriação da política. Sem se distanciar do objetivo das expropriações, que é a acumulação e concentração necessárias para a reprodução do capital, a expropriação da política introduz aspectos particulares. Essa expropriação é relevante sobretudo porque incide sobre outro fator importante para a reprodução do capital: o disciplinamento da população à sua subalternização. A expropriação da política o faz não pelo aparente controle, criminalização, marginalização, mas sim pela via do convencimento, da ideologia, do consenso.

O caso do acordo de cooperação técnica estabelecido com o Movimento Brasil Competitivo em 2021 é exemplar no que queremos expor. A entidade é uma OSCIP, instituída em 2001, e foi fundada pelo empresário do ramo siderúrgico Jorge Gerdau, “ele se vincula a poderosos estratos da burguesia brasileira. É presidente do Grupo Gerdau, que inclui a Usina Siderúrgica Paraense, a Metalúrgica Fibra S.A. e a Mefisa Parafusos e Fixadores S.A., entre outros, com operações em 11 países” (Casimiro, 2020, p. 92). Depois, veio a ser um dos fundadores do Todos pela Educação, como evidenciado pela citação de Evangelista e Leher (2012) no capítulo anterior. O objetivo do MBC, segundo seu próprio site, é: “Trabalhamos para que reformas estruturais sejam realizadas, permitindo que os setores público e privado contribuam de forma eficaz para um Estado mais eficiente.” (Movimento Brasil Competitivo, [s.d.]). Assim, desde sua formulação, esse APH concentra a atuação no Estado, oferecendo “soluções” ditas “técnicas” e “apartidárias” e tem entrada no governo federal desde 2005, mas não só. Fontes (2017) destacou a capilaridade do MBC em diversos sindicatos e partidos brasileiros:

MBC-Movimento Brasil Competitivo, criado em 2001, sob a direção de Jorge Johanpeter Gerdau é talvez o maior e mais impressionante agrupamento de entidades privadas e públicas, com projeto e atuação direta no Estado, numa efetiva “estratégia de conversão do público ao modelo de gestão privado”⁴¹. Aproximou-se de centrais sindicais de diversas colorações, como Força Sindical, CUT, UGT, CGT e Contag. Seus programas de gestão foram implementados em governos estaduais conduzidos por partidos de distintas extrações e origens sociais, como do PSDB (José Serra-SP), do PMDB (Sergio Cabral-RJ e Anastasia-MG); DEM e posteriormente PR (José Roberto Arruda-DF), PSB (Eduardo Campos-PE), PT (Jacques Wagner-BA); PMDB e posteriormente PSDB (Teotônio Vilela Fo-AL), PPS e posteriormente PR e PP-Partido Progressista (Blairo Maggi-MT); PSDB (Yeda Crusius-RS), DEM (João Alves Fo-SE) e PT (Ana Carepa-PA). (Fontes, 2017, p.19)

No livro “A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo”, de Flávio Casimiro (2020), o autor conecta o MBC com as estratégias de reconfiguração do Estado em articulação com o capitalismo mundializado e elabora a seguinte relação:

O Movimento Brasil Competitivo se alinha às organizações da sociedade civil que criam mecanismos de ampliação do Estado, no sentido gramsciano, em que a sociedade civil e Estado estão dialeticamente articulados, desenvolvendo alternativas para a privatização, empresariamento das funções sociais do Estado, bem como implantando modelos privados de gestão da administração pública. Essa estratégia de reconfiguração da ossatura institucional do Estado é veículo e resultado do processo de atualização da dominação burguesa. (Casimiro, 2020, p. 93)

É nesse contexto que, em 2021, com o retorno de Eduardo Paes à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e com Renan Ferreirinha pela primeira vez à frente da Secretaria Municipal de Educação, o Movimento Brasil Competitivo estabeleceu um acordo de cooperação técnica com a SME, sem ônus financeiro à Prefeitura. A oferta de um serviço sem ônus financeiro à Prefeitura é o primeiro destaque da expropriação da política.

Um questionamento que surge ao pensar a oferta desse serviço é: que organizações da sociedade civil têm condições de oferecer um serviço gratuito a uma das maiores redes de educação da América Latina? Via de regra, o investimento privado empresarial é necessário e, no caso do MBC, há um grupo de mantenedores que inclui grandes grupos empresariais nacionais e multinacionais - além da já colocada problemática dos fundos patrimoniais e ingerência de seus doadores -, fatores que determinam a concepção de política pública que será implementada. A questão da não oneração à Prefeitura é tão presente no caso particular das parcerias da SME-RJ para a formação docente que 196 dos 240 contratos não tiveram valor envolvido. As poucas alternativas ao investimento empresarial encontradas no levantamento desses contratos tratavam-se de organizações religiosas, institutos mantidos por pessoas físicas ou convênios com outras instituições públicas, que juntos somaram oito acordos de parceria, se revelando quantia ínfima ante o montante das contratações.

Outro questionamento é sobre a escolha da organização que presta esse serviço. Quando há dispêndio financeiro, o mecanismo legal de licitação precisa ser acionado ou, ao recorrer à inexigibilidade de licitação, precisa-se justificar a capacidade da organização escolhida em detrimento de outra. Como será apresentado ainda nessa seção, a inexigibilidade de licitação foi amplamente utilizada nas contratações da SME-RJ, porém, de todo modo, é um recurso que exige ao menos uma explicação formal no acordo, mesmo que refutável. No plano de trabalho do MBC com a SME-RJ não há uma linha sobre o porquê do MBC ser escolhido para esse serviço.

Outrossim, questiona-se a pouca ênfase dada à fiscalização de termos sem valor envolvido. Há prioridade em analisar o caminho da verba pública, que inclusive recebe maior pressão da sociedade civil com organizações como Transparência Brasil, Observatório de Educação e Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ou mesmo no campo crítico a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) fiscalizam e denunciam questões relacionadas ao orçamento público em diferentes instâncias educacionais. Por mais que seja atribuição do TCRJ inspecionar a administração pública, o enfoque é maior sobre os dados de natureza contábil, financeira e orçamentária.

Assim, a disputa pela constituição das políticas que, pelo próprio prisma liberal seria feita por instrumentos legais como audiências públicas, plenárias na Câmara, eleições diretas, se utiliza das brechas jurídicas para burlar seus entraves. Não é novidade que o capital não realiza suas promessas, o aparato legal legitima as exceções que são regra, como no caso estudado, em que não há necessidade de licitação para o que a parceria e a fiscalização pode ser ainda mais diminuta. A ausência de ônus financeiro torna a política menos apelativa inclusive para a mobilização de frações populares da sociedade civil em torno dos seus APHs, como sindicatos e movimentos sociais. A expropriação da política se agrava nesse caso quando analisado o conteúdo do projeto presente no documento.

O segundo destaque no contexto da expropriação da política a partir do exemplo desse acordo de cooperação técnica é para seu plano de trabalho. Intitulado “Mais Gestão - Planejando a Educação”, o termo prevê um diagnóstico da rede, um projeto e atividades a se desenvolver em um plano de 100 dias que, não por acaso, abarcam os primeiros meses da gestão Paes 3. O plano inicia apresentando o objetivo da parceria, que é “orientar a execução das atividades a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro” e “auxiliar na preparação e condução do primeiro ano da nova gestão, contribuindo fortemente para a melhoria dos resultados” (Rio de Janeiro, 2021, p. 14). É terceirizado o diagnóstico e o plano de governo para a educação do município nessa gestão.

No caso analisado, há uma questão de escala relevante, porque a parceria se estende a toda a rede municipal, atingindo a SME e, por consequência, o trabalho dos gestores e professores de toda a rede educacional. Trata-se, para além da formação e indicação de um preposto como dirigente (como feito pela Fundação Lemann com Renan Ferreirinha), da presença das organizações do capital diretamente na formulação e estratégia da gestão municipal sobre a educação básica pública. Mais uma vez a questão da expropriação da política é colocada: superada a barreira jurídica com a ausência de ônus ao ente público, é

superada também a barreira da decisão sobre a política engendrada - tanto pela ação diretiva do APH empresarial sobre a política educacional quanto pelo manto “apartidário” e “técnico” que seu conteúdo passa. Logo nas primeiras páginas do plano, há a exposição dos chamados “Ganhos Quantitativos”:

Ganhos Quantitativos

Em um cenário de grandes demandas sociais e transformação, os gestores terão o desafio de equilibrar o orçamento de forma a conseguir atuar de forma mais intensiva em questões que atendam às maiores necessidades dos alunos/sociedade.



Figura 6: Ganhos Quantitativos (Rio de Janeiro, 2021, p. 14) (feito pela autora)

Mais do que explicar o que são os “resultados”, as “ações positivas” ou a “qualidade” propagada pelo documento, Evangelista e Shiroma (2019) propugnam a mediação da teoria e da reflexão, porque

O documento indica a essência da política, mas, ao mesmo tempo, esconde-a. [...]

Precisamente, um dos grandes desafios postos é o de explicitar o que o discurso dominante esconde sob sua aparência de verdade. [...] Assim, não se trata de entender o significado de determinado discurso contido num documento, nem de reproduzir suas proposições, mas de explicar a que veio. (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 89-90)

As já expostas relações do prefeito Eduardo Paes e do secretário Renan Ferreirinha com as classes burguesas e relações do MBC com outros APHes, políticas, sindicatos e partidos explicam a conexão entre a organização e a secretaria. Mas os “elementos ideológicos [...] utilizados para produzir o consenso em torno da política” (ibidem) são explicados pela égide do bloco histórico neoliberal (Motta; Andrade, 2020). No presente bloco histórico, foi instaurada a chamada Nova Gestão Pública, porque “[...] as instituições públicas de Estado que não puderam ser completamente privatizadas, são reestruturadas a

partir do modelo empresarial” (Laval *et al.*, 2012, p. 404). Isso explica o foco na gestão e a reestruturação da organização da secretaria dispostos no acordo.

A NGP, que foi criada na série de reformas do Estado, se baseia nas políticas de austeridade, cujos pressupostos proferem a diminuição do papel do Estado e dos gastos públicos, o que esconde as verdadeiras intenções de esvaziamento da soberania popular, expropriando direitos, sobretudo o de participação da classe trabalhadora nas decisões do Estado (Mattei, 2023; Leher; Sardinha, 2024). Diferentemente do que é propagado,

Antes como agora, é evidente de que *não* se trata de um enfraquecimento ou eclipse do Estado, como foi suposto por alguns. Ao contrário, trata-se de seu enrijecimento através de uma contração das formas de participação popular, no compasso da ampliação das modalidades de integração entre Estado e entidades associativas empresariais. Estas, fortes de sua experiência prática de *conversão* de reivindicações populares em projetos fragmentários de “apoio”, procuram agora converter as necessidades e reivindicações sociais em projetos políticos elaborados e implementados por elas, executados no interior do Estado restrito. (Fontes, 2017, p. 14)

A integração entre Estado e organizações empresariais se amplia e se aprofunda, com a diretriz direta do organismo empresarial ditando a política educacional. E, como disposto nos ditos “Ganhos Quantitativos” na etapa da “Secretaria”, o foco é na “prestação de serviços com qualidade à população”. Quem se oporia a essa necessidade? Como colocado por Virgínia Fontes acima, é uma reivindicação social convertida em projeto da entidade associativa empresarial, elaborada por ela e executada no Estado estrito.

Em outro excerto, o plano de trabalho apresenta as etapas da reestruturação da secretaria. A solução do MBC é exibida por meio de etapas supostamente técnicas e neutras. Os quadros, figuras e termos passam a impressão de seriedade, distanciamento e objetividade, como propugna a cartilha da austeridade. Segundo o documento, o “diagnóstico” é feito pelo parceiro por meio de entrevistas com o prefeito, o secretário e outros grupos não identificados. Entretanto, a chamada “adequação da estrutura organizacional” é feita com o uso da “Metodologia Falconi” reproduzida abaixo:

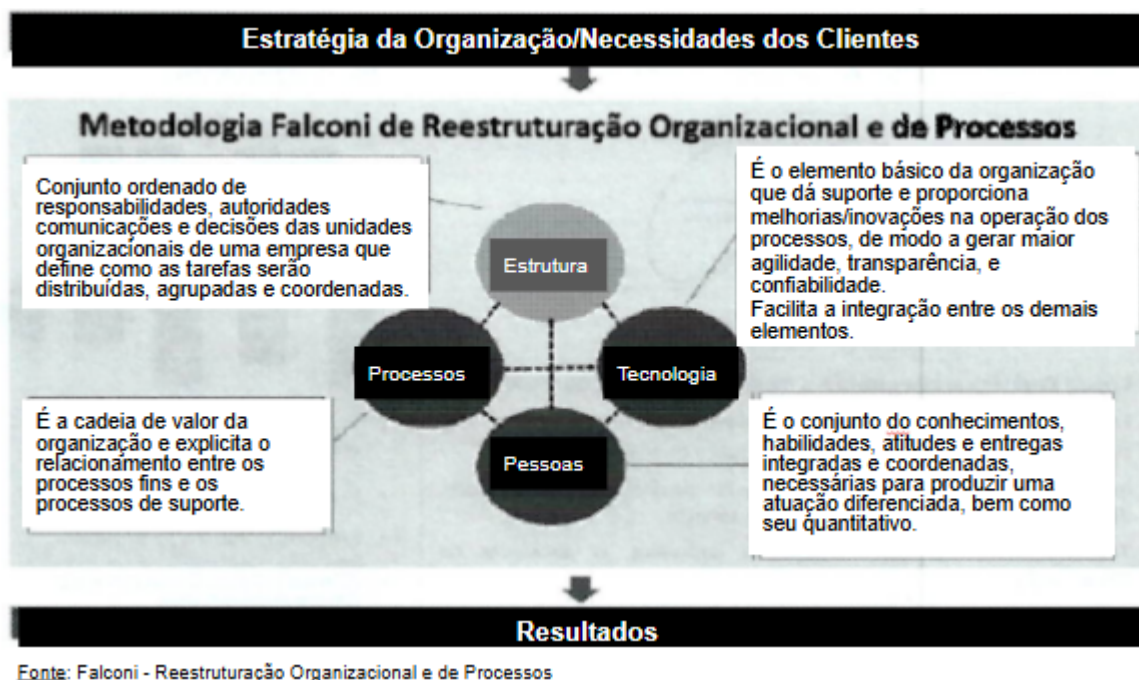


Figura 7: Metodologia Falconi (Rio de Janeiro, 2021, p. 17) (refeito pela autora)

Tatiana Ribeiro, diretora executiva do MBC, já foi coordenadora de comunicação externa da Falconi Consultores (Ribeiro, 2025). Essa conexão é uma das existentes entre a organização social e a empresa, que são parceiras em diversos projetos no setor público com o mesmo objetivo de melhoria de gestão e resultados⁵⁸. O que destacamos, para além das já citadas formas ideológicas (Marx, 2008) presentes no acordo de cooperação técnica, é a contratação da empresa Falconi Consultores no ano seguinte ao acordo. Essas conexões e a sequência nada aleatória de parcerias merecem maiores investigações, podendo ser considerada até uma modalidade de ganho financeiro das organizações se as descobertas caminharem nesse sentido, mas fugiria da alçada desta pesquisa.

Em 2022, segundo ano do governo Paes 3, foi feita a parceria de maior dispêndio financeiro da SME-RJ com formação docente: a contratação da Falconi Consultores por R\$13.853.000,00, com inexigibilidade de licitação, para consultoria especializada em gestão educacional (Rio de Janeiro, 2022c). Nesse caso, diferente do acordo de cooperação técnica entre a SME-RJ e o MBC, o holofote está diretamente nas escolas, principal foco das mudanças a serem implementadas pela Falconi. O Termo de Referência prevê o acompanhamento de 130 unidades escolares para definição de metas de desempenho e

⁵⁸ Um exemplo é o acordo de cooperação assinado por Rodrigo Maia em 2019 na condição de presidente da Câmara e justifica a necessidade da ação com base nas aposentadorias e no cumprimento do Teto de Gastos, política austera. Segundo a Agência Câmara de Notícias, “O serviço será prestado pela MBC, por intermédio da Falconi Consultoria. O acordo não envolve a transferência de recursos financeiros [...]”. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/571381-maia-assina-convenio-para-propor-medidas-de-melhoria-na-gestao-dos-trabalhos-legislativos/>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

construção de modelo de acordo com resultados além de bonificação, para posterior implementação desse conjunto de estratégias e metas em toda a rede. Em virtude disso, a escala ganha relevância novamente, pois trata-se de um contrato abrangente que pretende atingir as mais de 1500 escolas municipais. O primeiro tópico do Termo de Referência, intitulado “Contexto”, argumenta sobre a necessidade da contratação pela evolução do município no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que apesar de em reconhecida crescente nos últimos anos, está abaixo das metas projetadas, e conclui:

[...] A primeira condição reforça que a ação da **educação pública de qualidade é para todos**. A segunda implica compreender que a gestão escolar, para o desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem profícuos, **materializados em resultados**, deve se constituir em bases sólidas de forma que a escola logre, progressivamente, a consolidação do seu projeto pedagógico e que todos os seus alunos tenham seus **direitos de aprendizagem garantidos** pelo sistema de ensino. Com o projeto se reafirma a crença em que **as boas práticas de gestão escolar são fundamentais** para a melhoria desses indicadores, não como atuações individualizadas, mais (SIC) em uma perspectiva sistêmica. (Rio de Janeiro, 2022c, p. 20, **grifos nossos**)

Novamente a qualidade da educação aparece como norteadora da política adotada e os resultados também são reforçados. Os “direitos de aprendizagem” se somam aos demais termos já considerados jargões do empresariado educacional. Essa captura das reivindicações por melhoria da educação ofertada à classe trabalhadora transforma os anseios populares em resultados quantificáveis e, por consequência, criam uma base argumentativa que os mantém acima de qualquer debate político.

Marcela Pronko (2015) se debruçou a localizar as chamadas “boas práticas” no discurso do Banco Mundial:

A expressão “melhores práticas” ou “boas práticas”, derivada do campo da gestão empresarial, foi adotada pelos organismos internacionais nos últimos anos, ligada à ideia de tomada de decisões baseadas em evidências, para designar um repertório de técnicas, procedimentos e soluções que favorecem a eficiência e a eficácia do processo, independentemente do contexto no qual se aplicam. No âmbito educacional, a utilização de “boas práticas” pressupõe a consideração do processo educacional, nos seus diversos componentes (gestão educacional, processo de ensino-aprendizagem, etc.) de forma isolada do conjunto da vida social. Por isso, na perspectiva desses organismos, a construção de um repertório de “boas práticas” pode ser uma ferramenta útil, sobretudo pela sua transferibilidade. (Pronko, 2015, p. 103)

A tomada de decisões baseada em evidências tem se tornado um mantra nos organismos internacionais ao longo dos últimos anos. As chamadas “evidências” consistem, na maior parte dos casos, em correlações simples entre indicadores quantitativos definidos por algum grupo de expertos como relevantes para influenciar a orientação de políticas setoriais específicas. (Pronko, 2015, p. 107)

As formulações sobre o léxico das “boas práticas” elaboradas por Marcela Pronko vão ao encontro do que Minto (2023) elaborou sobre a educação baseada em evidências (EBE) em “O avesso das evidências”. No âmbito dessa pesquisa, compreende-se que o determinante

da conduta a ser seguida pela EBE são as diretrizes da austeridade que, muito mais do que incidir sobre o ajuste fiscal, orienta políticas que asseguram o domínio do capital. O que se apresenta é a racionalidade, a eficácia, a construção do consenso em torno da garantia daquilo que o léxico neoliberal tem propagado mais recentemente como um direito básico: a aprendizagem. O que se revela, por outro lado, é o subordinação da população à sua subalternização, a retirada do direito à política.

Como demonstração da colocação de Pronko (2015) de que as “tomadas de decisões baseadas em evidências” servem mesmo para diferentes situações em qualquer contexto, na página seguinte do Termo de Referência, o primeiro parágrafo da justificativa se utiliza dessa argumentação para fundamentar a inexigibilidade de licitação:

O desafio de instituir na Rede Pública de Ensino uma Gestão Escolar para Resultados de Aprendizagem implica dimensionar o **esforço técnico** para sua consecução e planejar cada etapa e nível de intervenção. Entendendo que o principal nível de intervenção é a escola, que será realizado por meio de acompanhamento estratégico *in loco*. Nessa perspectiva, é importante ser assertivo e **não dar espaço para experimentos sem evidências empíricas**. Portanto, a arquitetura do projeto previu a contratação de uma consultoria que, em parceria com os técnicos da Secretaria Municipal de Educação, seja capaz de agregar *know how*, **conhecimento técnico**, metodologia clara e já testada, compromisso e experiência em transferência de tecnologia e de sua metodologia, bem como tenha o reconhecimento na área, com **resultados comprovados** em Redes de Ensino com características semelhantes à Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. (Rio de Janeiro, 2022c, p. 21-22, *itálicos próprios, negritos nossos*)

Todos os trechos colocados em negrito estão relacionados às “boas práticas” ressaltadas pela autora. No caso desse último excerto, está o último destaque sobre a expropriação da política a partir desses exemplos: as supostas evidências corroboram com a escolha da empresa favorecida em detrimento de quaisquer outras. A Falconi é a empresa que tem “resultados comprovados”, é imprescindível “não dar espaço para experimentos sem evidências”. Contra as evidências científicas, que argumentos há?

Em nenhum dos 44 contratos com dispêndio financeiro da Prefeitura que envolvem formação docente no período selecionado houve licitação, as justificativas foram embasadas na contratação de serviços técnicos especializados de notória especialização. Além disso, nenhum deles apresenta estudos comparativos entre a empresa selecionada e demais do mesmo ramo⁵⁹.

Não é descartável o apontamento de que o contrato multimilionário do caso apresentado nessa seção não apresenta o que exatamente seria esse conhecimento técnico tão

⁵⁹ A hipótese de que as justificativas para inexigibilidade já são apresentadas pelas próprias empresas porque estão descritas nos planos de trabalho ou termos de referência, que são documentos das mesmas apresentando o que será feito a partir da assinatura do termo, carece de estudos adicionais que ainda podem vir a ser realizados.

único da empresa Falconi Consultores, tampouco mostra os ditos resultados comprovados em outras redes de ensino no corpo da justificativa da contratação. Ademais, supondo-se que os tais resultados em outras redes de ensino sejam o atingimento de metas criadas pela própria empresa e o aumento das notas dos estudantes em avaliações como o IDEB, também não há comprovação de relação entre resultados educacionais quantificáveis e ampliação do acesso ao conhecimento pelos estudantes. Pelo contrário, Diane Ravitch (2011), que foi secretária adjunta de educação na administração do presidente George H.W. Bush e responsável pela implementação de testagens em larga escala no país, mostrou a falência desse sistema implementado nos Estados Unidos desde a sua gênese. Mas esse é um tema para a próxima seção.

A expropriação da política se traduz na retirada da escola do papel de instituição que deva ser autogovernada. A tecnocracia de toda a vida social ganha espaço no discurso, mas não é suficiente. Nas escolas, esse processo envolve, necessariamente, a expropriação do trabalho docente.

3.2 EXPRESSÕES DOS PARTICULARISMOS DO CAPITAL NA FORMAÇÃO DOCENTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

A Declaração Mundial sobre Educação Para Todos⁶⁰, formulada pela Conferência de Jomtien em 1990, elaborou diretrizes que vemos amplamente implementadas hoje na educação brasileira. O indicativo de predominância do direito à “aprendizagem” em detrimento do direito à educação e ao conhecimento já estava formulado naquele documento e é a afirmação de seu primeiro artigo:

ARTIGO 1

SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM

1. Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para **satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem** (UNICEF, 1990, [s.p.], **grifos nossos**).

Depois de “habilidades” ou “competências”, o termo “aprendizagem” foi o que mais apareceu na amostra da pesquisa. O discurso de “garantia de aprendizagens” ou do “direito à aprendizagem” é latente nos contratos. Não muito distante, o quarto artigo dá a letra do que é necessário para alcançar esse objetivo:

ARTIGO 4

CONCENTRAR A ATENÇÃO NA APRENDIZAGEM

1. A tradução das oportunidades ampliadas de educação em desenvolvimento efetivo – para o indivíduo ou para a sociedade – dependerá, em última instância, de,

⁶⁰ Declaração Mundial sobre Educação Para Todos. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em: 3 ago. 2025.

em razão dessas mesmas oportunidades, as pessoas aprenderem de fato, ou seja, apreenderem conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores. Em consequência, **a educação básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem**, e não mais exclusivamente na matrícula, frequência aos programas estabelecidos e preenchimento dos requisitos para a obtenção do diploma. Abordagens ativas e participativas são particularmente valiosas no que diz respeito a garantir a aprendizagem e possibilitar aos educandos esgotar plenamente suas potencialidades. **Daí a necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho.** (*ibidem*, grifos nossos)

Para aferir essa “aquisição e resultados efetivos da aprendizagem”, a implementação de sistemas de avaliação de desempenho são requeridas porque, afinal, não é mais suficiente o acesso à escola, ao direito social, agora é preciso falar em qualidade e é necessário torná-la quantificável em habilidades e medida. Ravitch (2011), em seu livro “Vida e morte do grande sistema escolar americano” sobre o programa Nenhuma Criança Fica pra Trás (de sigla NCLB, em inglês), estabeleceu oposição entre a aferição das habilidades por meio de testes em larga escala e o conhecimento:

[...] o Nenhuma Criança Fica para Trás não tinha outra visão que não a de melhorar os escores dos testes em leitura e matemática. Ele produzia montanhas de dados, não cidadãos educados. Os seus defensores então tratavam os dados como evidência de seu “sucesso”. Ele ignorava a importância do conhecimento. Ele promovia uma definição mecanicista, restrita e profundamente anti-intelectual de educação. Na era do NCLB, o conhecimento era irrelevante. (Ravitch, 2011, p. 47)

Luiz Carlos de Freitas (2014), numa perspectiva histórico-crítica, coloca em relevo a contradição entre a necessidade do capital de difundir as bases do capital humano requerido pelo capital e manter o controle sobre o processo educativo:

Ao longo de décadas o empresariado conviveu muito bem com o analfabetismo e com a baixa qualidade da educação, até que a complexificação das redes produtivas e do próprio consumo demandou mais conhecimento e a mão de obra barata ficou mais difícil de ser encontrada, derrubando as taxas de acumulação de riqueza.

[...]

É esta contradição entre ter que qualificar um pouco mais e ao mesmo tempo manter o controle ideológico da escola, diferenciando desempenhos mas garantindo acesso ao conhecimento básico para a formação do trabalhador hoje esperado na porta das empresas, que move os reformadores a disputarem a agenda da educação, responsabilizando a escola pela falta de equidade no acesso ao conhecimento básico, ou seja, responsabilizando a escola por não garantir o domínio de uma base nacional e comum a todos. (Freitas, 2014, p. 1089)

Relacionada com a expropriação da política, discutida anteriormente, a ênfase na aprendizagem (sem o ensino!) é uma solução encontrada para expropriar a classe trabalhadora do acesso ao conhecimento ao mesmo tempo em que precisa garantir um novo patamar de “mínimo” à população. O capital necessitou reformar a educação para formar os trabalhadores com base nas competências e habilidades apontadas pela OCDE e recontextualizadas pelos países (no Brasil, o Novo Ensino Médio instituído pela Lei nº 13.415/2017 é exemplar). Freitas (2014) apresenta o aumento do conhecimento

“ressignificado pelo capital” ofertado pela escola atual em detrimento da formação integral que é usurpada. Nesse ponto específico consideramos que, mesmo na dimensão do conhecimento, o que o capital precisa é que a classe trabalhadora domine os conhecimentos instrumentais para o exercício de funções laborais porque “a necessidade de formação da força de trabalho submete o processo de conhecimento à pragmática instrumentalizada” (Gawryszewski *et al.*, 2023, p. 19). Grande parte do conhecimento historicamente produzido e acumulado pela humanidade não só continua a ser negado aos trabalhadores na escola desse século, como é ainda mais apartado dos estudantes pela égide das aprendizagens baseadas em habilidades e competências.

Foi justamente com a justificativa econômica ressaltada por Freitas (2014) no excerto acima que o Instituto Unibanco, em acordo de cooperação estabelecido com a SME-RJ, justificou o “Projeto Entre Jovens - A Tutoria Melhorando o Desempenho Escolar” aos estudantes do 9º ano de 55 escolas municipais:

Se o Brasil não aumentar ou mantiver seu nível de competitividade global, numa economia do conhecimento, se não investir fortemente no aumento do capital humano das novas gerações, deixaremos de crescer meio ponto percentual ao ano o que acarretará, em 40 anos, perdas na ordem de R\$300 bilhões — 16% do PIB, conforme estimativa.

Desta forma, a não participação dos jovens na educação, torna-se um problema que não se circunscreve apenas ao âmbito da educação, à atuação do poder público ou a um setor específico da sociedade. É um problema de toda sociedade, na medida em que entendemos que a existência de recursos humanos altamente qualificados é o elemento central da vantagem comparativa de um país no contexto mundial. Assim, nosso nível de competitividade global exige o fortalecimento dos sistemas educacionais, para que possa produzir capital humano qualificado que nossa economia demanda. (Rio de Janeiro, 2016, p. 1)

O contexto dado pela Falconi Consultores em seu Termo de Referência, de maneira menos enfática que o Instituto Unibanco, também destaca:

A despeito do desenvolvimento tecnológico acelerado dos últimos anos e o progressivo investimento em Educação, a garantia e a consolidação do oferecimento de uma educação pública de qualidade ainda constituem um grande desafio para os gestores públicos neste novo século. No Município do Rio de Janeiro, este desafio é ainda mais significativo dada a dimensão e as especificidades territoriais e sociais da Rede. (Rio de Janeiro, 2022c, p. 19, grifos nossos)

Esse contrato acrescenta um elemento à justificativa econômica e necessidade de garantia de educação de qualidade: o papel dos gestores públicos. É deles o desafio de equilibrar essa equação. A relevância da formação de gestores para engendrar tais transformações na educação foi destacada no mesmo excerto da Declaração Mundial sobre Educação Para Todos entre suas ações prioritárias. As reformas e inovações educacionais possuem reconhecida entrada via gestão e, por isso, é sobre esse pessoal que a formação deve incidir:

1. AÇÃO PRIORITÁRIA EM NÍVEL NACIONAL

[...]

1.4 APERFEIÇOAR CAPACIDADES GERENCIAIS, ANALÍTICAS E TECNOLÓGICAS

[...] Uma concepção mais ampla da educação básica será pré-requisito crucial para a efetiva coordenação de esforços entre esses muitos participantes. E, em muitos países, **o fortalecimento e o desenvolvimento da capacidade de planejamento e gestão**, aos níveis estadual e local, com uma maior distribuição de responsabilidades, serão necessários. Programas de formação e de capacitação em serviço para o pessoal-chave devem ser iniciados ou reforçados onde já existirem. **Tais programas podem ser particularmente úteis à introdução de reformas administrativas e técnicas inovadoras no campo da administração e da supervisão.** (UNICEF, 1990, [s.p.], **grifos nossos**)

De lá pra cá, políticas nacionais foram sendo produzidas: a LDB, a coalizão empresarial em torno do Todos pela Educação que promulgou uma carta-compromisso no governo federal à época, a multiplicação de OSCIPs e a unificação de seus discursos em torno da qualidade educacional pela aprendizagem, a criação de um Plano Nacional de Educação (PNE) decenal, a implementação do IDEB e o aperfeiçoamento dos mecanismos que o implicam. O que aparenta ser um “curso natural” das políticas educacionais, uma conclusão a que todos estão chegando ao mesmo tempo, Olinda Evangelista e Allan Seki (2022) denominaram simulação:

A multiplicação dos APHs simula consenso; é como se quisessem mostrar que muitos organismos diferentes e aparentemente autônomos estão chegando às mesmas conclusões diagnósticas e pautas para as reformas na área, quando, de fato, representam interesses quase homogêneos. Por detrás das Fundações e OSCs o que existe é o capital funcionante: Grupo Itaú, Vivo, Globo, Lemann. (Evangelista, Seki, 2022, [s.p.])

A conclusão dos autores tem reverberação no caso particular do Rio de Janeiro, como evidenciamos nas conexões entre os favorecidos pela SME-RJ em contratos que envolvem a formação docente. O que a Declaração Mundial sobre Educação para Todos escondeu, mas está em sua essência (Evangelista, Shiroma, 2019) e foi consensuada pelas organizações e APHs - leia-se, direcionada pelo capital funcionante - nas propostas às escolas cariocas foi a expropriação do trabalho docente. A necessidade de desvincular a difusão do conhecimento do papel dos professores é crucial para forjar uma escola baseada em aprendizagens e sua quantificação em resultados.

A revolução das máquinas expropriou os trabalhadores do conhecimento e, com isso, foi possível fazer a revolução tecnológica e organizacional capitalista dentro das fábricas. O trabalhador ficou despossuído do seu conhecimento, poder e capacidade política. Chegou a hora de fazer isso com os professores: introduzir tecnologias que desapropriem o trabalho do professor, como destacado por Leher e Barreto (2003) em texto concedido pelo então

consultor da CEPAL (UNESCO), cinco anos depois da Declaração elaborada na Conferência de Jomtien:

Os docentes deixam de ser os principais depositários do conhecimento e passam a ser consultores metodológicos e animadores de grupos de trabalho. Esta estratégia obriga a reformular os objetivos da educação. O desenvolvimento de competências-chave (...) substitui a sólida formação disciplinar até então visada. O uso de novas tecnologias educativas leva ao apagamento dos limites entre as disciplinas, redefinindo, ao mesmo tempo, a função, a formação e o aperfeiçoamento dos docentes. (Labarca, 1995, p. 175 *apud* Leher; Barreto, 2003, p. 42)

Labarca apresentou a relação entre as competências, a tecnologia e a substituição docente. No caso das parcerias da SME-RJ para formação de professores, a pesquisa não encontrou relação substantiva entre a o trabalho dos professores da rede municipal de educação e a crescente plataformização da educação, o que não significa que não ocorra, apenas que não é significativo o número de parcerias para formação docente que implique esse movimento. Estudos como o de Mendes (2024), que objetivou as plataformas educacionais na rede municipal e abarca parte da atuação da Multirio, empresa pública com foco na integração entre tecnologia e educação, aponta tendência de plataformização sobretudo a partir da gestão Paes 3, como citado diretamente no primeiro capítulo da pesquisa aqui desenvolvida. Por outro lado, a relação entre aprendizagem, metrificação de resultados e subsunção do trabalho docente aparece de forma latente nas parcerias para a formação dos professores efetivadas pela SME-RJ. A essa relação, Evangelista e Leher (2012) também chamaram a atenção quando apresentaram “o episódio Costin no MEC”:

A subordinação do trabalho pedagógico aos exames padronizados por descritores de “competências” necessariamente afins à sociabilidade reclamada pelo capital¹², aferidas em quase todo o planeta pelo Programme for International Student Assessment (PISA) promovido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE) (CRUZ; MONTEIRO, 2012)¹³ que, grosso modo, o MEC e o TPE objetivam implementar em todo o país, efetiva o autoritarismo travestido de “inovação didática”, como a redução do professor a manuseador de métodos, pacotes de tecnologias de informação e cartilhas comercializadas por corporações. (Evangelista, Leher, 2012, p. 11)

O Quadro 2, apresentado na introdução do capítulo, evidencia o alinhamento das políticas engendradas no município com as diretrizes internacionais para a educação atual no que se refere à incorporação do léxico neoliberal sobretudo no período mais recente - visto que oito dos nove contratos mais significativos foram firmados sob a secretaria de Renan Ferreirinha. Grande parte dos contratos que cumprem o “bingo” de termos mais presentes estarem relacionados a formação de gestores é uma pista sobre o que tem ocorrido em outros estados da federação - a exemplo do Paraná, na privatização da administração de escolas - e sobre o que vem se intensificando nos Estados Unidos - a exemplo das escolas *charter* - em

que a gestão escolar é o principal alvo de transformações. A formação da gestão parece um dos pontos centrais nas políticas de formação do município do Rio de Janeiro não por sua recorrência, mas principalmente pela escala dos contratos que a envolvem e pela condensação do léxico neoliberal no foco em resultados de aprendizagem, sob a forma gerencialista e austera.

Entre os primeiros contratos assinados pela gestão Paes-Ferreirinha quando assumiram o mandato em 2021, estão os acordos de cooperação com o Instituto Formar para “aperfeiçoamento das práticas de gestão e processos pedagógicos e administrativos” e com o Movimento Brasil Competitivo, para formação de “novos dirigentes”, assinados respectivamente em março e abril daquele ano e abrangentes a toda a rede municipal de educação.

O exemplo da contratação da Falconi Consultores para implementação do programa Gestão para Resultados de Aprendizagem, em 2022, segue servindo de ilustração:

Para que isso seja realizado no contexto que a urgência de atendimento aos estudantes exige, será necessário lançar mão de projeto capaz de fornecer aos gestores escolares de toda a Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro ferramentas de gestão capazes de produzir ações focadas na aprendizagem dos estudantes. Essas ações devem ser intencionais e devem ter nas evidências, indicadores e dados educacionais a base de monitoramento e a construção de metas capazes de indicar, com evidências mensuráveis, os melhores caminhos, possibilitando o monitoramento e o melhor uso dos recursos materiais e humanos em uma rede extensa e complexa como a do Rio de Janeiro. (Rio de Janeiro, 2022c, p. 21)

O viés escolhido, por meio de pesquisa de ações similares em outras redes de ensino públicas de porte similar a do município do Rio de Janeiro, foi o da gestão. Por meio da implementação de estratégias focadas na melhoria da gestão educacional em diferentes níveis (operacional, tático e estratégico), será possível alcançar melhores resultados de aprendizagem a curto e médio prazos. O projeto prevê, portanto, engendrar uma transformação na gestão educacional, utilizando, para isso, estratégias específicas, que sejam eficazes para realização dessas mudanças. (Rio de Janeiro, 2022c, p. 29)

O Termo de Referência, apesar de apontar que a nota do IDEB está melhorando, propugna certa “urgência” e a justifica pela pandemia. As evidências são o ponto de partida e o ponto de chegada do plano de ação, e a relação entre melhoria da gestão e aumento da qualidade educacional é propagada por diversas vezes no documento. Os objetivos do Termo associam uma “visão sistêmica baseada em evidências” às “competências dos gestores” e às “boas práticas de gestão escolar” (*ibidem*, p. 30).

Há elementos para apontar a recorrência dos termos que envolvem formação de gestores ao lado da formação dos professores em exercício pela Associação Parceiros da Educação, que passou a estabelecer contratos com a SME-RJ sistematicamente por meio do programa “Adote uma Escola” a partir de 2021. Outros exemplos, como os do Instituto

Formar, da Associação Worldfund Brasil e do Instituto Superior de Educação de São Paulo também relacionam os resultados de aprendizagem com a gestão escolar. O acordo de cooperação firmado com a Fundação Itaú ressalta na justificativa do plano de trabalho:

Acompanhar as aprendizagens demanda instrumentos que possam tornar visíveis o processo e a adoção do acompanhamento das aprendizagens como uma política de rede demanda uma articulação da Secretaria de educação, da gestão educacional e da docência, como bons instrumentos de acompanhamento e fluxos sistêmicos e regulares que envolvam professores, coordenadores, diretores e equipe da secretaria. (Rio de Janeiro, 2024b, p. 11)

A articulação em torno das metas e métricas que aferem a aprendizagem deve acontecer em todos os níveis, da SME aos professores. Ainda na justificativa, ao tratar dos Ginásios Educacionais Tecnológicos e da formação que a parceria ofertará aos trabalhadores desse modelo de escolas, a Fundação afirma:

O Trabalho se fundamenta na atuação do Professor Articulador, **mediador de múltiplos conhecimentos** na Educação Integral e **operador das sequências didáticas interdisciplinares** no uso do espaço do Co-laboratório. Por sua vez, sendo o Co-laboratório espaço de transformação de rotinas pedagógicas, torna-se basilar a parceria, visando o planejamento de sequências didáticas e/ou projetos envolventes, **efetivos para a aprendizagem e voltados à equidade**, valores que se comunam ao escopo de atuação da Fundação Itaú, por meio do Itaú Social. (*ibidem*, **grifos nossos**)

O professor ideal para a atuação no laboratório dos GETs é aquele que sabe mediar os conhecimentos e operar as sequências didáticas. Essa atuação é efetiva para aprendizagem dos estudantes, sem distinção. Para garantir que esse plano aconteça, está entre as ações da Fundação Itaú a formação dos gestores e o apoio à SME:

11. PLANO DE AÇÃO				
	Eixos	Ação	Responsável	Prazo
1	Desenvolvimento de trilhas formativas	Rotina de formação dos gestores	Secretaria	1º ao 4º mês
2	Apoio à equipe do GRA para foco nas ações pedagógicas	Profissionais atuando no apoio pedagógico	Secretaria ou Fundação	1º ao 4º mês
3	Estruturação e implementação de governança	Envolvimento e acompanhamento do plano por parte do secretário	Secretaria	1º ao 4º mês
4	Apoio às lideranças da SME na tomada de decisões	Garantir que as decisões tomadas impactem na melhoria da aprendizagem	Fundação	1º ao 4º mês
5	Balanço das atividades	Alinhamentos conjuntos	Secretaria e Fundação	5º e 6º mês
6	Formação dos PAs	Duas rodadas formativas e com dois módulos	Secretaria e Fundação	1º ao final da vigência
7	Produção do Conhecimento	Refino do modelo existente	Secretaria e Fundação	1º ao final da vigência
8	Formação dos Professores de Arte	Percurso Piloto	Secretaria e Fundação	6º ao final da vigência

Figura 8: Plano de Ação do Plano de Trabalho (Rio de Janeiro, 2024b, p. 15)

A lógica de qualidade educacional - qualidade desejada pelo capital - abarca, como uma de suas principais dimensões, a privatização da gestão escolar. No caso particular do Rio de Janeiro, essa privatização não se deu de forma direta no último período, e sim por sucessivas formações e políticas de controle de processos e resultados. A formação ofertada sobretudo aos gestores e a implementação do programa Gestão para Resultados de Aprendizagem, que justifica os contratos e acordos feitos com organizações empresariais, conformam o trabalho docente e retiram a política de seu papel. Como defendido por Labarca em 1995 e desenvolvido, por exemplo, pela Fundação Itaú em 2024 na SME, há um esforço em redefinir a formação e a atuação dos professores. Com a gestão conformada à lógica gerencialista, mais se pressiona o trabalho dos professores rumo a sua expropriação e se imprime transformações na divisão social do trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil está inserida nas dinâmicas do neoliberalismo com especificidades próprias de sua constituição histórica. A atuação de empresas e aparelhos privados de hegemonia na educação básica pública está em uma crescente como já constatado pelo trabalho de Leher (2023) e observado mais recentemente nas políticas educacionais dos governos de Ratinho Jr. (PSD-PR), Romeu Zema (NOVO-MG), Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) e Eduardo Paes (PSD-RJ). A pesquisa apontou a diferença entre os primeiros três projetos de privatização da educação e o último, de Paes no município do Rio de Janeiro, sobretudo no que se refere ao campo político ao qual o governo está ligado. Ao apresentar os resultados da pesquisa sobre os contratos para formação de professores da SME-RJ foi possível evidenciar que as diferenças existentes entre os projetos educacionais não superam a semelhança de seus objetivos, visto que ambos os projetos resultam em expropriação da política, subsunção do trabalho docente e reorientação da formação dos trabalhadores.

A educação do município do Rio de Janeiro foi analisada em sua particularidade. O que ocorre aqui, não ocorre exatamente nos outros estados citados, que também possuem particularidades intrínsecas. Mas nenhum desses movimentos está isolado dos outros. Todos estão inseridos na lógica criada e difundida pelos principais APHs atuantes no Brasil, com correspondência internacional. O que a extrema-direita busca conformar na educação pela forma ideológica da indignação e da contra-hegemonia, o campo tido como progressista o busca pela forma da educação baseada em evidências e as ditas “boas práticas”. Do lado progressista, a privatização ainda não está evidente, porque a administração das políticas públicas por entes privados é, na maioria das vezes, mascarada pelas parcerias e acordos de cooperação. Fundos privados, OSCIPs e fundações (como Lemann, Ayrton Senna, Todos pela Educação) são veículos centrais da entrada do capital nas escolas públicas, sobretudo no projeto federal e no projeto municipal do Rio de Janeiro.

Na pesquisa aqui exposta, a Fundação Lemann ganhou destaque no trabalho desenvolvido pela investigação das conexões entre Renan Ferreirinha e a FL, que corroboraram com as hipóteses iniciais do peso da participação dessa organização na agenda educacional da SME-RJ. Depois, com a análise dos favorecidos nos termos jurídicos, constatou-se que já haviam conexões entre parceiros da SME e a Fundação, mas que, nos limites do período analisado, elas se intensificaram no terceiro mandato de Eduardo Paes (2021-2024).

A simulação de consenso em torno dos resultados de aprendizagem engendrada pelo capital funcionante conformam uma hegemonia das políticas educacionais. Esse consenso forjado demonstra o grau de concentração e centralização do capital, já que a hegemonia política e a hegemonia econômica estão imbricadas.

(...) se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (Gramsci, [1932-1934] 2017, p. 48)

Além de empresas serem contratadas por inexigibilidade de licitação em todos os termos com dispêndio financeiro incluídos na pesquisa, a filantropia tenta, mas não esconde os ganhos financeiros das organizações atuantes na educação básica. A lógica austera de racionalizar e enxugar gastos públicos serve ao discurso, mas não à prática do dispêndio financeiro dos órgãos estatais quando se trata da sustentação das organizações privadas, porque as políticas de austeridade são essencialmente a usurpação da soberania popular (Leher; Sardinha, 2024). Nesse sentido, a guinada do empresariado educacional para a educação básica tem dado frutos financeiros e a lógica de resultados de aprendizagem, amparada por esse mesmo grupo, abre mercado para sua instalação ainda mais voraz nas escolas públicas, expropriando da sociedade a possibilidade de participar ativamente de sua concepção e construção.

A Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro se destaca como campo privilegiado da atuação empresarial. A lógica do “planejamento estratégico com foco em resultados” e a égide das “evidências” consolidou o deslocamento do sentido público da educação, subordinando-a à eficiência técnica e metas mensuráveis que pouco ou nada se relacionam com o conhecimento. A Secretaria concebeu e executou essas políticas de austeridade que se consolidaram com apoio político, técnico e financeiro de APHs e coalizões empresariais desde a formação e financiamento da campanha de Renan Ferreirinha a contratos e acordos que dão o tom da retirada do direito à política. A expropriação da política se traduz na retirada da escola do papel de instituição que deve ser autogovernada. Esse processo envolve, necessariamente, a expropriação do trabalho docente. A formação de professores promovida pela SME-RJ ao estabelecer essas parcerias contribui para a perda da autonomia e da participação política docente, a conformação do trabalho à lógica empresarial de resultados e a maximização de formas de controle.

A gestão escolar é o principal foco das transformações do trabalho, cada vez mais sob a lógica empresarial. A gestão concentra o poder imediato sobre o corpo docente e, não à toa, tem sido o principal alvo de concessões privadas e punições nos exemplos de estados citados

anteriormente - vide projeto de gestão privada em escolas da rede estadual do Paraná e afastamentos de diretores em unidades educacionais com notas baixas no IDEB em São Paulo⁶¹. A lógica de qualidade educacional - qualidade desejada pelo capital - abarca a privatização da gestão escolar. No último capítulo problematizamos o contrato que estruturou a política de “Gestão para Resultados de Aprendizagem” na rede municipal do Rio, cujo foco é a formação e reorganização do trabalho dos gestores escolares, estabelecido com a Falconi Consultores em 2022. Em 2025, houve novo contrato multimilionário com a mesma organização cujo objeto indica atuação focada em unidades com estagnação ou queda no IDEB 2023⁶².

O trabalho desenvolvido soma elementos para pensar a hipótese de reconfiguração do Estado, que necessita maior aprofundamento e estudo. Renan Ferreirinha foi formado pela ideologia da classe dominante e assumiu a pasta da educação no município do Rio, um lugar privilegiado de mercado e verbas. Um exemplar CEO empresarial da política educacional no Estado estrito. Os acordos de cooperação não envolvem dispêndio financeiro do ente público, mas retiram as decisões do debate político. O diagnóstico da rede municipal de educação feito por uma organização empresarial como o MBC e a contratação de empresas como a Falconi, que faz consultoria em gestão empresarial, mas que tem braços para consultoria no setor público, coloca a educação oferecida pelo Estado tal qual qualquer outra empresa na produção capitalista, como exemplificou Marx no primeiro livro d’O Capital sobre escolas e empresas privadas:

Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. (Marx, 2013, p. 578)

⁶¹ Até maio de 2025, haviam seis diretores da rede estadual de São Paulo afastados. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/05/27/governo-de-sp-tambem-afasta-diretores-de-escolas-que-tiveram-baixo-desempenho-no-saresp-e-saeb.ghtml>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

⁶² O novo contrato entre a SME-RJ e a Falconi Consultores foi assinado em junho de 2025 e não foi disponibilizado no Portal Contas Rio até a publicação da presente dissertação. Seu extrato pode ser consultado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, ano XXXVIII, número 231, de 21 de fevereiro de 2025, página 138.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alexsandra Aparecida Silva do Prado de. **Formação continuada de professores alfabetizadores: análise da contribuição do PNAIC no município do Rio de Janeiro**. 2020. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). **Nota da ANFOPE sobre o Parecer CNE/CP nº 4/2024**. [S.l.], abr. 2024. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Nota-Anfope_correcao_final.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ARAUJO, Gilda Cardoso de; NASCIMENTO, Rosenery Pimentel do. **Educação já! e a governança federativa: a nova investida do movimento Todos pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação**. Educar em Revista, Curitiba, v. 36, e77534, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77534>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ARBEX, Pedro. **Grupo Salta volta aos M&As e vai faturar R\$ 3 bi este ano**. Brazil Journal, 29 abr. 2025. Disponível em: <<https://braziljournal.com/grupo-salta-volta-aos-mas-e-vai-faturar-r-3-bi-este-ano/>>. Acesso em: 9 jun. 2025.

AVELAR, Michele Silva de. **As tecnologias de informação e comunicação e a formação continuada de professores da rede pública municipal do Rio de Janeiro**. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRASIL. **Lei n.º 13.800, de 4 de janeiro de 2019**. Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis n.os 9.249, 9.250, 9.532 e 12.114; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 1, 7 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Portaria MDS nº 1.084, de 14 de maio de 2025**. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 44, 15 mai. 2025.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Nota técnica: Política de vouchers para creche no “Auxílio Criança Cidadã”, do Novo Bolsa Família, viola o direito à educação e não deve ser aprovada**. São Paulo, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/PautasPoliticas_Privatizacao_NotaTecnica_Voucher-MPAuxilioCriancaCidada_2021_08_18.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2025.

CARDIN, Adele. **Brazil’s new billionaires of 2024: a diverse group steering economic growth**. The Rio Times, 27 ago. 2024. Disponível em: <<https://www.riotimesonline.com/brazils-new-billionaires-of-2024-a-diverse-group-steering-economic-growth/>>. Acesso em: 3 ago. 2025.

CARIELLO, Lisia Nicoliello. **Construindo redes de intelectuais orgânicos**: o programa de bolsas de estudo Lemann Fellowship da Fundação Lemann (2007-2018). 2021. 199 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CARVALHO, Safira Cardoso. **O Bolsa Família sob a lógica financeira**. JOTA, 14 out. 2024. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-da-abde/o-bolsa-familia-sob-a-logica-financeira>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa**: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020. 184 p.

CATINI, Carolina de Roig. **A educação bancária, “com um Itaú de vantagens”**. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 90–118, 2021.

COSTA, Regis Arguelles da. **Os favorecidos de São Sebastião**: as parcerias na educação municipal do Rio de Janeiro (2012–2021). *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 16, n. 2, p. 321–339, 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DELGADO, Adriana P.; PICCININI, Cláudia L.; MAGALHÃES, Lígia K. C. Formação docente: perspectiva instrumental, trabalho docente e contrarreformas educacionais. In: LEHER, R. (Org.). **Educação no Governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023. v. 1, p. 131-147.

ERNST & YOUNG. **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**. São Paulo: Fundação Itaú para a Educação e Cultura, 2025. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Demonstracao-financeira-2024-Fundacao-Itau-2024-assinado.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ESCOLAS BASEADAS NA NATUREZA. **Instituto CCR**: entidade privada sem fins lucrativos que gerencia o investimento social do Grupo CCR, com foco em inclusão social por meio de educação, cultura, saúde e esporte. Escolas Baseadas na Natureza – Parceiros, [s.d.] Disponível em: <https://www.escolasebn.com.br/parceiros/instituto-ccr>. Acesso em: 29 jun. 2025.

EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji. O plano nacional de educação sou eu. Eu quem? **Contrapoder**, São Paulo, 14/06/2022. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/o-plano-nacional-de-educacao-sou-eu-eu-quem/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. **Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC**: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. *Revista Trabalho Necessário*, v. 10, n. 15, p. 1–29, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.10i15.p6865>.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. *In*: CÊA, G.; RUMMERT, S. M.; GONÇALVES, L. (orgs.). **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande: FURG, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

FERREIRINHA, Renan. **Renan Ferreirinha**: a volta às aulas e os novos ares. O Dia: Opinião, 6 fev. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/opiniaio/2023/02/6568975-renan-ferreirinha-a-volta-as-aulas-e-os-novos-ares.html>>. Acesso em: 28 out. 2024.

FONTES, Virgínia. Hegemonismos e política: que democracia? *In*: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017. p. 207–236.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV / Editora UFRJ, 2010. 388 p.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola**. Educação e Sociedade, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out.–dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Pós-eleições**: novos caminhos para o Brasil avançar. Fundação Lemann, 8 out. 2018. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/pos-eleicoes-novos-caminhos-para-o-brasil-avancar>>. Acesso em: 28 out. 2024.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Brazil Conference destaca gestão de pessoas no setor público**. Fundação Lemann, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/brazil-conference-destaca-gestao-de-pessoas-no-setor-publico>>. Acesso em: 28 out. 2024.

GALZERANO, Luciana Sardenha. **Grupos empresariais e educação básica**: estudo sobre a Somos Educação. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GALZERANO, Luciana Sardenha. **Políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**: projetos em disputa. 2024. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; MOURIÑO DE MELLO, Livia; PEREIRA, Natália Silva. **O caráter do Novo Ensino Médio para a qualificação da força de trabalho em tempos de crise do capital**. Trabalho Necessário, v. 21, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57381/34818>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; MARQUES, Guilherme; LAVOURAS, Fernanda. **Uma análise das possíveis interseções entre a base econômica do Rio de Janeiro e a oferta de educação profissional**. Revista Trabalho Necessário, v. 17, n. 32, p. 214–241, mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.17i32.p28310>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28310/16442>>. Acesso em: 26 jul. 2025.

GERALDO, Débora Sabina da Silva. **Formação continuada dos professores: análise da agenda do “Todos Pela Educação” e de sua atuação como forma de partido**. 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição de Carlos Nelson Coutinho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1. 494 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2. 334 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição de Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 3. 432 p.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 245 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua – Características adicionais do mercado de trabalho**: 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. 126 p. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/1c819ac0a5e9a90b35f576f6fcf6f0f6.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios 2021**. Contas Nacionais, n. 96, 2023a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102057_informativo.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

KUENZER, Acacia Zeneida. Formação docente: novos ou velhos desafios? As diretrizes curriculares e a institucionalização da precarização da formação. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 24, p.1-15,e17282, Jun. 2024

LEHER, Roberto. **CIEP: quando a escola e os docentes estavam no coração da política educacional**. Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 17–35, 2024a. Disponível em: <https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/260/169>>. Acesso em: 26 jul. 2025.

LEHER, Roberto. Liberdade de cátedra: limites impostos pelo capital e pela extrema direita na educação dos EUA. In: ERISMANN, Annelise; COUTINHO, Joana Aparecida (Orgs.). **O futuro da universidade: perspectivas críticas sobre liberdade acadêmica, precariedade e autonomia universitária**. São Paulo: Lutas Anticapital, 2024b.

LEHER, Roberto. **Mercantilização da educação básica, sistemas de ensino e plataformas de trabalho como expressões da pedagogia do capital**. Paradigma, v. 44, n. 5, p. 34–60, 2023.

LEHER, Roberto; BARRETO, Raquel Goulart. Trabalho docente e as reformas neoliberais. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 39–60.

Leher, Roberto; SARDINHA, Rafaela. **Vinculação Constitucional de Verbas para a Educação Pública, Depleção do Fundo Público e Austeridade**. Campinas: Educ Soc, v. 45, 2024.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926–1937)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 831 p.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse – manuscritos econômicos de 1857–1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução de Maria Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 896 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845–1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTEI, C. **A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MAZZA, Luigi. **Escola Sem Partido: a fábrica de gestores públicos do RenovaBR**. Revista Piauí, ed. 161, fev. 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/escola-sem-partido/>>. Acesso em: 1 fev. 2024.

MELLO, Livia Mourinho de. **Novas e tradicionais formas de empresariamento da educação no Brasil: a atuação da Confederação Nacional da Indústria no neoliberalismo**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 13, n. 1, p. 180–197, abr. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43772/24609>>. Acesso em: 28 out. 2024.

MENDES, Marina da Gama. **A plataformização nas políticas da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro**. 2024. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de

Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 349–355.

MINTO, Lalo Watanabe. **O avesso das evidências**: pesquisa e política educacional em tempos de negacionismo. Marília : Lutas Anticapital, 2023. 149 p.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da educação**: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT. 2011. 400 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MONTESANI, Beatriz. **"Bancada Lemann"**: os políticos apoiados pelo 2º homem mais rico do Brasil. UOL, 22 mai. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/05/22/com-trajetoria-parecida-deputados-associados-a-lemann-divergem-na-politica.htm>. Acesso em: 28 out. 2024.

MOTTA, Vânia Cardoso da. **Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. 310 p.

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina de Pires. **O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões**. Educação & Sociedade, v. 41, p. 1–13, 2020.

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. **Sobre o MBC**. Site oficial, [s.d.] Disponível em: <https://www.mbc.org.br/sobre-o-mbc/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

O GLOBO. **Caso Marielle**: mandantes fizeram aliança com milícia e transformaram três comunidades em redutos eleitorais. Rio de Janeiro, 12 maio 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/05/12/caso-marielle-mandantes-fizeram-alianca-com-milicia-e-transformaram-tres-comunidades-em-redutos-eleitorais.ghtml>. Acesso em: 8 jul. 2025.

OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de. **O Grupo Lemann e o novo papel dos aparelhos privados de hegemonia no campo da educação no Brasil**. Revista Trabalho, Política e Sociedade, Moquetá, v. 4, n. 7, p. 159–170, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/335/714>. Acesso em: 21 jul. 2025.

OLIVEIRA, Tâmara Feitosa; ALENCAR JÚNIOR, Osmar Gomes de. **Programas de Transferência de Renda**: Capital Portador de Juros no Comando da Assistência Social. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41283>. Acesso em: 21 jul. 2025.

PICOZZI, Maria Eny Leandro. **Avaliação do programa de capacitação profissional Foco na Meta**. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação) – Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **SME apresenta os GETs na Expo Favela Innovation 2023**. Rio de Janeiro, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://educacao.prefeitura.rio/noticias/sme-apresenta-os-gets-na-expo-favela-innovation-2023/>. Acesso em: 28 out. 2024.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Demonstrações financeiras – exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024**. São Paulo: Instituto Natura, 2025. Disponível em: <https://www.institutonatura.org/wp-content/uploads/2025/06/Demonstracao_Financeira_Instituto_Natura_2024.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2025.

PRONKO, Marcela. O Banco Mundial no campo internacional da educação. In: PEREIRA, J.; PRONKO, M. (Org). **A demolição de direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: EPSJV, 2015. p. 89-112.

RANGEL, Bruno. **Abrace uma Escola**: Prefeitura do Rio lança programa de parceria e consegue doação de R\$ 2,4 milhões. Prefeitura do Rio, 13 mai. 2021. Disponível em: <<https://prefeitura.rio/educacao/abrace-uma-escola-prefeitura-do-rio-lanca-programa-de-parceria-e-consegue-doacao-de-r-24-milhoes/>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Tradução de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011. 318 p.

RIBEIRO, Tatiana. **Diretora executiva no Movimento Brasil Competitivo**. LinkedIn, 2025. Disponível em: <<https://br.linkedin.com/in/ribeirotatiana>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

RIO DE JANEIRO (Município). Câmara Municipal. BENICIO, Monica. **Requerimento nº 2112/2024**: requer a cassação do conjunto de Medalhas Pedro Ernesto concedidas a Natalino José Guimarães. Rio de Janeiro, 10 dez. 2024a. Disponível em: <[https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro.nsf/0/03258c16006f052703258bef006e9da2/\\$FILE/REQUERIMENTO_2112.pdf](https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro.nsf/0/03258c16006f052703258bef006e9da2/$FILE/REQUERIMENTO_2112.pdf)>. Acesso em: 8 jul. 2025.

RIO DE JANEIRO (Município). **Acordo de Cooperação Técnica nº 264/2016**: ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E O INSTITUTO UNIBANCO. Rio de Janeiro, 2016. 13 p.

RIO DE JANEIRO (Município). **Acordo de Cooperação Técnica nº 19/2021**: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR SUA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO - MBC, OBJETIVANDO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS PARA EXECUÇÃO DO “MAIS GESTÃO”. Rio de Janeiro, 2021. 26 p.

RIO DE JANEIRO (Município). **Acordo de Cooperação Técnica nº 100/2024**: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A FUNDAÇÃO ITAÚ PARA OS FINS QUE ESPECIFICA. Rio de Janeiro, 2024b. 20 p.

RIO DE JANEIRO (Município). **Contrato nº 58/2022**: termo de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO como CONTRATANTE, e a empresa FALCONI CONSULTORES S/A, para prestação de serviços na forma abaixo. Rio de Janeiro, 2022c. 84 p.

RIO DE JANEIRO (Município). **Contrato nº 107/2023**: termo de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE

EDUCAÇÃO como CONTRATANTE, e DAÍSE PORTO LYRA, como CONTRATADA para prestação de serviços na forma abaixo. Rio de Janeiro, 2023a. 32 p.

RIO DE JANEIRO (Município). **Contrato nº 140/2022**. Termo de contrato celebrado entre o Município do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Educação, como contratante, e a Associação Columbia Global Center Brasil, como contratada, para prestação de serviços na forma abaixo. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação, 21 out. 2022b.

RIO DE JANEIRO (Município). **Contrato nº 161/2023**: termo de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO como CONTRATANTE, e a GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A., como CONTRATADA para aquisição de materiais na forma abaixo. Rio de Janeiro, 2023b. 73 p.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto nº 30.871, de 6 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa "Apoie Uma Escola ou Creche". Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1234528/DLFE-209713.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2025.

RIO DE JANEIRO (Município). **Edital de Processo Seletivo Interno nº 26/2022**. Composição do quadro de docentes do Projeto de Gestão dos Resultados de Aprendizagem (GRA) e do Projeto de Formação Continuada (FC). Rio de Janeiro: Gerência de Seleção e Desempenho, 13 abr. 2022a.

RIO DE JANEIRO (Município). **Termo de Cooperação nº 94/2017**: TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO O INSTITUTO CCR CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A PARA VIABILIZAR O PROGRAMA CAMINHOS PARA A CIDADANIA. Rio de Janeiro, 2017. 15 p.

ROSA, Isaac Gabriel Gayer Fialho da. **A formação continuada de professores de geografia e o uso de geotecnologias**: o caso do projeto Escolas do Amanhã da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro/RJ. 2014. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SAKATA, Kelly Letícia da Silva; ROSA, Gregory Luis Rolim. **O paradigma educacional da Fundação Lemann e sua relação com organismos internacionais**. Revista Transmutare, Curitiba, v. 5, e12165, p. 1–18, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/12165/8030>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SANT'ANA, Jéssica. **Assistência social ganha peso sob Lula 3 e vira segundo maior gasto**. Valor Econômico, 15 abr. 2025. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/04/15/assistencia-social-ganha-peso-sob-lula-3-e-vira-segundo-maior-gasto.ghtml>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SANTOS, Tassiana Beatriz de Oliveira. **Aparelhos privados de hegemonia empresariais na Prefeitura do Rio de Janeiro**: a relação entre Renan Ferreirinha e Fundação Lemann. In: V Encontro Nacional / IV Colóquio da IGS-Br e IV Conferência Gramsci, Marx e o Marxismo, p. 484–493. Anais, ISSN 2764-1074, 2024.

SANTOS, Tassiana Beatriz de Oliveira. **As instituições parceiras da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (2016-2024):** quem são os formadores de professores? *In*: VIII Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação e XI Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, anais, n. 8, 2025.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação.** Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 44, p. 380–393, maio/ago. 2010.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KdGRyTzTrq88q5HyY3j9pbz/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 28 out. 2024.

SÉGALA, Karen de Fátima. **A atuação do movimento “Todos Pela Educação” na educação básica brasileira:** do empresariamento ao controle ideológico. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

SIMPÓSIO Internacional "Plataformização e Privatização da Educação Pública". Publicado pelo canal FEUSP Oficial. [S. l: s. n.], 2025. 1 vídeo (279 min). Disponível em:

<<https://www.youtube.com/live/5MMqX7Anx6s?si=sZKkC83FhWofIJ2E>>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SOARES NETO, Horígenes Fontes; PINHEIRO, Lessi Inês Farias; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. **Brasil da financeirização:** do consumo familiar à cooptação da assistência social. Sociologias, Porto Alegre, v. 23, n. 57, 2021. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/101294>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Parcerias público-privadas (PPP) na educação básica brasileira.** Nota de posicionamento, jul. 2024. Disponível em:

<<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/06/posicionamento-so-bre-ppps-na-educacao-basica-todos-pela-educacao.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2024.